

SEGUNDA-FEIRA

23 de março de 2026

Ano 52, Nº 17.252

www.jornaldebrasilia.com.br

Assinaturas: 0800-612221

R\$1

Jornal de Brasília



CUIDADO COM O LEÃO!

Saiba como não cair na malha fina

Declarações do IR podem ser entregues a partir de hoje e devem ser feitas até 29 de maio. Erros como omitir rendimentos, informar valores diferentes dos declarados por empresas ou lançar deduções indevidas são os principais causadores de problemas com a Receita Federal. Veja como evitá-los. »18 e 19



DIVULGAÇÃO

JORNAL DE BRASÍLIA



Leandro Grass fala sobre a defesa do nosso patrimônio

Presidente do Iphan faz um balanço de sua gestão ao JBr Entrevista antes de deixar o instituto »9

DF tem mais de mil vagas de emprego »8

A força da música como instrumento de transformação

Para promover a expressão artística, Ponto de Cultura Waldir Azevedo promove oficinas gratuitas e inclusivas no DF, entre elas a de musicalização infantil »4

Racionamento de diesel já atinge o RS »20


TERMINAL (PROVISÓRIO) DA ASA NORTE

Situação um tanto precária

CAROLINE PURIFICAÇÃO/JORNAL DE BRASÍLIA

Com licitação travada desde o ano passado, rodoviários e passageiros reclamam de sujeira e insegurança no local

CAROLINE PURIFICAÇÃO
caroline.purificacao@grujpbr.com

Rodoviários e passageiros que utilizam o terminal provisório da Asa Norte, na 916 Norte, reclamam dos problemas recorrentes na área, como sujeira, insegurança, falta de estrutura básica, além de banheiros em condições precárias.

A licitação para a construção do novo Terminal da Asa Norte (TAN) foi lançada em janeiro de 2025 com o valor do investimento estimado em R\$ 55,8 milhões, no entanto, os motoristas pedem melhores condições de trabalho enquanto a obra não é finalizada.

O cobrador Nelson José contou ao **Jornal de Brasília** que a situação no local precisa do olhar das autoridades. “O terminal que eles chamam de terminal hoje está assim: buraco, lama... Quando não é lama, é poeira. A gente não consegue nem descer do ônibus sem sujar o pé. Quem tem problema respiratório, como eu, passa mal com a poeira. Aqui é uma situação de calamidade pública”, relatou.

Em relação à segurança, o rodoviário alertou que praticamente não existe. Segundo ele, durante o período do dia, entre 7h da manhã e 17h30 da tarde, há um grande fluxo de profissionais na área e considera que eles são quem “fazem a segurança”. Contudo, ele afirmou que não há policiamento na região. Outro ponto citado pelo cobrador é a falta de iluminação da região, o que torna a sensação de insegurança ainda maior.

“A situação dos banheiros aqui também é precária. Na semana passada a descarga não estava funcionando, além de outros problemas com pia, espelho e porta quebrada. Se torna muito difícil trabalhar assim. O pessoal vem



Nelson José, cobrador de ônibus, relata que o espaço se encontra em uma situação de “calamidade”

aqui, arrumam as coisas por cima e vão embora. O que a gente precisa aqui é um asfalto decente, mas na verdade seria interessante fazer uma reforma geral na localidade”, disse.

Questionado a respeito do novo terminal em construção, o rodoviário disse que, até onde sabe, o TAN será usado apenas para o BRT, e não para os demais motoristas e passageiros. Nelson alertou que mesmo que eles possam usar o espaço também, as obras podem demorar e, enquanto isso, os profissionais trabalham em condições incertas. Segundo os motoristas, o local é apenas um ponto de apoio, mas a situação já funciona assim há mais de 12 anos.

Insegurança

Giovanna Costa, estudante da Universidade de Brasília (UnB), contou ao **JBr** que desceu no terminal por engano. Ela já havia passado pela região de carro, mas não conhecia a situação do local. “Eu

“Falta sinalização para os rodoviários e não há iluminação nas redondezas, o que deixa o lugar muito perigoso, principalmente para as mulheres.”

Giovanna Costa, estudante da UnB

achei a situação aqui bem precária. Os ônibus já entram aqui quase atropelando, pegando aqui o meu fio. Falta sinalização aqui para os próprios rodoviários. Eu também observei que não há iluminação aqui das redondezas, o que deixa o lugar muito perigoso, principalmente para as mulheres. Tem uma parada de ônibus fora do terminal, mas a região é muito deserta”, pontuou a estudante.

Um outro estudante da UnB, Tom Costa, também estava de passagem pelo local e reclamou a

respeito do cenário que encontrou. Ele alega que nunca esteve no local antes, mas notou a diferença significativa com a qualidade de outros terminais pelo DF.

“Honestamente, eu achei a situação aqui bem precária. Aqui não é igual aos terminais rodoviários de outras regiões administrativas. Eu não vi nenhum poste de iluminação aqui no terminal, eu acredito que a região deve ficar bem complicada na parte da noite, principalmente para as pessoas que trabalham aqui na região. A gente sabe que a maioria das pessoas no DF moram muito longe dos locais de trabalho e estudo. Então, eu acho que o local realmente precisa de uma reforma”, afirmou.

Sem previsão de entrega

Em nota ao **Jornal de Brasília**, a Secretária de Transporte e Mobilidade (Semob-DF) informou que irá intensificar a limpeza nas instalações. A pasta também irá solicitar o apoio de outros órgãos respon-

sáveis pela limpeza e obras viárias nas redondezas, como roçagem e tapa-buraco nas vias do local. “É importante esclarecer que a área é um ponto de apoio para as linhas de ônibus, enquanto os veículos aguardam as viagens seguintes.”

Em maio de 2025 o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) suspendeu a licitação do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER) para a contratação de uma empresa para realizar as obras do terminal. De acordo com a decisão, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), o procedimento deve permanecer suspenso até que sejam realizadas algumas correções e modificações.

Entre elas, a apresentação de explicação sobre o regime de contratação integrada da empresa, a criação de um plano de ação para evitar atrasos, análise e aprovação dos projetos, definição de cronogramas claros e detalhados, além da elaboração de uma matriz de riscos que considere eventos relacionados à criação ou variação de tributos após a celebração do contrato.

Procurado pela reportagem, o DER não soube informar uma previsão de entrega para a obra do Terminal da Asa Norte e demais informações sobre o andamento da construção. “Informamos que a referida obra encontra-se em análise dos Órgãos de Controle. Tão logo o processo retorne para o DER, daremos continuidade ao certame. Portanto, neste momento, não é possível falar em prazos”, esclareceu o órgão.

saibamais

» A obra do TAN prevista pela Semob inclui plataformas de embarque e desembarque de passageiros, caixa d'água, edificação de acesso e comerciais, docas para ônibus BRT's e urbanos, estacionamentos de uso público e privado em piso de concreto intertravado, paraciclos e faixas de rolamento dos ônibus em pavimento de concreto.

Jornal de Brasília

Fundado em 10 de dezembro de 1972
Editora JORNAL DE BRASÍLIA Ltda.
CNPJ - 08.337.317/0001-20

TELEFONE GERAL: (61) 3343-8000

ENDEREÇO: SRTVS - QD 701 - Conjunto E - Bloco 1 - Sala 408
Edifício Palácio do Rádio I - Brasília - DF - CEP: 70.340-907

Instituto
Verificador de
Comunicação



Preço da assinatura (DF e GO):
ANUAL: R\$ 260,00 - SEMESTRAL: R\$ 135,00
Vendas avulsas (DF e GO): R\$ 1,00
Vendas avulsas (Outros Estados): R\$ 3,00

Classificados: Sucursal São Paulo:
(61) 99637-6993 (11) 5097-6777
Dep. Comercial: Sucursal Rio de Janeiro:
(61) 3343-8180 (21) 3459-8848
Atendimento ao leitor: (61) 3343-8012 e 3343-8134
Atendimento ao assinante: (61) 3253-9257 e 3254-3947

EDITOR CHEFE - IMPRESSO
Ricardo Nobre (ricardo.nobre@grujpbr.com)

EDITOR CHEFE - ON LINE
Lindauro Gomes (lindauro.gomes@grujpbr.com)

Telefones: (61) 3343-8000 e 3343-8100
E-mail: redacao@grujpbr.com

EDITORES

Carolina Freitas (carolina.freitas@grujpbr.com)
Elisa Costa (elisa.costa@grujpbr.com)
Iury Alves (iury.alves@grujpbr.com)
Ivana Antunes (ivana.antunes@grujpbr.com)
Thiago Moraes (thiago.moraes@grujpbr.com)
Vitor Mendonça (vitor.mendonca@grujpbr.com)



ILUMINAÇÃO PÚBLICA 100% LED

MAIS MODERNIDADE EM TODO O DISTRITO FEDERAL.

Com 100% das vias públicas em LED, o Distrito Federal ganha uma iluminação mais eficiente, moderna e presente em cada rua, em cada história, em cada momento.

E isso é só o começo da expansão e da melhoria da iluminação pública, para o nosso DF brilhar ainda mais.

O DISTRITO FEDERAL BRILHA COM VOCÊ.

FALE COM A CEB IPes

 **61 3774-1155**

 **PELO 155**

 **APP ILUMINA DF**


CEB IPes
Iluminando os caminhos de Brasília

AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S.A. EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CNPJ/MF Nº 40.281.347/0001-74 - NIRE 53.300.005.028

Pelo presente edital, ficam convocados os acionistas da AUTOTRAC COMÉRCIO E TELECOMUNICAÇÕES S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") que será realizada no dia 31/03/2026, às 11 horas (onze horas), na sede administrativa da Companhia, localizada no SCN, Quadra 01, Bloco G, Loja 01-Sobreloja, Edifício Esplanada Business, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70.711-070, para discutir e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: 1 - Alteração da razão social da Autotrac e, por conseguinte, do Estatuto Social Consolidado em vigor; e 2 - Constituição de uma sociedade de titularidade da Autotrac. Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares de ações da Companhia, seus representantes legais ou procuradores que apresentarem documento hábil de identidade. As procurações para fins de representação na Assembleia deverão ser depositadas, na sede da Companhia, em até 48 horas antes da realização desta. Permanece à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, toda a documentação pertinente às matérias constantes da ordem do dia.

Brasília, 19 de março de 2026.
Nelson Piquet Souto Maior
Presidente do Conselho de Administração



AVISO AOS ACIONISTAS

Brasília, 19 de março de 2026 - A Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras (B3: TELB3, TELB4) avisa a seus acionistas e ao público em geral que os documentos de que trata o art. 133, incisos I a V, da Lei nº 6.404/76, relativos à Assembleia Geral Ordinária de 2026 e ao encerramento do exercício social de 2025, serão disponibilizados no dia 20 de março de 2026. Os documentos estarão disponíveis na Assessoria de Relações com Investidores da Companhia, situada no SIG Quadra 4, Bloco A, salas 211 a 224, Ed. Capital Financial Center, Brasília, Distrito Federal, e no site da Companhia, (<http://www.telebras.com.br/investidores>), da CVM (<https://www.cvm.gov.br/>) e da Brasil, Bolsa, Balcão - B3 (<http://www.b3.com.br>).

Tatiana Rúbia Melo Miranda

Diretora Administrativo-Financeira e Relações com Investidores



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária 2026

Nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 1976 e do §1º do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, ficam os acionistas da Telecomunicações Brasileiras S.A. convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, de forma parcialmente digital, no dia 24 de abril de 2026, às 15h, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2025;
2. Proposta da Administração para destinação do resultado;
3. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria, dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário;
4. Eleição de membros do Conselho de Administração; e
5. Eleição de membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal;

INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARCIALMENTE DIGITAL

Formas de Participação

Em atenção ao § 4º do art. 5º da Resolução CVM 81, a Telebras informa que a Assembleia será realizada de modo parcialmente digital. A Companhia entende que a realização da Assembleia Geral Ordinária de forma parcialmente digital possibilita maior participação dos acionistas, e, por consequência, aumenta a representatividade das deliberações a serem tomadas na Assembleia.

Assim, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital disponibilizada pela Companhia ou presencialmente. Caso o acionista deseje participar presencialmente, deverá comparecer à sede da Companhia, localizada no seguinte endereço: Setor Indústria Gráfico - SIG Quadra 4, Bloco A salas 211 a 224, Ed. Capital Financial Center - Brasília, Distrito Federal, CEP 70610-440.

As regras e os procedimentos constarão no "MANUAL DE PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS" disponível, a partir de 20.03.2026, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.telebras.com.br/investidores/assembleias/>.

Os acionistas que pretenderem participar da Assembleia presencialmente ou via plataforma digital deverão se credenciar até às 23:59 horas (horário de Brasília) do dia 22 de abril de 2026 por meio do endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/185711981>, enviando os documentos listados no Manual de Participação dos Acionistas. Somente para aqueles que optarem por participar presencialmente, a apresentação da documentação poderá ser feita, excepcionalmente, até o dia da Assembleia, sendo que a Companhia estará apta a recebê-la a partir das 13 horas (horário de Brasília), no local onde a reunião será realizada.

Todos os acionistas que realizarem o depósito do documento acima mencionado poderão participar e votar na Assembleia.

Boletim de voto a distância

Nos termos do artigo 30-A da Resolução CVM nº 81, com as alterações introduzidas pela Resolução CVM 204/24, a Companhia informa que não disponibilizará o Boletim de Voto a Distância, a menos que requisitado por acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) do capital social.

Informações adicionais

Encontra-se à disposição dos acionistas, na sede social da Empresa, no Setor Indústria Gráfico - SIG Quadra 4, Bloco A salas 211 a 224, Ed. Capital Financial Center - Brasília, Distrito Federal, CEP 70610-440, na Assessoria de Relações com o Investidores, e nos endereços eletrônicos da Companhia (<http://www.telebras.com.br/investidores>) e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (<http://www.cvm.gov.br/>), toda a documentação pertinente à matéria que será deliberada nesta Assembleia Geral Ordinária. Em caso dúvidas, os acionistas poderão entrar em contato com a Assessoria de Relações com Investidores da Companhia, pelo telefone (61) 2027-1410 ou pelo e-mail ari@telebras.com.br.

Brasília, DF, 18 de março de 2026.

Júlio Francisco Semeghini Neto

Presidente do Conselho de Administração
Representante do Ministério das Comunicações (MCom)

PONTO DE CULTURA WALDIR AZEVEDO

Transformação por meio da arte

Projeto oferece aulas de musicalização, percussão, cavaquinho e canto coral para várias idades

LARISSA BARROS

redacao@grupojbr.com

As inscrições para as oficinas gratuitas do Ponto de Cultura Waldir Azevedo seguem abertas no Distrito Federal, oferecendo aulas de musicalização infantil, percussão, cavaquinho e canto coral para diferentes públicos. Com atuação na Cidade Estrutural, na Vila Cultural Cobra Coral (L4 Sul) e no Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais (CEEDV) (612 Sul), o projeto tem se consolidado como um espaço de formação artística e transformação social.

Atualmente, cerca de 100 pessoas participam das atividades de forma contínua. O público é formado, principalmente, por moradores de regiões periféricas do DF, além de pessoas com deficiência, que encontram na música uma oportunidade de inclusão, desenvolvimento e expressão.

Um dos destaques do projeto é a atuação no CEEDV, onde há mais de 10 anos são realizadas oficinas voltadas a pessoas cegas ou com baixa visão. A iniciativa resultou na criação do Coral Armorial, grupo que une técnica vocal e sensibilidade artística, ao mesmo tempo em que promove autonomia e protagonismo entre os participantes.

Idealizador do projeto, o maestro Dudu Oliveira explica que a proposta vai além do ensino musical. "Nossa missão não é apenas ensinar notas. A gente trabalha formação humana, inclusão e também prepara essas pessoas para o mercado cultural", afirma.

Segundo ele, o impacto do projeto vai muito além da sala de aula. Além de fortalecer vínculos comunitários e ampliar o acesso à cultura, as oficinas também incentivam o empreendedorismo cultural. Os alunos recebem orientações sobre produção independente, elaboração de projetos, acesso a editais públicos e formas de geração de renda dentro do setor.

"Os participantes passam a enxergar a música como uma possibilidade real de profissão. Muitos saem daqui preparados para atuar como músicos, educadores ou produtores culturais", destaca.

A manutenção do Ponto de Cultura Waldir Azevedo é realizada



DIVULGAÇÃO

Iniciativa também oferece oficinas de percussão, na Estrutural

com recursos do Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal (FAC), da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF (Seccec-DF).

Campanha de doação

Para garantir que mais pessoas possam participar, o projeto mantém uma campanha permanente de doação de instrumentos musicais, especialmente cavaquinhos e itens de percussão. A iniciativa busca atender alunos que não têm condições de adquirir o próprio equipamento.

Além das doações, o Ponto de Cultura também está aberto à participação de voluntários, como oficinairos e pessoas interessadas em contribuir com as atividades.

As oficinas são gratuitas e abertas a diferentes faixas etárias e níveis de experiência, com turmas em constante ampliação para atender à demanda da comunidade.

Sobre o projeto

O projeto Ponto de Cultura Waldir Azevedo foi fundado há mais de uma década pelo maestro William Nunes de Oliveira, mais conhecido como Dudu Oliveira, que durante sua adolescência, no Rio de Janeiro, viveu experiência semelhante de formação no projeto social do maestro Angelo Budega, que acabou direcionando sua trajetória para a música.

Com a ideia de implantar algo semelhante na capital do país, adquiriu cavaquinhos e começou a tocar na Vila Telebrasília, onde

conquistou a atenção de várias pessoas. Quando percebeu o interesse da comunidade, decidiu compartilhar os instrumentos.

O projeto já foi agraciado com o Prêmio Cultura Viva, da Secretaria de Cultura do DF e foi convidado pela Escola de Música de Berlim, na Alemanha, para representar o Brasil no "Dia Mundial do Choro", com apresentações da Orquestra de Cavaquinho de Brasília e de alunos do projeto com seus professores.

SERVIÇO

Oficinas do Ponto de Cultura Waldir Azevedo

- **Inscrições:** gratuitas
- **Locais:** Cidade Estrutural, Vila Cultural Cobra Coral (813 Sul) e CEEDV (612 Sul)
- **Informações e doações:** (61) 9 9969-9877
- **Instagram:** @projetowaldirazevedo

PROGRAMAÇÃO:

CEEDV

- **Canto Coral** - Sábado, 9h / 14h

Estrutural

- **Musicalização** infantil - Terça, 15h
- **Percussão** - Quarta, 19h30

Vila Cultural Cobra Coral

- **Cavaquinho** - Segunda, 19h30
- **Percussão** - Sexta, 19h30





AXIA ENERGIA

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 00.357.038/0001-16 - NIRE 53300002819
Companhia Aberta

ATA DA SEGUNDA ASSEMBLEIA-GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2026

- 1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia 03 de março de 2026, às 11h00 (onze horas), horário de Brasília-DF, sob a forma exclusivamente digital por meio da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), nos termos dos artigos 121, parágrafo único, e 124, §2º-A, ambos da Lei 6.404/1976 e nos termos dos artigos 5º, §2º, I, e 28, parágrafos 2º e 3º, todos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81").
- 2. Convocação:** Dispensada a publicação de edital de convocação, na medida em que se encontra presente na assembleia o Acionista Único, o qual representa a totalidade do capital social da Companhia.
- 3. Publicações e Divulgações:** Dispensados os atos de elaboração e publicação de edital de convocação e de proposta de administração, haja vista o disposto no artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações.
- 4. Presença:** Presente a Centrais Elétricas Brasileiras S.A (AXIA Energia), na qualidade de Acionista Único, pela sua procuradora, *Sra. Mariana de Mello Vaz Albuquerque*, que participou por meio da plataforma digital.
- 5. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos, na forma do Estatuto Social, o Diretor Administrativo-Financeiro interino da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (AXIA Energia Norte), *Sr. Eduardo Haiama*, tendo sido convidada para atuar como secretária a *Sra. Juliana Maria da Cruz de Almeida*.
- 6. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a alteração da razão social da Companhia; e (ii) a reforma do Estatuto Social da Companhia, para refletir a nova razão social e excluir o cargo de Diretor de Operação e Manutenção, cujas atribuições passarão a ser exercidas pelo Diretor-Presidente da Companhia.
- 7. Deliberações:** Instalada a Assembleia e, sendo dispensada a leitura da ordem do dia, foi aprovado pelo Acionista Único que a ata seja lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme faculta o §1º do Artigo 130 da Lei nº 6.404/1976. Em seguida, o Acionista Único deliberou o que se segue:
- 7.1.** Aprovar a alteração da razão social da Companhia. A razão social, que anteriormente era Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., passa a ser AXIA Energia Norte S.A.
- 7.2.** Aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia, para refletir a nova razão social e excluir o cargo de Diretor de Operação e Manutenção, cujas atribuições passarão a ser exercidas pelo Diretor-Presidente da Companhia.
- 7.3.** Consignar que a versão final, consolidada, aprovada, do Estatuto Social da Companhia encontra-se, na íntegra, apenas a esta Ata.
- 8. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o Presidente da mesa deu por encerrados os trabalhos e determinou a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos.
- Esta ata foi lavrada pela Secretária e assinada digitalmente pelos membros da mesa e pelo Acionista Único. Brasília, 03 de março de 2026. *Eduardo Haiama*, Presidente da Mesa; *Mariana de Mello Vaz Albuquerque*, pela AXIA Energia, Acionista Único; *Juliana Maria da Cruz de Almeida*, Secretária. "Ata registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal - JUCIS DF sob nº 2999111, em 18/03/2026."

Estatuto Social
AXIA Energia Norte
Capítulo I

Da Denominação, Organização, Sede e Objeto da Sociedade

- Art. 1º. A AXIA Energia Norte S.A., denominada AXIA Energia Norte ("Companhia", "Subsidiária" ou "Subsidiária Integral"), é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ("Controladora" ou "Acionista Único"), regida por este Estatuto e pela legislação aplicável.
- Art. 2º. A AXIA Energia Norte tem sede e foro na Capital Federal, sua duração é por tempo indeterminado, podendo criar sucursais, filiais, agências e escritórios no país e no exterior.
- Art. 3º. A Companhia, por meio de seus administradores, empregados e demais colaboradores, observará automaticamente todos os documentos normativos e diretrizes estabelecidos pela Controladora.
- Art. 4º. A Companhia tem por objeto social:
- a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, comercialização de energia, inclusive a comercialização varejista, bem como a celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades;
- b) participar de processos de inovação e pesquisas de seu interesse empresarial no setor energético, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;
- c) prestar serviços de laboratório, certificação, telecomunicação, operação e manutenção do sistema de geração e transmissão de energia elétrica;
- d) explorar empresarialmente direitos provenientes dos resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação da Companhia, relacionados ao setor energético;
- e) explorar empresarialmente direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de energia e de telecomunicações;
- f) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Controladora, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão; e
- g) executar serviço de aerolevantamento relacionado a telecomunicações, geração, transporte e transmissão de energia.

Capítulo II
Das Obrigações

- Art. 5º. A Companhia, por meio de seus administradores, empregados e demais colaboradores, consoante disposições legais vigentes, deverá, entre outras obrigações:
- I. nortear suas ações de modo sustentável e visando à sua perenidade, por meio do equilíbrio econômico, financeiro, social e ambiental nas operações e nas oportunidades de negócio;
- II. observar e cumprir todas as normas, políticas, práticas e diretrizes fixadas pela Controladora, incluindo-se as regras de alçada e de gestão de pessoas;
- III. fazer com que suas controladas observem todas as obrigações contidas neste artigo; e
- IV. atuar em inteira conformidade com o Código de Conduta da Controladora ("Código de Conduta"), com o Programa de Integridade da Controladora ("Programa de Integridade"), com as leis estadunidenses *Foreign Corrupt Practices Act* ("FCPA") e *Sarbanes-Oxley Act* ("SOX"), com a Lei nº 12.846, de 2013, e com qualquer outra legislação ou anticorrupção, bem como qualquer outra legislação, regra ou regulamento de propósito e efeito similares aplicável à Companhia e/ou à Controladora, abstendo-se de praticar qualquer conduta vedada pelos referidos normativos.
- Art. 6º. A Companhia deve tomar todas as providências cabíveis para que seus administradores, agentes, empregados e quaisquer outras pessoas agindo em seu nome, e, quando existir, em suas controladas, administradores, agentes, empregados e quaisquer outras pessoas agindo em nome destas, procedam sempre de acordo com as regras e preceitos do Código de Conduta, do Programa de Integridade, da legislação brasileira anticorrupção, da lei FCPA e da SOX, além das práticas e regras fixadas pela Controladora para promover o fortalecimento e aperfeiçoamento constantes do ambiente de controles internos da Companhia, sempre em conformidade com a lei SOX.
- Parágrafo único - As atribuições, atividades e responsabilidades relativas à Conformidade e Riscos na Companhia serão norteadas pela Vice-Presidência de Governança e Sustentabilidade da Controladora, com equipes atuando de forma unificada, sob coordenação do Acionista Único e considerando as seguintes premissas:
- I. atuação em conformidade com a legislação vigente, nacional e internacional, referente aos temas e às práticas anticorrupção, antissuborno e antifraude, e com os normativos emitidos por órgãos reguladores e fiscalizadores;
- II. atendimento às políticas, normas, diretrizes e procedimentos fixados pelo Acionista Único;
- III. disseminação a todos os administradores e colaboradores do Programa de Integridade do Acionista Único, com foco nos riscos de conformidade (desvio, corrupção e fraude), com a implantação e consolidação de reportes periódicos de monitoramento junto à Diretoria Executiva da Companhia;
- IV. disseminação da cultura de gestão integrada de riscos e de conformidade corporativos, em todos os níveis da Companhia, de acordo com normativos e diretrizes de conformidade e riscos fixados pelo Acionista Único; e
- V. tratamento, conforme diretrizes e normativos estabelecidos pela Controladora, de denúncias e outras manifestações das partes interessadas da Companhia, além de infrações detectadas até sua efetiva conclusão, incluindo-se a aplicação de consequências associadas a esta atribuição.

Capítulo III

Do Capital Social e das Ações do Acionista Único

- Art. 7º. O Capital Social é de R\$20.336.183.860,17 (vinte bilhões, trezentos e trinta e seis milhões, cento e oitenta e três mil, oitocentos e sessenta reais e dezessete centavos), dividido em 168.044.751 (cento e sessenta e oito milhões, quarenta e quatro mil e setecentos e cinquenta e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.
- §1º. Cada ação ordinária confere o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.
- §2º. A totalidade das ações da Companhia é de titularidade da Controladora.
- Art. 8º. Os aumentos do capital social da Companhia serão realizados mediante subscrição particular e/ou incorporação de reservas, de acordo com normas e condições estabelecidas dentre as modalidades admitidas em lei, e tendo em vista, ainda, as orientações fixadas pela Controladora.

Capítulo IV

Da Assembleia Geral e do Acionista Único

- Art. 9º. A Assembleia Geral Ordinária ("AGO") realizar-se-á dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, em dia, horário e local/forma previamente fixados pela Controladora, para:
- I. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- II. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- III. eleger os membros do Conselho de Administração e, quando instalado, do Conselho Fiscal; e
- IV. fixar o montante global anual da remuneração dos administradores e, se instalado, do Conselho Fiscal.
- §1º. A mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Administrativo-Financeiro, ou por quem vier a ser indicado pelo Diretor Vice-Presidente Executivo de Governança e Sustentabilidade da Controladora ("VP de Governança"), a qual designará, ainda, o secretário, cabendo a este último lavrar no livro próprio a ata dos trabalhos e deliberações.
- §2º. O Acionista Único poderá ser representado nas Assembleias Gerais nos termos da Lei das Sociedades por Ações.
- §3º. A competência para deliberar sobre a realização da Assembleia Geral é do Acionista Único, sem prejuízo das atribuições legais conferidas aos Diretores para solicitar à Controladora, por meio da Vice-Presidência de Governança e Sustentabilidade, a realização de Assembleia Geral.
- §4º. Nos casos em que a realização de Assembleia Geral for deliberada pelo Acionista Único, caberá à Vice-Presidência de Governança e Sustentabilidade da Controladora, e/ou ao(s) Diretor(es) Vice-Presidente(s) Executivo(s) da Controladora designado(s) pela Diretoria Executiva da Controladora, informar à Companhia a realização da Assembleia Geral, mediante envio de correspondência eletrônica ao Diretor Administrativo-Financeiro, indicando-se o dia, a hora e o local/forma de realização do conclave, além da ordem do dia e demais informações necessárias à deliberação assemblear.
- §5º. A Assembleia Geral poderá ser realizada nos formatos presencial ou digital, ou parcialmente digital, conforme legislação em vigor, e segundo diretrizes fixadas pela Vice-Presidência de Governança e Sustentabilidade da Controladora.

- Art. 10. Compete ainda à Assembleia Geral, sem prejuízo das demais atribuições legais, e segundo juízo do Acionista Único, decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sendo realizada em especial para deliberar sobre:
- I. alienação, no todo ou em parte, de ações do capital social da Companhia ou de suas controladas; alteração do capital social; venda de valores mobiliários, se em tesouraria; venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe, a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações ou conversíveis em ações, *comercial papers*, notas promissórias, *bonds*, notes e quaisquer outros títulos não conversíveis ou permutáveis por ações, de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada, não sendo autorizado o Conselho de Administração deliberar sobre o tema;
- II. operações de cisão, fusão, incorporação societária, dissolução e liquidação da Companhia;
- III. permuta de ações ou outros valores mobiliários;
- IV. reforma do Estatuto Social;
- V. autorização para a empresa mover ação de responsabilidade civil contra os administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio;
- VI. eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas, observadas a legislação e regulamentação aplicáveis;
- VII. os relatórios da administração e de controles internos, bem como as contas da administração;
- VIII. proposta do Conselho de Administração sobre a remuneração aos acionistas, com base nas diretrizes fixadas pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores da Controladora e tendo em vista os resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável;
- IX. planos de remuneração dos administradores, com base em proposta do Acionista Único;
- X. eleição e destituição, a qualquer tempo, os administradores e conselheiros fiscais da Companhia;
- XI. autorização para que os administradores possam confessar falência e a pedir recuperação judicial/ extrajudicial; e
- XII. outros assuntos que forem propostos pelo Acionista Único ou pelo Conselho de Administração.

- §1º. A efetiva alienação ou emissão de ações ou, ainda, de debêntures conversíveis em ações de que trata o inciso I do Art. 10º deste Estatuto com a finalidade de causar a alteração do controle da Companhia estará condicionada à prévia anuência da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, nos termos da regulação setorial. Para fins deste parágrafo, "controle" significa o disposto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.
- §2º. As deliberações da Assembleia Geral serão registradas no livro de atas da Companhia, podendo ser lavradas de forma sumária.
- §3º. O serviço de auditoria interna será prestado à Companhia pela equipe de auditoria do Acionista Único, que atuará de forma integrada e unificada em suas subsidiárias integrais. Eventuais equipes locais de auditoria da Companhia serão vinculadas funcionalmente à equipe de auditoria do Acionista Único.

Capítulo V

Da Administração

- Art. 11. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, órgão colegiado de funções deliberativas, e por uma Diretoria Executiva, com atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social.
- Parágrafo único - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser cumulados pela mesma pessoa.
- Art. 12. É privativo de pessoas naturais o exercício dos cargos integrantes da administração da Companhia, residentes ou não no país, podendo ser exigido, para qualquer cargo de administrador, a garantia de gestão.
- §1º. As atas de Assembleia Geral ou de reunião do Conselho de Administração, que elegerem, respectivamente, conselheiros de administração e diretores da Companhia, deverão conter a qualificação de cada um dos eleitos e o prazo de gestão e, quando a lei, este Estatuto Social, políticas ou normativos vigentes exigirem certos requisitos para a investidura do cargo, somente poderão ser eleitos e empossados aqueles que tenham exibido os necessários comprovantes de tais requisitos, dos quais se arquivará cópia autenticada na sede social da Companhia.
- §2º. Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, utilizando-se para tal todas as informações contidas no formulário padronizado pela Controladora.
- Art. 13. A investidura em cargo de administração da Companhia observará as condições impostas pela legislação aplicável, bem como aquelas previstas nos normativos internos definidos pela Controladora.
- Art. 14. Os administradores serão investidos nos seus cargos, mediante assinatura de termo de posse.
- § 1º. Se o termo de posse não for assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição, esta tornar-se-á sem efeito, salvo justificativa aceita pela Diretoria Executiva da Controladora.
- §2º. O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade: a indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão e/ou atribuição, as quais reputar-se-ão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à Companhia e à Vice-Presidência de Governança e Sustentabilidade.
- Art. 15. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva responderão, nos termos da legislação vigente, individual e solidariamente, pelos atos que praticarem e pelos prejuízos que deles decorram para a Companhia.
- Art. 16. Os administradores são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições.
- §1º. A Companhia assegurará a defesa em processos judiciais e administrativos aos seus administradores, presentes e passados, além de manter, diretamente ou por intermédio de contratação centralizada na Controladora, contrato de seguro permanente em favor desses administradores, para resguardá-los das responsabilidades por atos decorrentes do exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia, cobrindo todo o prazo de exercício dos respectivos mandatos.
- §2º. A forma do benefício mencionado no §1º será definida pela Diretoria Executiva da Controladora, observadas as diretrizes fixadas pela Controladora.
- §3º. A garantia prevista no §1º se estende aos ocupantes de função de confiança, presentes e passados; e aos empregados e prepostos, presentes e passados, que legalmente atuem por delegação dos administradores da Companhia.

Continua

Continuação

§4º. Observados os termos e condições previstos na Política de Indenidade da Controladora, bem como demais diretrizes de gestão e pessoal da Controladora e, desde que autorizado pela Diretoria Executiva da Controladora, a Companhia poderá celebrar contratos de indenidade com seus administradores, ocupantes de função de confiança e todos os demais empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores da Companhia, de forma a fazer frente a determinadas despesas relacionadas a processos arbitrais, judiciais ou administrativos que envolvam atos praticados no exercício de suas atribuições ou poderes, desde a data de sua posse ou do início do vínculo contratual com a Companhia.

§5º. Os contratos de indenidade não abarcarão:

I. atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes de seus signatários;

II. atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude;

III. atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia;

IV. indenizações decorrentes de ação social prevista no artigo 159 da Lei das Sociedades por Ações ou ressarcimento de prejuízos de que trata o artigo 11, parágrafo 5º, inciso II, da Lei nº 6.385/1976; ou

V. demais casos previstos no contrato de indenidade.

§6º. O beneficiário do contrato de indenidade estará obrigado a devolver à Companhia os valores adiantados nos casos em que, após decisão final irreversível, restar comprovado que o ato praticado pelo beneficiário não é passível de indenização, nos termos do contrato.

Art. 17. Os administradores ficam impedidos do exercício de atividades que configurem conflito de interesse, observados a forma e o prazo estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 18. O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

Capítulo VI
Do Conselho de Administração

Art. 19. O Conselho de Administração será integrado por 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral, sem suplentes, com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, permitidas reeleições.

§1º. Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

§2º. A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração designará, dentre eles, qual exercerá a função de Presidente do Conselho de Administração.

Art. 20. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, sendo admitido os formatos presencial, digital e híbrido, ou quaisquer outros meios que possibilitem o registro autêntico e fidedigno da manifestação de vontade de seus membros.

§1º. As reuniões extraordinárias do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente, por seu substituto ou qualquer membro do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados e apresentação dos documentos pertinentes.

§2º. O Conselho de Administração será convocado por seu Presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes, as quais, quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas na Junta Comercial competente e divulgadas.

Art. 21. Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância do cargo quando o membro do Conselho de Administração deixar de comparecer a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3 (três) intercaladas, durante o prazo de gestão, sem motivo justificado ou licença concedida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único - No caso de vacância do cargo de Conselheiro de Administração, caberá à Assembleia Geral a eleição de seu substituto, o qual completará o prazo de gestão do conselheiro anterior.

Art. 22. No exercício das suas atribuições, compete ao Conselho de Administração, respeitadas as diretrizes, regras e políticas fixadas pela Assembleia Geral da Companhia e pela Controladora:

I. fixar e implementar a orientação geral, conforme formulada pelo Acionista Único, para os negócios da Companhia, conforme as diretrizes, regras e normas fixadas pela Controladora;

II. eleger e destituir os Diretores da Companhia, com base nas indicações apresentadas pelo Acionista Único, observando-se as atribuições aprovadas pela Diretoria Executiva da Controladora, e fiscalizar a sua gestão;

III. solicitar ao Acionista Único, por meio da Vice-Presidência de Governança e Sustentabilidade, a realização de Assembleia Geral;

IV. aprovar os relatórios da administração, bem como as contas da Diretoria Executiva;

V. analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal, quando instalado;

VI. tomar conhecimento a respeito da decisão, tomada pelo Acionista Único, da escolha e destituição de auditores independentes da Companhia, e adotadas providências necessárias para o adequado cumprimento dos prazos, solicitações e entregáveis associados aos trabalhos dos auditores independentes; e

VII. submeter à Diretoria Executiva da Controladora, quando cabível, matérias para sua aprovação, em linha com as orientações e regras de competência fixadas neste Estatuto Social e pela Controladora.

Parágrafo único - As matérias a serem submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia serão instruídas, quando aplicável, por seus próprios membros ou pela Diretoria Executiva, observando-se as diretrizes de governança corporativa fixadas pela Controladora.

Art. 23. O Conselho de Administração, em cada exercício, examinará e submeterá à decisão da Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras elaboradas pela Diretoria Executiva em conformidade com a legislação societária vigente, incluindo-se a proposta de distribuição de dividendos, de pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP e de aplicação dos valores excedentes, em linha com as orientações fixadas pela Vice Presidência Financeira e de Relações com Investidores da Controladora, anexando o parecer do Conselho Fiscal, quando instalado, e a manifestação dos auditores independentes, observado o disposto neste Estatuto.

Capítulo VII
Da Diretoria Executiva

Art. 24. A Diretoria Executiva é órgão executivo de administração e representação, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) membros e, no máximo, 4 (quatro) membros, sendo autorizada a cumulação de mais de um cargo por qualquer Diretor, designados da seguinte forma: (i) o Diretor-Presidente; (ii) o Diretor Administrativo-Financeiro; e (iii) o Diretor de Relações com Investidores, todos eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia, com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas reeleições.

§1º. É condição para investidura em cargo de Diretor a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverão ser fixados pela Controladora.

§2º. Os Diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas ligadas de qualquer forma ao Setor Elétrico, salvo nas sociedades em que a Controladora ou a Companhia tenha participação acionária, direta ou indiretamente, onde poderão exercer cargos na administração e no Conselho Fiscal.

Art. 25. No exercício das suas atribuições, compete à Diretoria Executiva, respeitadas as diretrizes e políticas fixadas pelo Conselho de Administração, pela Assembleia Geral da Companhia e pela Controladora:

I. deliberar sobre matérias de sua competência e submeter ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva da Controladora, quando cabível, matérias para sua aprovação, em linha com as orientações e regras de competência fixadas neste Estatuto e pela Controladora;

II. cumprir as diretrizes e orientações fixadas pela Diretoria Executiva da Controladora no processo de unificação e padronização dos documentos normativos da Controladora e de suas subsidiárias integrais;

III. analisar e submeter aos auditores independentes, ao Conselho Fiscal, quando instalado, e ao Conselho de Administração, em cada exercício, as demonstrações financeiras estabelecidas pela legislação societária vigente e preparadas pela Diretoria Administrativo-Financeira, incluindo-se a proposta de distribuição de dividendos, de pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP e de aplicação dos valores excedentes, em linha com as orientações fixadas pela Vice Presidência Financeira e de Relações com Investidores da Controladora;

IV. analisar e submeter à aprovação do Conselho de Administração proposta de remuneração aos acionistas preparadas pela Diretoria Administrativo-Financeira, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável e em linha com as orientações fixadas pela Vice Presidência Financeira e de Relações com Investidores da Controladora;

V. aprovar as informações financeiras trimestrais da Companhia; e

VI. tomar conhecimento a respeito da decisão, tomada pelo Acionista Único, da escolha e destituição de auditores independentes da Companhia, e adotar as providências necessárias para o adequado cumprimento dos prazos, solicitações e entregáveis associados aos trabalhos dos auditores independentes.

Parágrafo único - As matérias a serem submetidas à apreciação da Diretoria Executiva serão instruídas pelo Diretor responsável, observando-se as diretrizes de governança corporativa fixadas pela Controladora.

Art. 26. A Diretoria Executiva submeterá à apreciação do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, o relatório anual da administração e respectivas demonstrações financeiras do exercício social.

Art. 27. A Diretoria Executiva, em cada exercício, examinará e submeterá à decisão do Conselho da Administração, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras elaboradas pela Diretoria Administrativo-Financeira sob supervisão da Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores da Controladora, em conformidade com a legislação societária vigente, bem como a proposta de distribuição de dividendos, de pagamento de JCP e de aplicação dos valores excedentes, anexando o parecer do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e a manifestação dos auditores independentes.

Art. 28. A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, ou em outra periodicidade a

ser definida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva da Controladora, conforme o caso, com a maioria dos seus membros e, extraordinariamente em caso de necessidade, para deliberar sobre as competências fixadas expressamente neste Estatuto e pela Controladora.

§1º. As reuniões serão convocadas pelo Diretor-Presidente, registradas em atas assinadas por todos os membros participantes e instaladas com quórum mínimo de 02 (dois) membros, sendo as deliberações tomadas pelo voto da maioria dos seus membros participantes.

§2º. Em caso de empate, a decisão será suspensa, cabendo ao Diretor-Presidente relatar o caso à Vice-Presidência de Governança e Sustentabilidade da Controladora para posterior desempate a ser deliberado pela Diretoria Executiva da Controladora.

§3º. As decisões dos administradores deverão observar as normas e as diretrizes estratégicas estabelecidas pela Controladora.

§4º. É vedado ao Diretor deliberar sobre matéria conflitante com seus interesses ou relativa a terceiros sob sua influência, nos termos da legislação vigente, devendo o Diretor registrar em ata a natureza e extensão de seu conflito, ausentar-se da reunião e eximir-se de discutir e votar o tema.

§5º. Caberá ao Diretor-Presidente comunicar previamente à Controladora, por meio da Vice-Presidência de Governança e Sustentabilidade, o teor das pautas das reuniões da Diretoria Executiva e encaminhar os demais esclarecimentos e/ou documentos porventura solicitados.

§6º. Caberá, ainda, ao Diretor-Presidente comunicar à Controladora, por meio da Vice-Presidência de Governança e Sustentabilidade, em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização de cada reunião da Diretoria Executiva, o teor das decisões tomadas pelo órgão colegiado e resumo dos assuntos debatidos e encaminhar os demais esclarecimentos e/ou documentos porventura solicitados.

§7º. A equipe de governança da Subsidiária Integral dedicada ao apoio da Diretoria Executiva e dos demais órgãos de governança societários da Companhia se reportará direta e funcionalmente à Vice-Presidência de Governança e Sustentabilidade da Controladora.

Art. 29. Os Diretores não poderão se afastar do exercício do cargo por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, salvo em caso de férias ou licença, sob pena de perda do cargo, exceto nos casos autorizados pela Diretoria Executiva da Controladora, nos termos do presente Estatuto Social.

Parágrafo único - No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer Diretor, o substituto será indicado dentre os demais Diretores, pela Diretoria Executiva da Controladora.

Art. 30. Vagando definitivamente cargo de Diretor, utilizar-se-á o mesmo critério constante do Parágrafo único do Art. 29, para a substituição, até a realização de reunião do Conselho de Administração que decidir pela substituição definitiva e eleger o novo Diretor, preenchendo-se, assim, o cargo vago, pelo prazo que restava ao substituído, observadas as normas e diretrizes fixadas pela Controladora.

Art. 31. Cabe à Diretoria Executiva e aos seus membros exercer a gestão dos negócios da Companhia, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

Capítulo VIII
Das Atribuições dos Diretores

Art. 32. São atribuições individuais comuns a todos os membros da Diretoria Executiva:

I. gerir as atividades da sua área de atuação, observando-se os objetivos, diretrizes e iniciativas estratégicos fixados pelo Conselho de Administração, e as metas que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração, devendo, ainda, cumprir e fazer cumprir, no âmbito de sua atuação, a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, conforme o caso;

II. designar empregados da Companhia para missões no exterior, sujeita à aprovação pelas Vice-Presidências da Controladora aos quais se encontram vinculados, e em linha com as diretrizes, regras e normas fixadas pelo Conselho de Administração e pela Controladora;

III. movimentar recursos da Companhia e formalizar obrigações em geral, mediante assinatura do Diretor-Presidente e de outro Diretor nos respectivos instrumentos obrigacionais, podendo esta competência ser delegada a procuradores e a outros Diretores, conforme orientações expedidas pelo Conselho de Administração;

IV. implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos, controles internos e conformidade estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos a que está exposta a Companhia, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e aqueles relacionados à ocorrência de corrupção e fraude, em linha com as diretrizes, regras e normas fixadas pelo Conselho de Administração e pela Controladora;

V. executar as instruções de voto aprovadas pela Diretoria Executiva da Controladora ou pelo Diretor Vice-Presidente Executivo da Controladora designado por aquele órgão para tal fim, referentes a assembleias das sociedades investidas da Subsidiária Integral e/ou de suas controladas, observadas as orientações e regras de alçadas fixadas pela Controladora;

VI. observar as regras de delegação de poderes fixadas neste Estatuto e pela Diretoria Executiva da Controladora, em linha, ainda, com as orientações e regras de alçadas fixadas pela Controladora;

VII. cumprir as decisões tomadas pelo Conselho de Administração, pela Diretoria Executiva da Controladora e pelo Conselho de Administração da Controladora;

VIII. prestar contas periodicamente à Vice-Presidência da Controladora ao qual se subordina, a respeito do desempenho de suas atribuições, do cumprimento de suas metas e do alcance dos resultados específicos pactuados;

IX. admitir, após processo de recrutamento realizado pela Controladora, e demitir empregados, de acordo com as diretrizes fixadas pela Vice-Presidência de Gente, Gestão e Cultura da Controladora, podendo tal função ser delegada a outros empregados e/ou exercida de modo centralizado pelo Acionista Único, conforme orientações e regras expedidas pela Diretoria Executiva da Controladora;

X. decidir sobre as nomeações de lideranças para os cargos que lhe forem vinculados funcionalmente, e executar as nomeações aprovadas pela Controladora para as lideranças que lhe forem vinculadas administrativamente, em linha com as diretrizes, regras e normas de gente fixadas pela Controladora;

XI. exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pela Assembleia Geral ou pela Diretoria Executiva da Controladora;

XII. participar das reuniões da Diretoria Executiva;

XIII. atender tempestivamente às solicitações e recomendações formuladas pela auditoria interna da Controladora, além de franquear acesso às instalações, informações e documentos solicitados no âmbito dos trabalhos de auditoria interna;

XIV. observar a cadeia de reporte funcional fixada pela Diretoria Executiva da Controladora para as unidades organizacionais que lhe são vinculadas administrativamente; e

XV. aprovar atos de sua competência de acordo com as regras de alçadas fixadas pelo Conselho de Administração, pela Controladora e/ou conforme delegação de poderes da Diretoria Executiva da Controladora.

Art. 33. Compete ao Diretor-Presidente, sem prejuízo de outras atribuições que lhe vierem a ser conferidas pela Diretoria Executiva da Controladora:

I. representar a Companhia, judicial ou extrajudicialmente, ou ainda perante outras sociedades, acionistas ou público em geral e órgãos e entidades, podendo tal atribuição ser delegada a outros Diretores, conforme orientações expedidas pela Diretoria Executiva da Controladora;

II. nomear representantes, procuradores, prepostos ou mandatários da Companhia, conforme orientações expedidas pela Diretoria Executiva da Controladora;

III. executar as decisões do Conselho de Administração relacionadas à aprovação de propostas de atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências da Companhia, em linha com as orientações e regras de alçadas fixadas pela Controladora;

IV. aprovar e submeter à apreciação da Vice-Presidência de Operações e Segurança da Controladora a abertura de sucursais, filiais, agências e escritórios no Brasil ou no exterior;

V. atender às diretrizes e atribuições na Subsidiária sob a sua responsabilidade, promovendo os desdobramentos que se fizerem necessários;

VI. manter relações institucionais com os públicos de interesse da Subsidiária e órgãos reguladores, em alinhamento com a estrutura central na Controladora;

VII. adotar as ações e controles em consonância com o planejamento orçamentário sob sua responsabilidade, em alinhamento com a estrutura central na Controladora;

VIII. disseminar a cultura organizacional fomentada pelo Acionista Único às suas subsidiárias integrais, reforçando a visão, propósito e valores da Companhia, em alinhamento com a estrutura central na Controladora;

IX. fomentar a integração dos aspectos de sustentabilidade à estratégia empresarial, e gerir o desdobramento das iniciativas estratégicas relativas à estrutura organizacional sob sua responsabilidade, em alinhamento com a estrutura central na Controladora;

X. assegurar a implementação das políticas corporativas e da estratégia empresarial fixadas pelo Conselho de Administração e pela Controladora, bem como a criação e o desenvolvimento de programas, projetos, iniciativas, indicadores, metas e processos em conjunto com as áreas de negócio responsáveis, em alinhamento com a estrutura central na Controladora;

XI. submeter à aprovação da Controladora, por meio da Vice-Presidência de Operações e Segurança, propostas de uso ou exploração, a qualquer título, e por qualquer pessoa ou entidade, de equipamentos, instalações, bens ou outros ativos da Companhia, não vinculados à concessão, observadas as orientações e regras sobre alçadas fixadas pela Controladora;

XII. submeter à aprovação da Controladora, por meio da Vice-Presidência de Operações e Segurança, propostas de contratos referentes à comercialização de combustíveis;

Continua

Continuação

XIII. emitir diretrizes específicas alinhadas com a Vice-Presidência de Operações e Segurança da Controladora sobre, e coordenar a execução da operação do sistema eletroenergético e das instalações de transmissão e geração da Subsidiária Integral, em alinhamento com a estrutura central na Controladora;

XIV. emitir diretrizes específicas alinhadas com a Vice-Presidência de Operações e Segurança da Controladora sobre, e coordenar a execução da manutenção dos equipamentos e componentes dos sistemas de transmissão e geração, em alinhamento com a estrutura central na Controladora;

XV. emitir diretrizes específicas alinhadas com a Vice-Presidência de Operações e Segurança da Controladora sobre coordenar a execução da operação, manutenção e expansão do sistema de telecomunicações, em alinhamento com a estrutura central na Controladora;

XVI. emitir diretrizes específicas alinhadas com a Vice-Presidência de Operações e Segurança da Controladora sobre controlar e avaliar o desempenho operacional do sistema eletroenergético da Subsidiária Integral, em alinhamento com a estrutura central na Controladora;

XVII. coordenar as ações para gestão dos recursos hídricos e planejamento energético das bacias hidrográficas das usinas de concessão da Subsidiária Integral, observadas as diretrizes fixadas pela Vice-Presidência de Operações e Segurança da Controladora;

XVIII. coordenar as atividades das Unidades Regionais; e

XIX. coordenar as ações referentes aos processos regulatórios, em alinhamento com a estrutura central na Controladora.

Art. 34. Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, sem prejuízo de outras atribuições que lhe vierem a ser conferidas pela Diretoria Executiva da Controladora:

I. elaborar planos de emissão de títulos e valores mobiliários para serem submetidos à apreciação da Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores da Controladora, observadas as orientações e regras de alçadas fixadas pela Controladora;

II. promover a estrutura organizacional interna, mantendo-a constantemente atualizada, em linha com as diretrizes e regras de gestão e de gente fixadas pela Controladora e repassadas por meio da Vice-Presidência de Gente, Gestão e Cultura da Controladora;

III. implementar os planos e diretrizes fixados pelo Conselho de Administração e pela Controladora que disponham sobre admissão, desligamento, carreira, acesso, vantagens e conduta para os empregados da Companhia;

IV. fiscalizar o cumprimento dos documentos normativos e diretrizes expedidos pelo Conselho de Administração e pela Controladora, cumprir as regras contábeis e financeiras aplicáveis e zelar pelo cumprimento de eventuais covenants e demais obrigações financeiras contraídas pela Companhia;

V. submeter à aprovação da Controladora, por meio da Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores, propostas de captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, prestação de garantia e participação em parcerias, no país ou no exterior, observadas as orientações e regras sobre alçadas fixadas pela Controladora;

VI. submeter à aprovação da Controladora, por meio da Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores, propostas de contratos referentes a operações financeiras e securitárias destinadas à garantia de processos judiciais, respeitadas as orientações e regras de alçada fixadas pela Controladora;

VII. gerenciar os recursos econômico-financeiros visando a maximizar, de forma ética e sustentável, os resultados empresariais da Companhia, em alinhamento com as diretrizes da estrutura central na Controladora;

VIII. promover o controle contábil, a controladoria e a demonstração de resultados econômico-financeiros da Subsidiária Integral, em alinhamento com as diretrizes da estrutura central na Controladora;

IX. acompanhar o desempenho econômico-financeiro e gerir o orçamento de modo a cumprir o planejamento financeiro e orçamentário da Subsidiária Integral, em alinhamento com as diretrizes da estrutura central na Controladora;

X. apoiar a gestão de base remunerada dos ativos de transmissão e seus investimentos, conforme diretrizes da estrutura central na Controladora;

XI. apoiar as áreas que possuem reportes administrativos à Diretoria no bom cumprimento de suas funções na Subsidiária Integral; e

XII. adotar as providências necessárias para a adequada realização das Assembleias Gerais dentro do cronograma, prazos e condições fixados pelo Acionista Único.

Art. 35. Compete ao Diretor de Relações com Investidores, sem prejuízo de outras atribuições que lhe vierem a ser conferidas pela Diretoria Executiva da Controladora:

I. a divulgação de informações, para o mercado e entidades reguladoras;

II. a elaboração, revisão, atualização e divulgação dos principais instrumentos de comunicação com o mercado, apresentações a investidores, analistas e mídia financeira;

III. o relacionamento com o mercado, definição de prioridades, organização e participação de eventos no mercado de capitais, planejamento da atuação da Companhia nas conferências e eventos promovidos por bancos e outras instituições do mercado de capitais;

IV. a análise das opiniões dos analistas e investidores sobre o desempenho das estratégias e resultados da Companhia, realização de estudos comparativos de resultados e desempenho com pares mercadológicos, acompanhamento e compilação dos principais relatórios de analistas sobre a empresa e seu mercado, incluindo as recomendações e disseminando os principais pontos internamente na Diretoria e Conselho de Administração;

V. a captação e organização das informações relevantes para o mercado, manutenção da administração atualizada sobre o desempenho da empresa e de seu mercado; e

VI. a manutenção dos respectivos registros da Companhia junto às entidades reguladoras.

Capítulo IX
Do Conselho Fiscal

Art. 36. O Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, quando instalado pela Assembleia Geral, na forma da lei, compor-se-á de 3 (três) membros e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos residentes no País, que exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, e poderão ser reeleitos, observados os requisitos e impedimentos fixados na legislação, neste Estatuto e, naquilo que lhe for aplicável, nas orientações e regras de indicações fixadas pela Controladora.

Art. 37. A investidora em cargo de Conselheiro Fiscal da Companhia observará as condições impostas pela legislação aplicável, bem como as orientações e regras de indicações fixadas pela Controladora.

§1º. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse, o qual deverá ser arquivado no livro próprio de atas e Pareceres do Conselho Fiscal.

§2º. Os membros do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral durante o período em que o órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício de suas funções, observadas as disposições legais.

§3º. Aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal a defesa e a contratação de seguro nos termos dos parágrafos 1º e 5º do Art. 16, do presente Estatuto.

Art. 38. Os membros do Conselho Fiscal elegerão em sua primeira reunião o seu Presidente.

§1º. Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) intercaladas, durante o prazo de atuação, será o membro do Conselho Fiscal substituído pelo respectivo suplente, até a eleição de novo titular.

§2º. Os membros do Conselho Fiscal terão ressarcidas suas despesas de locomoção, alimentação e estada, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião, e, somente de locomoção e alimentação, quando residente na cidade.

Art. 39. Os pareceres e opiniões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e registradas no "Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal", cabendo ao seu Presidente, além do voto comum, o de desempate.

Parágrafo único. A Companhia designará pessoal qualificado para secretariar as reuniões do Conselho Fiscal e prestar-lhe apoio técnico.

Art. 40. A pedido de qualquer de seus membros, o Conselho Fiscal poderá solicitar esclarecimentos ou informações e a apuração de fatos específicos aos auditores independentes.

Art. 41. O Conselho Fiscal poderá, para apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções, formular, com justificativa, questões a serem respondidas por perito e solicitar à Diretoria Executiva que indique, no prazo máximo de trinta dias, três peritos, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, de notório conhecimento na área em questão, dentre os quais o Conselho Fiscal escolherá um, cujos honorários serão de responsabilidade da Companhia.

Art. 42. Ao Conselho Fiscal, quando instalado, e sem prejuízo de outras atribuições fixadas por lei ou pela Assembleia Geral, compete:

I. pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pela Assembleia Geral;

II. acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;

III. elaborar, alterar e aprovar seu Regimento Interno, segundo modelo elaborado pela Vice-Presidência de Governança e Sustentabilidade da Controladora;

IV. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

V. opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;

VI. opinar sobre as propostas do órgão da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de títulos e de valores mobiliários, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, pagamento de JCP, aplicação dos valores excedentes, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;

VII. denunciar, por qualquer de seus membros, à Diretoria Executiva e, se a administração não adotar as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;

VIII. solicitar ao Acionista Único a realização da Assembleia Geral Ordinária, se esta não ocorrer dentro do prazo legal assinalado, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias Gerais as matérias que considerarem necessárias;

IX. analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, elaboradas periodicamente pela Diretoria Executiva;

X. examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

XI. exercer as atribuições previstas neste artigo, quando cabíveis, durante a eventual liquidação da Companhia;

XII. assistir obrigatoriamente às reuniões da Diretoria Executiva em que se deliberar sobre assuntos sobre os quais deva opinar, relativo aos incisos V, VI e X deste artigo; e

XIII. fornecer ao Acionista Único, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência.

Art. 43. Os órgãos de administração são obrigados, através de comunicação por escrito, a colocar à disposição dos membros em exercício do Conselho Fiscal, quando instalado, dentro de 10 (dez) dias, cópias das atas de suas reuniões e, dentro de 15 (quinze) dias do seu recebimento, cópias dos seus balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente e dos relatórios de execução de orçamentos.

Art. 44. O Conselho Fiscal, quando instalado, reunir-se-á, ordinariamente, a cada 3 (três) meses, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Colegiado, e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

Capítulo X
Do Exercício Social e Demonstrações Financeiras

Art. 45. O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se a 1º de janeiro, com término em 31 de dezembro de cada ano e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos da legislação sobre as sociedades por ações e ao presente Estatuto.

Parágrafo único - Em cada exercício será obrigatória a distribuição de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação vigente.

Art. 46. Prescreve, no prazo legal, a ação para pleitear dividendos, os quais, não reclamados tempestivamente, reverterão em benefícios da Companhia.

Art. 47. A Companhia, sob responsabilidade de sua Diretoria Administrativo-Financeira, compromete-se a:

I. submeter tempestivamente à Controladora suas demonstrações financeiras, anuais e trimestrais, controles internos e procedimentos fiscais e tributários a auditores independentes;

II. remeter mensalmente à Controladora, conforme cronograma definido pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores da Controladora, as demonstrações financeiras levantadas, exceto nos casos previstos no inciso III deste artigo;

III. remeter trimestralmente à Controladora, conforme cronograma definido pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores da Controladora, suas demonstrações financeiras levantadas em, respectivamente, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro do mesmo ano, auditadas por empresa de auditoria independente, bem como demonstrativos contábeis auxiliares se requerido, revisados por seus auditores independentes;

IV. remeter, anualmente, à Controladora, conforme cronograma definido pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores da Controladora, suas demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro do ano anterior, compreendendo os 12 (doze) meses anteriores, bem como demonstrativos contábeis auxiliares se requerido, acompanhadas de Relatório de Auditoria emitido pelos seus auditores independentes. Alternativamente, mediante solicitação prévia da Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores da Controladora, as demonstrações financeiras poderão ser acompanhadas de Carta de Conforto emitida pelos seus auditores independentes;

V. remeter, anualmente, à Controladora relatório de revisão de seus controles internos, emitido por sua empresa de auditoria independente;

VI. franquear aos auditores independentes da Controladora e da Subsidiária Integral livre acesso aos papéis de trabalho e/ou autorizar a adoção de procedimentos adicionais de auditoria, observadas as diretrizes fixadas pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores da Controladora;

VII. fornecer, com presteza, esclarecimentos e informações de natureza contábil, financeira, fiscal, tributária, jurídica e técnico-operacional (engenharia) à Controladora;

VIII. adotar as Normas Internacionais de Contabilidade para a elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras;

IX. implementar, testar e certificar, anualmente, o ambiente de controles internos em consonância à Lei SOX, observadas as diretrizes fixadas pela Vice-Presidência de Governança e Sustentabilidade da Controladora; e

X. fornecer, ainda, os seguintes documentos à Controladora:

a) anualmente, tão logo seja recebida, a Carta de Recomendação dos auditores independentes;

b) anualmente, conforme cronograma definido pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores da Controladora, as Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas de relatórios da administração, parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, sem prejuízo do previsto no inciso IV deste artigo; e

c) demonstrativos contábeis especiais a serem levantados a qualquer tempo, sempre que solicitados pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores da Controladora.

Art. 48. Caso o descumprimento dos compromissos previstos no artigo anterior gere ou contribua, comprovadamente, para a imputação de multas ou qualquer penalidade à Controladora ou a seus administradores, por atraso na apresentação de quaisquer de suas informações contábeis periódicas, seja por órgãos reguladores ou fiscalizadores, nacionais ou internacionais, a Companhia ficará responsável pelo ressarcimento do prejuízo dos prejuízos causados no respectivo montante que houver contribuído no consolidado para a imputação da respectiva multa.

IPVA

Pagamento da segunda parcela começa hoje

Atenção, brasileiro: o pagamento da segunda parcela do IPVA de 2026, para quem optou por dividir o imposto, deve ser feito a partir de hoje. A quitação é exigida para automóveis, motos e comerciais leves e pesados cujas placas têm

final 1 ou 2. O calendário segue até sexta-feira para os motores com placas de final 9 e 0.

A Secretaria de Economia do Distrito Federal (Seec-DF) reforça que já enviou a cobrança pelos Correios para os proprietários, mas a impressão do boleto está

disponível no portal da Receita do DF, na aba "Emitir o IPVA". Basta copiar o código de barras e pagar no banco de preferência.

Sem mudanças

Para este ano, não houve mudanças nas alíquotas. Elas permane-

cem em 1% para veículos de carga com lotação acima de 2.000 kg, caminhões-tratores, micro-ônibus, ônibus e tratores de esteira, de rodas ou mistos; 2% para ciclomotores, motocicletas, motonetas, quadriciclos e triciclos; e 3% para automóveis, caminhonetes e utili-

tários (SUVs).

Modelos determinam valores

A variação de valores dos veículos ocorre, portanto, em decorrência do mercado, considerando o ano e a marca do modelo, por exemplo (*Da Agência Brasília*).

ENTREVISTA // LEANDRO GRASS, PRESIDENTE DO IPHAN

"Tombamento não é engessamento"

SUZANO ALMEIDA

suzano.almeida2@gmail.com

O presidente do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan), Leandro Grass, foi o convidado do **JBr Entrevista** desta semana. O ex-deputado distrital e pré-candidato ao Governo do Distrito Federal (GDF) pelo PT fez um balanço de seus dois anos de gestão, destacando o recorde de novos tombamentos e registros de patrimônio imaterial – com foco inédito em matrizes africanas e indígenas. Grass aproveitou, ainda, para rebater críticas sobre o suposto “engessamento” das cidades pelo órgão e comentou o embate político em torno de projetos que ameaçam a estrutura da instituição no Congresso Nacional.

Tivemos grandes avanços no reconhecimento do patrimônio em todo o país. Do que trata esse recorde?

O Iphan é uma instituição muito importante que completará 90 anos em 2027. É uma autarquia federal presente nos 27 estados através das superintendências. Cuidamos do patrimônio material (centros históricos, conjuntos urbanos como Brasília, edifícios e monumentos), do patrimônio imaterial (expressões, saberes, tradições como o Forró, o Frevo e o Maracatu), do patrimônio arqueológico, da educação patrimonial e do licenciamento ambiental. Nesses últimos anos, aceleramos e intensificamos o reconhecimento de novos bens culturais. Tivemos 23 tombamentos de novos patrimônios materiais e o registro de novos bens imateriais. Isso incluiu terreiros de matriz africana, bens de memória sensível (como o antigo DOPS no Rio de Janeiro), o Circo de Lona de Tradição Familiar, o Choro brasileiro e os saberes das parteiras. Isso ocorreu devido à retomada da política pública. A instituição estava muito maltratada e desprestigiada no governo Bolsonaro, inclusive com a ida para o Ministério da Cultura. Nós retomamos o investimento direto, que passará de quase R\$ 2 bilhões, somando recursos do Iphan, do Novo PAC (com mais de 100 obras) e da Lei Rouanet. Patrimônio é renda e oportunidade de trabalho. Cidades como Brasília, Ouro Preto ou São Luís não seriam o que são sem a preservação; não haveria o turismo, os restaurantes e as pousadas.

O Brasil, por muitos anos, focou muito em templos católicos. Como foi reconhecer denominações indígenas e as de matriz africana?

Fizemos um movimento para ampliar o reconhecimento do que é patrimônio no Brasil. Fomos um país colonizado por 400 anos com escravidão e, quando o Brasil se tornou formalmente livre, houve

a necessidade de reparar e recuperar essa memória. Isso não foi bem feito até a Constituição de 1988, que afirma no Artigo 216 que os quilombos são patrimônio cultural. Mas o que foi feito de fato? Em 2023, o Iphan estabeleceu um rito para o reconhecimento das comunidades quilombolas. O que a comunidade entende como seu patrimônio (edificações, igrejas, saberes), nós patrimonializamos. O Quilombo Tia Eva, no Mato Grosso do Sul, foi o primeiro a concluir esse processo, e há mais de 30 em andamento. Retomamos também o tombamento de terreiros e a política de diversidade linguística para reconhecer as línguas indígenas. O Brasil não pode ser visto só por uma parte, mas por sua diversidade indígena, afro, europeia e asiática.

T tecnicamente falando, o que fez do Iphan um órgão mais ágil para realizar esse trabalho?

Toda a política de patrimônio é sustentada por leis, algumas de 1937 e 1961, que precisavam de atualização. Por exemplo, atualizamos a portaria que define como o Iphan analisa intervenções em cidades tombadas. Muita gente em Brasília pergunta por que é necessária autorização para construir no Setor Hoteleiro, por exemplo. É porque Brasília é patrimônio mundial e o Iphan avalia para que intervenções não a descaracterizem. O tombamento não é “engessamento”. É possível ter metrô e VLT, desde que atendam aos critérios. Damos agora mais previsibilidade, prazos e segurança jurídica. Por exemplo, em centros históricos como o de Salvador, o morador não precisa de autorização para reformas internas simples, desde que a arquitetura colonial externa seja preservada. Modernizamos sistemas para que as informações estejam mais fáceis e rápidas. O Iphan é uma instituição de serviços; ela preserva uma joia do Brasil. O que é antigo não é descartável; ajuda a explicar quem somos.



“

...Em Diamantina alteramos as normas para permitir placas fotovoltaicas em casas do centro histórico. Brasília também muda; o Iphan já se posicionou favorável à habitação no Setor Comercial Sul. A cidade tem novas necessidades, como acessibilidade.”

Brasília é um museu a céu aberto. Como é feito o estudo para agilizar esses processos de novos prédios?

Para cada conjunto urbano, existe uma norma específica. A de Brasília é diferente da de Olinda ou Diamantina. Brasília tem o tombamento pela sua característica modernista e suas escalas (monumental, residencial, gregária e bucólica). O Iphan indica critérios de preservação, como gabarito e altura. Recentemente, foi aprovado o PPCUB [Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília]. O GDF nos consultou para que a norma local estivesse espelhada na norma federal. O Iphan não controla a cidade sozinho; a preservação é uma responsabilidade concorrente entre o Iphan e o GDF. Em Diamantina, por exemplo, alteramos as normas para permitir placas fotovoltaicas em casas do centro histórico. Brasília

também muda; o Iphan já se posicionou favorável à habitação no Setor Comercial Sul. A cidade tem novas necessidades, como acessibilidade. Restauramos uma casa antiga em Mariana (MG) e instalamos um elevador interno. O Iphan está melhorando sua atuação para incluir resiliência urbana e mudanças climáticas. Também seria importante que Brasília criasse sua própria Fundação do Patrimônio Cultural para coordenar esses trabalhos junto ao Iphan.

O trabalho desses últimos dois anos está sendo ameaçado pelo PL 1007, que defende praticamente a extinção do Iphan. Como o senhor vê essa situação?

O projeto é inconstitucional, irrelevante e inviável. O deputado quis chamar a atenção, mas não tem poder para isso, pois o Legislativo não pode determinar a extinção de uma autarquia federal. Vejo isso como uma oportunidade para explicar o que o Iphan faz. Algumas lideranças acham que o Iphan atrapalha, mas quando eu explico, elas entendem que nós ajudamos. No licenciamento ambiental, por exemplo, o Iphan autorizou mais de 13 mil empreendimentos no Brasil desde 2023. Conciliamos o objetivo do empreendedor com a preservação. Um caso em São Paulo: na construção de uma estação de metrô no Bixiga, descobriu-se um quilombo embaixo da terra (Quilombo da Saracura). Pactuamos com a empresa a retirada dos vestígios para serem remontados na própria estação, que será a primeira estação musealizada do Brasil. Fizemos uma limonada de um limão. O patrimônio gera renda e emprego. Uma sociedade que não

preserva seu patrimônio não sabe para onde vai.

O senhor já foi candidato ao governo e disputou com o governador Ibaneis. Está pronto para mais uma eleição?

Eu estou pronto para governar. Preparei-me pessoal, profissional e tecnicamente para governar Brasília. Infelizmente, Ibaneis ganhou e o resultado está aí: escândalos, problemas na saúde sem precedentes, educação destruída e falta de um projeto de desenvolvimento econômico. Eu sou pré-candidato ao governo. Hoje estou no Partido dos Trabalhadores (PT) e estamos dialogando com PV, PCdoB, PDT, Rede, PSol e com o PSB, que tem o Ricardo Cappelli como pré-candidato. Estamos buscando uma unidade de partidos e setores sociais em torno de um projeto comum para alavancar a tecnologia, a logística e a economia criativa. Queremos priorizar os mais pobres e transformar Brasília em um exemplo de sustentabilidade. Minha experiência no Iphan me permitiu conhecer o Brasil de norte a sul e ver o que dá certo em outros lugares e poderia funcionar aqui. O governador Ibaneis disse que não estaria no mesmo lugar que o Lula, o que achei de uma mediocridade enorme. Governadores como Cristóvão [Buarque], [Joaquim] Roriz e [José Roberto] Arruda conversavam com presidentes de campos opostos pelo bem da cidade. Brasília perdeu oportunidades de investimento por falta de diálogo, mas ainda assim o governo Lula está investindo em dois novos institutos federais aqui (Sobradinho e Sol Nascente). Queremos governar para todos e dialogar com todos.

**WIZ CO PARTICIPAÇÕES E CORRETAGEM DE SEGUROS S.A.**
CNPJ 42.278.473/0001-03**Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2025****Declarações**

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: • <https://jornaldebrasil.com.br/edicao-digital/>; • <https://ri.wiz.co/central-de-resultados/>; • <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=23590>; • <https://sistemasweb3-listados.b3.com.br/listedCompaniesPage/main/23590/CODBOLSA/overview?language=pt-br>

Balanco Patrimonial I BP

Ativo/Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	1.748	4.678	19.174
Aplicações Financeiras	9	148.808	13.993	386.138
Contas a Receber	10	15.905	16.140	141.484
Impostos a Compensar	11	5.697	9.898	44.724
Dividendos a Receber	12	30.682	64.338	2.473
Instrumentos Financeiros Derivativos	7	-	-	295
Outros Ativos	12	7.085	6.630	17.375
Total do Ativo Circulante		209.925	115.677	624.675
Não Circulante				
Contas a Receber	10	-	-	706
Instrumentos Financeiros Derivativos	7	-	-	8.035
Impostos a Compensar	11	-	-	51.987
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	30	1.974	19.904	25.254
Outros Ativos	12	66.504	65.695	51.575
Investimentos	13	896.589	855.904	251.308
Intangível	14	2.907	3.905	6.977
Imobilizável	15	203.340	206.638	1.437.287
Direito de Uso		4.602	5.241	10.507
Total do Ativo Não Circulante		1.175.916	1.157.287	1.809.386
				1.968.521

Passivo/Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a Pagar	16	6.392	3.075	123.976
Obrigações Sociais	16	12.786	12.173	41.056
Obrigações Tributárias	16	3.779	3.965	41.264
Dividendos a Pagar	17	50.269	40.028	108.100
Contas a Pagar de Aquisições	19	159.602	147.618	174.319
Arrendamento		1.406	1.462	2.672
Debêntures	23	20.686	122.618	20.686
Empréstimos	18	15.094	15.002	35.487
Outros Passivos	22	987	3.041	987
Receitas Diferidas	21	-	-	13.860
Instrumentos Financeiros Derivativos a Pagar	7	-	-	1.217
Total do Passivo Circulante		271.001	348.982	563.624
Não Circulante				
Contas a Pagar	16	3.712	6.896	5.570
Debêntures	23	298.268	112.008	298.268
Contas a Pagar de Aquisições	19	8.439	146.465	22.517
Provisão para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	20	16.521	16.018	35.547
Empréstimos	18	14.399	28.791	34.146
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos a Pagar	30	-	-	85.441
Outros Passivos	22	41.858	34.852	74.131
Provisão para Perdas em Controladas	13	30.066	28.629	-
Arrendamento		3.785	3.953	5.776
Receitas Diferidas	21	-	-	12.705
Obrigações Tributárias	16	-	-	199
Total do Passivo Não Circulante		417.048	377.612	574.300
Patrimônio Líquido				
Capital Social	24	40.000	40.000	40.000
Reserva de Capital	24	33.454	33.454	33.454
Reserva Legal	24	6.658	6.658	6.658
Reservas de Lucros	24	734.534	583.727	734.534
Ajuste de Avaliação Patrimonial		608	608	608
Transações de Capital	(117.462)	(118.077)	(117.462)	(118.077)
Atribuído aos Acionistas Controladores		697.792	546.370	697.792
Participação Não Controladores	24	-	-	598.345
Total do Patrimônio Líquido		697.792	546.370	1.296.137
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.385.841	1.272.964	2.443.061

Total do Ativo 1.385.841 1.272.964 2.434.061 2.445.312**Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido I DMPL**

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Transações de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total do Controlador	Participação de não Controladores	Total do Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	40.000	33.454	6.658	467.623	-	(66.701)	608	481.642	673.937	1.155.579
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	160.111	-	-	160.111	136.685	296.796
Distribuição de Dividendos e JCP	-	-	-	(3.979)	(40.028)	-	-	(44.007)	(170.778)	(214.785)
Constituição de Reservas	-	-	-	120.083	(120.083)	-	-	-	-	-
Redução de Capital	-	-	-	-	-	(51.376)	-	(51.376)	(29.571)	(29.571)
Transação de Capital I	-	-	-	-	-	-	-	-	744	744
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	611.017	1.157.387
Saldo em 31 de dezembro de 2024	40.000	33.454	6.658	583.727	-	(118.077)	608	546.370	611.017	1.157.387
Distribuição de Dividendos e JCP	-	-	-	-	201.076	-	-	201.076	166.634	367.710
Dividendos Adicionais Propostos ¹	-	-	-	-	(50.269)	-	-	(50.269)	(126.663)	(176.932)
Constituição de Reservas ²	-	-	-	100.538	(100.538)	-	-	-	-	-
Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.722)	(15.722)
Transação de Capital ³	-	-	-	-	-	615	-	615	(36.921)	(36.921)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	598.345	1.296.137
Saldo em 31 de dezembro de 2025	40.000	33.454	6.658	734.534	-	(117.462)	608	697.792	598.345	1.296.137

¹ Dividendos Adicionais Propostos ainda não deliberados pela Assembleia da Companhia e, por isso, ainda não representam uma obrigação presente com destaque no passivo da entidade. O destaque em subconta do Patrimônio Líquido, dentro da Reserva de Lucros, segue as diretrizes do ICP 08. ² Valores aprovados conforme Orçamento de Capital, de acordo com os artigos 193 a 197 da Lei das S.A.; ³ Refere-se ao movimento de saída do sócio não controlador da Consig BSB em novembro/2025 por rescisão contratual. Essa mudança na participação do Grupo na controlada não resultou em alteração do controle, sendo seus efeitos registrados como transação de capital.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Abaixo serão apresentadas as Notas Explicativas com referência da data-base de 31 de dezembro de 2025 e saldos comparativos de 31 de dezembro de 2024. Os valores serão apresentados em milhares de reais, exceto quando divulgado de outra forma.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A. ("Companhia"; "Wiz Co") é uma corretora de seguros e gestora de canais de distribuição de produtos financeiros, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto e domiciliada no Brasil. A Companhia tem sua matriz endereçada no SCN quadra 02, bloco D, entrada B sala 1301 Ed. Liberty Mail, Brasília - Distrito Federal. As demonstrações financeiras abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo" ou "Consolidado"). O Grupo está envolvido em atividades de comercialização de produtos financeiros e de seguros, atividades de backoffice e atividades de consultoria. A Companhia está listada no segmento Novo Mercado de Governança Corporativa da Brasil Bolsa Balcão - B3. Este regulamento tem como objetivo aumentar a transparência, a proteção dos acionistas minoritários e o alinhamento de interesses entre os acionistas e a administração da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade com relação às normas internacionais de relatório financeiro - IFRS e às práticas contábeis adotadas no Brasil: As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB). Além de serem apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM,

aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados aos valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estarão abertas nas respectivas notas explicativas. Adicionalmente é realizada a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, requerida pela legislação societária brasileira conforme CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) aplicável às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O Grupo aplicou as políticas contábeis de maneira consistente em todo o período apresentado nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve evento subsequente no período em análise.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A. - Brasília - DF

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e às suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os principais assuntos de auditoria são temas advindos dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Resposta da Auditoria ao assunto

Em nossos procedimentos de auditoria para abordar o risco de avaliação relacionada a equivalência patrimonial das investidas, realizamos testes sobre a apuração dos saldos comparando os resultados obtidos com os registros contábeis da Companhia. Também avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras em conformidade com os requerimentos das normas contábeis.

Especificamente, em relação às estimativas contábeis críticas das Investidas, consideramos:

- O entendimento e teste dos controles internos relevantes relacionados à revisão de performance das investidas;
- Envio de instruções de auditoria e revisão dos papéis de trabalho para os auditores dos componentes (investidas), considerando os níveis de materialidade, incluindo discussão sobre a abordagem nos principais assuntos ocorridos nas investidas;
- Recálculo do método de equivalência patrimonial e conciliação com os registros contábeis de todas as investidas;
- Teste de liquidação financeira dos recebimentos de juros sobre capital próprio e dividendos no exercício

Com a aplicação desses procedimentos, consideramos que as premissas e as metodologias utilizadas para as estimativas contábeis são adequadas para mitigar os riscos associados de distorções relevantes.

Consideramos que as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas não apresentam deficiências significativas e são apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, análise das premissas significativas e das metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo as taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade, e avaliação da consistência dos cálculos, comparando-os com informações do mercado disponíveis, com o desempenho efetivo e com previsões anteriores.
- Avaliação das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, não identificamos deficiências significativas e consideramos aceitáveis os valores registrados como ativo no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como as respectivas divulgações.

Demonstração do Resultado do Exercício I DRE

Exercício findo em	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Operações Continuadas				
Receita Líquida da Prestação de Serviços	25	215.592	231.873	1.382.973
Custo dos Serviços Prestados	26	(21.527)	(22.466)	(534.954)
Lucro Bruto		194.065	209.407	848.019
Despesas Administrativas	27	(67.745)	(66.157)	(151.566)
Depreciação e Amortização		(10.978)	(11.646)	(108.111)
Impairment		-	-	(10.990)
Outras Receitas	28	765	2.002	49.515
Outras Despesas	28	(46.411)	(33.347)	(53.415)
Equivalência Patrimonial em Investimentos	13	232.726	160.971	46.792
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		302.422	261.230	620.244
Receitas Financeiras	29	11.770	10.547	58.313
Despesas Financeiras	29	(95.186)	(92.959)	(120.711)
Resultado Financeiro		(83.416)	(82.412)	(62.398)
Lucro antes do IR e CSLL		219.006	178.818	557.846
IRPJ e CSLL Correntes	30	-	1.384	(179.374)
IRPJ e CSLL Diferidos	30	(17.930)	(20.091)	(10.762)
Lucro Líquido do Período		201.076	160.111	367.710
Quantidade de Ações - em unidades		159.907.282	159.907.282	n/a
Lucro Líquido por Ação, em Reais		1,25745	1,00127	n/a
Atribuível a: Acionistas Controladores		n/a	n/a	201.076
Não Controladores		n/a	n/a	166.634
Lucro Líquido do Exercício		n/a	n/a	367.710

Demonstração do Resultado Abrangente I DRA

Exercício findo em	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Operações Continuadas				
Lucro Líquido do Período	DRE	201.076	160.111	367.710
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-
Resultado Abrangente do Período		201.076	160.111	367.710
Quantidade de Ações, em unidade		159.907.282	159.907.282	n/a
Lucro Líquido por Ação, em Reais		1,25745	1,00127	n/a
Atribuível a:				
Acionistas Controladores		n/a	n/a	201.076
Acionistas não Controladores		n/a	n/a	166.634

Demonstração do Fluxo de Caixa I DFC

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	219.006	178.818	557.846	466.914
Caixa Líquido gerado pelas Atividades Operacionais	135.704	120.976	518.243	506.884
Caixa Líquido gerado pelas (aplicado nas) Atividades de Investimentos	44.095	183.337	(80.342)	(2.993)
Caixa Líquido (aplicado nas) Atividades de Financiamentos	(182.729)	(305.471)	(437.888)	(520.296)
Aumento de Caixa e Equivalente de Caixa	(2.930)	(1.158)	13	(16.405)
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do Exercício	4.678	5.836	19.161	35.566
Caixa e Equivalentes de Caixa ao final do Exercício	1.748	4.678	19.174	19.161

Demonstração do Valor Adicionado I DVA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Operações Continuadas				
A - Receitas	238.389	258.132	1.621.059	1.508.262
B) Insumos Adquiridos de Terceiros	(79.942)	(66.668)	(498.480)	(423.071)
C = A - B Valor Adicionado Bruto	158.447	191.464	1.122.579	1.085.191
D) Depreciação e Amortização	(10.978)	(11.646)	(108.111)	(117.381)
E = C - D Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	147.469	179.818	1.014.468	967.810
F) Valor Adicionado Recebido em Transferência	244.496	171.920	105.105	88.8

RISCO EPIDEMIOLÓGICO

Bactéria resistente desafia sistema de saúde pública

Antibióticos não funcionam contra microorganismo que pode causar desde infecções na pele até pneumonias graves

Uma bactéria resistente a antibióticos tradicionalmente associada a hospitais está se espalhando de forma crescente fora deles, atingindo a comunidade e colocando novos desafios para médicos e sistemas de vigilância em saúde.

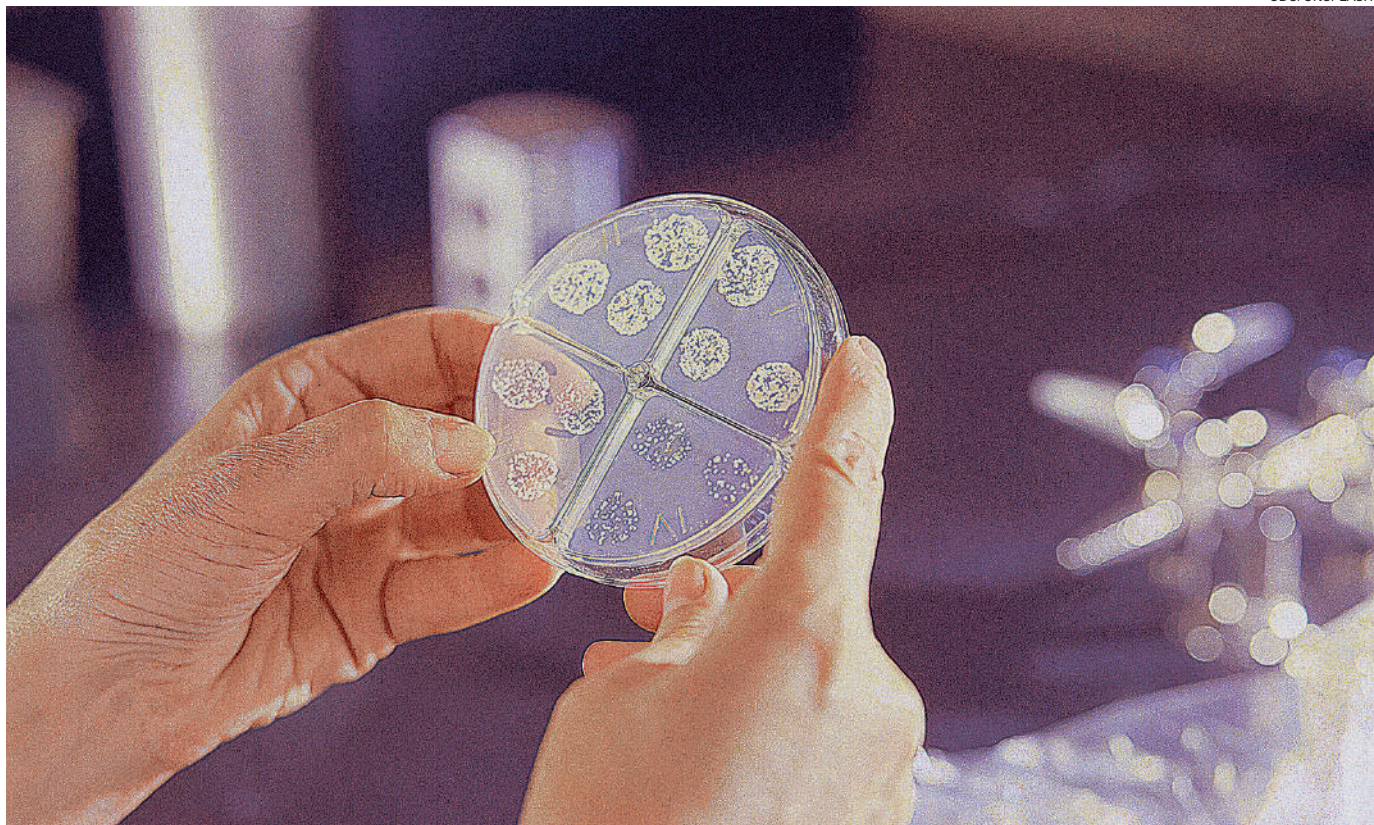
A mudança de comportamento é retratada em estudo baseado em mais de 51 mil exames laboratoriais coletados ao longo de dez anos, com foco na bactéria *Staphylococcus aureus*, que habita a pele e as vias respiratórias e que pode causar desde infecções na pele até pneumonias graves.

Quando essa bactéria desenvolve resistência aos antibióticos, passa a ser classificada como MRSA (*Staphylococcus aureus* resistente à metilicina). Isso significa que medicamentos da família da penicilina, como a oxacilina, tradicionalmente usados para tratar essas infecções, podem não ter efeito sobre elas.

A pesquisa, feita em parceria entre a Associação Fundo de Incentivo à Pesquisa (Afip) e a Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), analisou 51.532 exames positivos para *Staphylococcus aureus* coletados na macrorregião do estado de São Paulo e constatou um crescimento significativo da circulação da bactéria resistente fora do ambiente hospitalar.

O estudo analisou dados entre 2011 e 2021 e foi publicado na revista *Research Connections*, da Oxford University Press. Trata-se de uma das maiores análises populacionais já realizadas sobre essa forma resistente em países de renda média. A Afip faz exames microbiológicos para mais de 600 unidades de saúde, incluindo hospitais, laboratórios, serviços de emergência e unidades de atenção primária.

Os dados mostram que, enquanto os casos de MRSA classificados como hospitalares apresentam tendência progressiva de queda (2,48% ao ano), as infecções com padrão comunitário registraram crescimento médio anual de 3,61%.



CDC/UNSPASH

Bactéria *Staphylococcus aureus* resiste e se espalha fora de hospitais, desafiando protocolos médicos e a saúde pública do país

Segundo a análise, o *Staphylococcus aureus* resistente esteve associado a 43% das infecções avaliadas, com maior incidência em crianças pequenas e idosos.

"Estamos vendo na comunidade um perfil de resistência que, historicamente, era típico do ambiente hospitalar. E essas pessoas circulam, internam, voltam para casa, o que favorece ainda mais essa troca", diz a microbiologista Jussimara Monteiro, coautora do estudo e gerente do departamento de pesquisa e desenvolvimento da Afip.

Risco epidemiológico

Os mapas gerados pelo estudo mostram focos dessas infecções na região central da cidade de São Paulo, área marcada por alta vulnerabilidade social, além de municípios do litoral paulista. Fatores como adensamento populacional, maior incidência de infecções de pele, clima quente e circulação intensa de pessoas podem estar relacionados, embora essas associações ainda não tenham sido testadas estatisticamente.

Segundo Carlos Veiga Kiffer, autor sênior do estudo, professor de infectologia da Unifesp e pesquisador líder do Grupo de Análise em Infecções e Antimicrobianos (Gaia), os resultados indicam a necessidade de investigações mais detalhadas em territórios e populações específicas. "O estudo não afirma,

mas aponta a lente para onde o sistema de saúde precisa olhar."

De acordo com o estudo, entre as amostras associadas à comunidade, cerca de 22% já apresentavam resistência, percentual considerado alto para uma bactéria historicamente associada a infecções hospitalares. Para os pesquisadores, esse patamar já pode ser interpretado como um cenário de risco epidemiológico.

O estudo utilizou critérios indiretos para diferenciar infecções comunitárias das hospitalares. O principal foi o local de coleta das amostras. Exames feitos em unidades ambulatoriais e laboratoriais foram considerados mais prováveis de origem comunitária, enquanto coletas em hospitais e serviços especializados foram classificadas como hospitalares.

Um segundo critério, baseado no padrão de resistência identificado no antibiograma, foi usado como validador. "Quando cruzamos esses dois marcadores, eles se comportaram de forma muito semelhante, o que reforça que a tendência observada é real", diz Kiffer.

Ele afirma que a indicação de que mais de um quinto das infecções por *Staphylococcus aureus* adquiridas fora do hospital já podem ser resistentes a antibióticos comumente prescritos, como penicilinas e cefalosporinas, significa um risco maior de falha terapêutica quando

o tratamento é iniciado de forma empírica, sem considerar a possibilidade de resistência.

"Hoje, diante de uma infecção mais grave, especialmente em crianças, idosos ou casos de repetição, talvez não dê mais para tratar como se fosse uma bactéria sensível e perguntar depois", afirma Kiffer. "Em algumas situações, é mais seguro iniciar o tratamento como se fosse MRSA e ajustar quando o resultado do exame estiver disponível."

Segundo os pesquisadores, essa alteração no comportamento da bactéria já foi amplamente descrita em países como Estados Unidos, além da Europa, onde a vigilância sobre MRSA comunitário levou a mudanças nos protocolos de tratamento. No Brasil, entretanto, os dados são fragmentados e contraditórios, com estudos locais apontando prevalências que variavam de zero a 60%.

"O que parecia contradição era, na verdade, heterogeneidade geográfica", afirma Kiffer. "Existem bolsões de alta e de baixa prevalência. Quem estudava uma área fria encontrava zero; quem estudava uma área quente encontrava 60%."

Impasse no sistema de saúde

No SUS, as opções de antibióticos orais eficazes contra a bactéria são limitadas, o que frequentemente leva à internação para tratamento intravenoso, mesmo em casos que,

em teoria, poderiam ser tratados em casa. Isso tem implicações enormes para o sistema de saúde. "Mais internações, mais custos e mais pressão sobre hospitais", observa Kiffer.

Os autores defendem a criação de modelos de vigilância mais inteligentes, integrando dados laboratoriais, atenção primária e sistemas sentinela, além do fortalecimento de políticas públicas voltadas ao uso racional de antibióticos e ao descarte adequado de medicamentos.

"A separação clássica entre bactéria hospitalar e comunitária pode não representar mais a realidade. Entender essa nova dinâmica é essencial para evitar que a resistência continue avançando sem ser percebida", diz Jussimara Monteiro.

Prevenção

Algumas das formas de prevenção à transmissão do *Staphylococcus aureus* são lavagem frequente das mãos com água e sabão, ou o uso de álcool em gel quando necessário, além de manter cortes e feridas limpos e cobertos, trocando os curativos regularmente e evitando tocar ou manipular lesões na pele.

A higienização de ambientes e de objetos de uso coletivo e uso responsável de antibióticos também são medidas que ajudam a evitar o surgimento e a disseminação de cepas resistentes (*Da Folhapress*).



SONHANDO COM O PLANALTO

Discurso anticorrupção

Pré-candidato, Zema renuncia em Minas com fortes ataques ao governo do presidente Lula

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), renunciou ao cargo neste domingo com um discurso marcado por críticas ao governo Lula (PT) e promessas de acabar com o que chamou de "farra da corrupção".

"Ninguém aguenta mais a farra da corrupção, ninguém aguenta mais viver com medo, ninguém aguenta mais a conta não fechar no fim do mês. Não importa o quanto o brasileiro batalhe, o Brasil está sendo destruído por esse governo que está lá em Brasília", discursou o governador em solenidade em frente ao Palácio Tiradentes.

Zema é pré-candidato à Presidência da República, mas ainda não decolou nas pesquisas – no cenário mais provável do último Datafolha, tinha 4%, contra 38% de Lula, 32% de Flávio Bolsonaro e 7% de Ratinho Junior.

O governador de Minas passou o cargo para o seu vice, Mateus Simões (PSD). Ele vai concorrer à sucessão estadual e tenta atrair o PL e representantes do bolsonarismo para o seu palanque.

Na semana passada, Simões



Zema transmitiu o cargo para o vice Mateus Simões. Ex-governador vai tentar decolar nas pesquisas.

“Nós não somos um país fracassado, somos um país roubado [...] Chegou a hora de mudar o Brasil todo. O problema do Brasil não é falta de recursos, é sobra de ladrão”

Romeu Zema, pré-candidato à Presidência da República

disse à reportagem que um eventual cenário em que Zema integresse a chapa de Flávio Bolsonaro (PL) como vice à Presidência poderia contribuir com sua campanha à reeleição. Mas reconheceu que a articulação é complexa e vai além de Minas Gerais.

Balanço

Em discurso, Zema fez um balanço dos sete anos e três meses à frente do governo mineiro, reiterou um discurso anticorrupção e disse que Minas é um exemplo para o Brasil: "Nós não somos um

país fracassado, somos um país roubado [...] Chegou a hora de mudar o Brasil todo. O problema do Brasil não é falta de recursos, é sobra de ladrão", continuou.

Zema afirmou que tem andado pelo Brasil e entendeu que o brasileiro não quer um país perfeito. "Ele só quer um país que seja dele outra vez e não mais o Brasil dos intocáveis. Esse país é possível, porque no Brasil nunca faltou gente disposta a fazer a coisa certa", afirmou o governador.

E finalizou: "O que faltou foi, sim, respeito do governo com a

nossa gente. Foi por isso que nós começamos a mudar em Minas. E agora chegou a hora de mudar o Brasil todo".

Simões também criticou o governo federal em seus discursos neste domingo, fez ressalvas sobre programas sociais e enfatizou o combate à criminalidade.

"Em Minas Gerais, quem tem direito de usar a força é só a polícia. Isso significa que qualquer bandido que tentar atuar aqui vai ser caçado e expulso, e vocês não me verão triste pelo resultado de nenhuma operação policial em que todos os policiais estejam vivos, que a minha preocupação é garantir que bandido seja preso e fique preso", disse.

Apesar de pertencer ao PSD, Simões se diz comprometido com os planos nacionais de Zema, e não com os nomes cogitados por seu partido (Ratinho Junior, Ronaldo Caiado e Eduardo Leite).

Na disputa estadual, o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco pode deixar o PSD para lançar candidatura por outro partido com apoio de Lula.

Anotações de Flávio indicaram descrença do PL sobre Simões. Além da possibilidade de apoio ao senador Cleitinho (Republicanos), o partido de Jair Bolsonaro também cogita lançar Flávio Roscoe, presidente da Federação das Indústrias de MG (Fiemg). (Da Folhapress e Agência Estado)

INTERNAÇÃO DE BOLSONARO

Ainda sem previsão de alta

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) permanece internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do hospital DF Star, em Brasília, para o tratamento de uma pneumonia. Segundo boletim médico divulgado na tarde de ontem, nas últimas 24 horas, Bolsonaro manteve-se estável, afebril e sem intercorrências. Ele segue sendo tratado com antibióticos aplicados diretamente na veia e recebe suporte clínico intensivo e fisioterapia. Continua sem previsão de alta hospitalar.

O ex-presidente Jair Messias Bolsonaro permanece internado na Unidade de Terapia Intensiva do hospital DF Star, em tratamento de pneumonia bacteriana bilateral decorrente de episódio de broncoaspiração. Nas últimas 24 horas, manteve-se estável clinicamente, afebril e sem intercorrências. Segue com antibioticoterapia endovenosa, suporte clínico intensivo e fisioterapia respiratória e motora. No momento, sem previsão de alta

hospitalar", diz a íntegra do informe médico.

O boletim é assinado pelo cirurgião geral Claudio Birolini; pelos cardiologistas Leandro Echenique e Brasil Caiado; pelo coordenador da UTI Geral do DF Star, Antônio Aurélio de Paiva Fagundes Jr.; e pelo diretor-geral do hospital, Allisson B. Barcelos Borges.

O ex-presidente foi hospitalizado no último dia 13, com broncopneumonia bacteriana bilateral, decorrente de episódio de broncoaspiração, quando há a entrada de conteúdo das vias digestivas, como alimentos ou secreções, nas vias respiratórias, o que pode causar infecção nos pulmões. Ele chegou à UTI com água nos pulmões, pela aspiração de líquido do estômago, em decorrência dos soluços frequentes que ele apresenta.

Aniversário

No último sábado, Bolsonaro completou 71 anos de idade, em



Pressão para prisão domiciliar de Bolsonaro aumenta no STF

meio à pressão para que seja transferido para prisão domiciliar. Ele recebeu parabéns e mensagens de familiares e apoiadores na porta do hospital. Preso desde janeiro no 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, a Papudinha, Bolso-

naro cumpre pena de 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe de Estado para permanecer no poder após as eleições de 2022.

Interlocutores de Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), avaliam que o ministro está inclinado a transferir Jair Bolsonaro para a prisão domiciliar. Ele estaria levando em conta a condição precária de saúde do ex-presidente. Não há, porém, previsão de quando a medida seria tomada.

Na terça-feira, Moraes recebeu o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do ex-presidente, para conversar sobre o pedido de prisão domiciliar. O parlamentar demonstrou preocupação com a possível piora do estado de saúde de Bolsonaro se for mantido na Penitenciária da Papuda.

No mesmo dia, a defesa do ex-presidente fez um novo pedido de prisão domiciliar. O pedido anterior dos advogados foi negado pelo ministro no último dia 2.

saibamais

» A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, foi internada na noite de sábado para investigação de um quadro infeccioso, após apresentar mal-estar geral, febre alta e dor abdominal.

» Segundo nota oficial, a ministra permanece em observação em Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) para acompanhamento da evolução clínica e realização de exames complementares. O atendimento está sendo conduzido pelo cardiologista Sérgio Timerman e pelo infectologista Rinaldo Focaccia Siciliano. Não foi divulgada previsão de alta.

» Filiada ao PSOL, a titular dos Povos Indígenas – pasta criada em 2023, da qual ela é a primeira titular – trabalha para tentar a reeleição como deputada federal por São Paulo e deverá se desincompatibilizar do cargo nos próximos dias. O prazo limite para desincompatibilização é 4 de abril.



ARTIGOS

Sarrafo mais alto

Política todos nós fazemos até dormindo. Ao acordarmos, a consequência é que somos todos políticos. Entretanto, como fazer política é uma arte, poucos conseguem o diploma de conclusão do curso de homem público que preza pelos interesses da população. Ouço desde menino que o bom político não é aquele que vence nas urnas, mas sim o que trabalha para atender às necessidades de seu povo. O tempo passou e hoje, algumas boas décadas depois da meninice, ainda não se dissipou a certeza de que, de todas as coisas negativas na política, os políticos são a pior.

Eles nascem, crescem, são eleitos e morrem sem descobrir que é pelo caráter e não pelo intelecto que se ganha o mundo. Filosofias e sonhos à parte, a política tem tudo para ser mais honesta, compreensiva e social. Como tudo tem começo, meio e fim, o primeiro passo seria, antes de atingir o objetivo eleitoral, instruir os candidatos a se preocuparem mais com ideias e propostas e menos com agressões gratuitas a adversários, os quais, em uma única análise, não são inimigos. Desse modo, a

avaliação crítica de cada um seria de responsabilidade exclusiva dos eleitores.

Como a honestidade é uma obrigação, o pulo seguinte é o eleito se lembrar de Pompeia, a mulher do imperador César, e se mostrar honesto em qualquer ocasião ou situação. Feito isso, o fim natural é a reeleição ou o alcance de novos patamares políticos. Elevar o sarrafo impõe alguns contratempos, entre eles o de deixar de depender da política. Isso também exige decisões cabeludas e impensáveis. A principal delas é tornar pública a entrada do cidadão honesto pela porta da frente dos palácios e informar sobre a saída sorrateira do político pela porta dos fundos.

Didaticamente, serenidade, parcimônia, bons projetos, ideias progressistas e muita sensibilidade para saber alcançar os anseios do povo são alguns dos ingredientes básicos para um cidadão ser um bom político, sobretudo um bom prefeito, governador e presidente da República. Para chegar a um desses três títulos majoritários, normalmente seus postulantes já foram senadores, deputados e vereadores. As diferenças entre

eles são os obstáculos e as cascas de banana espalhadas pelos opositores. Mudar de parlamentar para o andar de cima, o de mandatário, significa participar obrigatoriamente de um Big Brother diário.

Ao contrário dos parlamentos, esses cargos exigem competência e não permitem retóricas, tampouco manifestações de força, de deboches ou de superioridade. Os que agiram dessa forma ficaram pelo caminho. A eleição deste ano pode ser a melhor ocasião para elevar o sarrafo da política. Cada vez mais raro, o político honesto quando chega ao poder fica limitado às seguintes opções: o aeroporto ou a rodoviária da cidade, a adesão à corrupção ou a perseguição implacável dos desonestos. Parafraseando o pensador Donizete de Castilho, o político honesto deve se comportar como os criadores de porcos: não ter de entrar no chiqueiro e não se deitar com os porcos para não se sujar. Tarefa difícil, mas não impossível para aqueles que consideram a honestidade a proeza mais memorável de todas as atitudes.

ARMANDO CARDOSO,
jornalista

O papel dos professores na educação midiática

A decisão de tornar a educação midiática obrigatória nos currículos da Educação Básica a partir de 2026 representa um avanço importante para a educação brasileira. Em uma sociedade marcada pela circulação acelerada de informações, pela presença massiva das redes sociais e pelo crescimento da desinformação, formar estudantes capazes de analisar criticamente conteúdos midiáticos tornou-se uma necessidade. No entanto, a efetiva implementação dessa agenda depende de um elemento central: a formação continuada dos professores.

A educação midiática não se limita ao uso de tecnologias digitais em sala de aula. Como destacam, trata-se de desenvolver competências para acessar, analisar, avaliar e produzir conteúdos em diferentes meios, compreendendo também os interesses, valores e estruturas que moldam o ecossistema informacional contemporâneo. Trata-se, portanto, de ampliar o letramento dos estudantes para que possam participar de forma crítica e responsável da vida pública.

Esse desafio exige novas com-

petências docentes. Professores precisam estar preparados para trabalhar com análise crítica da informação, discutir o funcionamento das plataformas digitais, abordar a desinformação e estimular práticas de produção midiática responsável.

Nenhuma inovação curricular, porém, se consolida apenas por meio de normas ou diretrizes.

Como defendem Antônio Nóvoa e Maurice Tardif, mudanças educacionais dependem diretamente da qualificação profissional dos professores e da valorização dos saberes construídos na prática pedagógica.

Nesse sentido, a formação continuada torna-se condição indispensável para que a educação midiática se transforme em prática pedagógica cotidiana. É necessário investir em proces-

sos formativos permanentes, articulados com a realidade das escolas, que promovam reflexão crítica, experimentação pedagógica e colaboração entre docentes.

A inclusão da educação midiática nos currículos abre uma oportunidade histórica para fortalecer o papel da escola na formação cidadã.

Para que essa oportunidade se concretize, porém, é preciso reconhecer que o centro dessa transformação está nos professores.

Investir na formação continuada dos educadores, é

investir na qualidade da educação e na capacidade da sociedade de enfrentar os desafios informacionais do nosso tempo.

CRISTINA HARICH,
Diretora Pedagógica dos jornais Joca e TINO Econômico

CHARGE



CARTAS DO LEITOR

Moro reforça o PL e reacende esperança na política

Vejo com bons olhos a decisão de Sergio Moro de se filiar ao Partido Liberal. A trajetória dele sempre foi marcada pelo combate à corrupção e pela defesa da justiça. Essa nova fase pode fortalecer ainda mais sua atuação política no país. Acredito que sua experiência como juiz e ministro agrega valor ao debate público.

É importante ter nomes com firmeza e posicionamento claro na política. Moro representa para muitos uma esperança de mudanças concretas. Sua filiação pode trazer novos rumos e fortalecer o partido. Vou acompanhar com atenção os próximos passos dessa decisão.

CARLA MESQUITA,
Asa Norte

Alta do petróleo pressiona preços e revolta moradores do DF

É revoltante acompanhar o aumento constante dos combustíveis no Distrito Federal. A cada semana, o preço sobe e pesa ainda mais no bolso da população. O valor do petróleo impacta diretamente tudo: transporte, alimentos e serviços. Quem depende do carro ou transporte por aplicativo sente ainda mais esse absurdo.

Não dá para aceitar reajustes sem transparência e sem justificativas claras. Enquanto isso, o salário do trabalhador continua o mesmo. O custo de vida no DF está cada vez mais alto e difícil de sustentar. Parece que a conta sempre sobra para quem mais precisa. É uma situação que exige atenção e cobrança das autoridades.

Precisamos de medidas urgentes para conter esses aumentos abusivos.

PEDRO FONTENELLE,
Guará

CARTAS PARA A REDAÇÃO: cartas@gruposjbr.com
SRTVS - QD 701 - Conjunto E - Bloco 1 - Sala 408
Edifício Palácio do Rádio I - Brasília - DF - CEP: 70.340-907

As charges, artigos e comentários publicados nesta página são a opinião de seus autores. E não refletem necessariamente a opinião deste jornal



INFRAESTRUTURA PRECÁRIA

Os abismos do país no saneamento básico

Enquanto alguns municípios avançam nas metas de universalização, outros patinam

A sete anos do prazo final para universalização do saneamento, o Brasil convive com realidades opostas. De um lado, cidades que já bateram a meta e têm toda a população atendida com água, coleta e tratamento de esgoto. De outro, municípios que não só estão longe do objetivo, mas retroagindo nos indicadores.

Entre as localidades mais bem classificadas e as piores, o país lida hoje com um abismo, marcado por desigualdades regionais, falta de planejamento e investimentos insuficientes.

Esse cenário de avanços e desafios é descrito na edição mais recente do ranking do saneamento, divulgada semana passada. O trabalho, feito pelo Instituto Trata Brasil em parceria com a GO Associados, considerou os indicadores de água e esgoto das cem maiores cidades brasileiras com base nos dados de 2024, ano mais recente disponibilizado pelo Ministério das Cidades.

Franca (SP) ocupa a primeira posição do ranking, seguida por outros três municípios paulistas: São José do Rio Preto, Campinas e Santos. Na lanterna estão Várzea Grande (MT), Rio Branco (AC), Porto Velho (RO) e, em último, Santarém (PA).

O estudo destaca as disparidades entre o topo e o fim da lista. Nos 20 melhores municípios, por exemplo, a média do índice de coleta de esgoto fica em 98%, enquanto entre os 20 piores a média é de 28% – diferença de 70 pontos percentuais.

Em relação ao atendimento de água, a média do topo fica em 99%. Já entre os 20 últimos, o indicador fica em 83%. Embora a diferença seja menor, os dados revelam situações ainda muito distantes da meta de universalização para 2033.



TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL

Estudo identificou municípios que tiveram variação negativa em saneamento frente a anos anteriores

saibamais

» O Distrito Federal conquistou o primeiro lugar no ranking nacional do Índice Confea de Infraestrutura do Brasil, o Infra-BR, lançado semana passada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea). A capital federal alcançou nota 74,67 na média entre os critérios avaliados pelo levantamento, que incluem mobilidade, meio ambiente e também saneamento básico.

Em Porto Velho, por exemplo, a cobertura de água que já era baixa piorou do último ranking para este. Em 2023, 35% da população tinha acesso a água potável, percentual que caiu para 30,7% em 2024.

Exemplos

O abismo entre a capital de Rondônia e Curitiba, onde o serviço de saneamento já está universalizado, ilustra a realidade brasileira no saneamento hoje. Segundo o estudo, a falta de

acesso à água potável ainda atinge mais de 30 milhões de brasileiros, enquanto quase 90 milhões (43% da população) não contam com coleta de esgoto.

Mas, para além das disparidades, o ranking também mostra como o saneamento no país caminha em ritmos opostos ao mesmo tempo. Enquanto algumas regiões aceleram a ampliação dos serviços de água e esgoto, outras retroagem.

Exemplo desse fenômeno é que, pela primeira vez entre as 18 edições do ranking, os municípios mais bem colocados conseguiram atingir a pontuação máxima. Isso significa que, além de terem níveis de atendimento universalizados nos moldes do marco do saneamento, eles também registraram baixos índices de perdas.

Em contrapartida, o estudo identificou municípios que tiveram variação negativa em relação a anos anteriores. Foi o caso de Porto Velho, com a água, mas também de Porto Alegre, que caiu 14 posições no ranking após registrar redução no atendimento de esgoto e aumento nos indicadores de perdas de água.

João Pessoa também despencou 14 posições, com piora nos indicadores de água, esgoto e perdas.

O volume de investimento ajuda a explicar parte desse abismo, diz Luana Pretto, presidente do Instituto Trata Brasil. "Quando olhamos o investimento médio de cada um desses grupos, vemos que os 20 melhores têm um investimento médio em saneamento básico anual de R\$ 176 por habitante, enquanto os 20 piores investem em média R\$ 77", afirma.

Rio Branco, por exemplo, que aparece entre os últimos cinco municípios do ranking, investe só R\$ 9 por ano.

"Nesse nível de investimento é muito difícil a gente pensar em uma universalização dentro da meta estabelecida pelo marco", afirma Luana.

"Quando vemos que eles [os últimos 20] precisam sair de 28% de coleta de esgoto hoje para 90% até 2033, vemos que o desafio é bastante grande e que o nível de investimento não está condizente com uma mudança de perspectiva futura" (Da Folhapress).

CASO HENRY BOREL

Julgamento começa hoje no Rio

O júri popular do caso Henry Borel começa nesta segunda-feira no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, cinco anos após a morte do menino, em março de 2021. O julgamento vai analisar as acusações contra o ex-vereador Jairo Souza Santos Júnior, o Jairinho, e a mãe do garoto, Monique Medeiros da Costa e Silva.

Pai da criança e assistente de acusação no processo, o vereador Leniel Borel (PP) afirma esperar uma resposta exemplar da Justiça. "Precisa ser uma resposta para o país, para que outros agressores pensem antes de cometer violência contra uma criança", diz.

Os dois réus respondem por homicídio triplamente qualificado, tortura e fraude processual. Ao longo do processo, Monique negou qualquer envolvimento na morte do filho. Jairinho disse que não teve culpa pela morte do enteado.

Ambos estão presos. Monique está no Instituto Penal Santo Expedito, no Complexo de Gerició, em Bangu, zona oeste do Rio, e teve a prisão preventiva mantida em decisões recentes de 2025. Já Jairinho está no Presídio Pedrolino Werling de Oliveira, conhecido como Bangu 8, no mesmo complexo.

O promotor do caso, Fábio Vieira, sustenta que a denúncia apresentada pelo Ministério Público se manteve consistente ao longo da investigação. "Desde o início a denúncia narra que o Jairo mata o menino. Ele espanca, agride violentamente e, por conta disso, as lesões causam a morte. E que a Monique se omite de proteger o filho. Essa narrativa vem sendo sustentada por tudo o que aparece no processo."

As defesas contestam essa versão e afirmam que o julgamento deve trazer novos elementos (Da Folhapress).



REPRODUÇÃO

Com hemorragia e 23 lesões, Henry Borel morreu com 4 anos

Investimentos abaixo do necessário

Segundo o estudo do Instituto Trata Brasil, mais da metade dos cem maiores municípios do país aplica hoje menos de R\$ 100 por habitante em saneamento, valor muito abaixo do patamar de

R\$ 225 por ano estimado pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) como necessário para universalizar os serviços.

Ao todo, 51 municípios investem menos de R\$ 100 por habitante.

Na outra ponta, apenas 17 aplicam mais de R\$ 200, e dez deles superam o nível considerado de excelência pelo estudo.

As desigualdades regionais também ajudam a desenhar

o mapa de contrastes. Dos 20 municípios mais bem colocados, a maior parte está nas regiões Sul e Sudeste. Já entre os 20 piores, a concentração se desloca para o Norte e Nordeste.

LiaDinorah

@liadinorah

liadinorahjornalista@gmail.com



Entre togas e tensões

Em meio a um cenário de bastidores inquietos, uma conversa ganha contornos simbólicos no coração do poder. O ministro Edson Fachin articula reunir, na próxima quarta-feira, os integrantes do STF para um encontro que, ao menos na superfície, gira em torno dos tradicionais penduricalhos. Mas, em Brasília, até os temas mais simples carregam camadas. Quando a Suprema Corte se reúne fora dos ritos formais, o que está em jogo quase nunca é apenas o que está na pauta.

Palco ou plantio?

Enquanto o campo pede atenção e resultados, cifras chamam mais atenção que colheitas. O Governo Lula prevê investir R\$ 14 milhões na contratação de uma empresa de eventos para organizar um encontro nacional voltado à agricultura familiar. A iniciativa levanta questionamentos sobre prioridades e o real impacto desse tipo de ação diante das necessidades concretas do setor. Em tempos de lupa sobre gastos públicos, a colheita que se espera é de resultados, não apenas de palcos bem montados.

Sabores em cena

A Vinícola Basso reúne convidados para um almoço especial no Fogo de Chão, no dia 10 de abril. A experiência inclui degustação dos vinhos Toro de Piedra, em uma tarde pensada para brindar boas conexões e descobertas. Jornalistas e criadores de conteúdo estarão presentes em um ambiente de troca e sofisticação, que une sabor, elegância e bons encontros.

Voz e propósito

No próximo dia 28, o Centro Cultural de Brasília recebe o Por Elas Talk 2026, com o tema "O Chamado Empreendedor", reunindo mulheres de diferentes áreas em uma imersão de identidade, liderança e direção. Idealizado pela Brasil Por Elas, o evento aposta em uma experiência de ativação empreendedora, indo além do formato tradicional. Ao longo do dia, 13 mulheres autoras compartilham histórias reais e trajetórias construídas com consciência, propósito e posicionamento.



FOTO: DIVULGAÇÃO

Fé conectada

Quando a espiritualidade encontra a inovação, surgem pontes que vão além do óbvio. Foi nesse cenário que a capital recebeu o lançamento do GODBY, plataforma criada para aproximar pessoas, igrejas e eventos no ambiente digital. O encontro, realizado na Igreja Batista Central de Brasília, reuniu convidados em torno de uma proposta que coloca a fé como elo no universo online.

Arquitetado pelo jovem empreendedor Isaque Neri, o aplicativo aposta na interação, no compartilhamento de mensagens e na construção de uma comunidade cristã conectada e segura. Na noite prestigiada, o pastor Ricardo Espindola e o idealizador do projeto.

Indústria em pauta

O economista Ruy Coutinho participa, em São Paulo, nesta segunda-feira, da primeira reunião do Conselho Superior da FIESP na gestão de Paulo Skaf, encontro que inaugura um novo ciclo de debates sobre os rumos da economia e do setor produtivo brasileiro.

A sessão também marca a presença da ministra aposentada do STF Ellen Gracie, que assume a presidência do Conselho, reforçando o peso institucional do colegiado. Na ocasião, Daniel Lima, à frente do Fundo Garantidor de Crédito, será o palestrante convidado, trazendo reflexões sobre a solidez do sistema financeiro e os desafios do crédito no atual cenário econômico.



FOTO: DIVULGAÇÃO

Brunch

Delicadeza, cuidado e elegância dão o tom do encontro que Valdira Siqueira promove, das 10h às 14h, no Deck Brasil, no Lago Sul. Em sua charmosa Clínica Chiquíssima, a anfitriã recebe convidadas para um brunch especial, pensado como uma experiência de bem-estar e sofisticação. Na pauta, a apresentação de tratamentos e procedimentos estéticos que valorizam a beleza natural, em um ambiente acolhedor, leve e absolutamente inspirador.

Conexão BSB

Entre encontros que desenham o novo mapa afetivo da cidade, o Meliá Brasil 21 vai ser palco do lançamento do guia *We Share BSB*. O coquetel acontece no dia 31 de março, às 17h, reunindo convidados em torno de experiências, conexões e olhares contemporâneos sobre a capital. A iniciativa, em parceria com As Kandangas, tem como anfitrião o empresário Fabiano Cunha Campos, em uma tarde de networking e celebração.

Acertar as contas

Consumidores com dívidas em bancos e instituições financeiras têm até 31 de março para renegociar débitos com condições especiais no Mutirão Nacional de Negociação de Dívidas e Orientação Financeira da Febraban. A iniciativa permite revisar pendências como cartão de crédito, cheque especial e consignado. Entre as vantagens estão alongamento de prazos, redução de taxas e novas condições de pagamento. A negociação pode ser feita diretamente com os bancos ou pela plataforma *Consumidor.gov.br*.

10^a EXPANSÃO

 **ParkShopping**
Multiplan



AS OBRAS DA 10ª EXPANSÃO DO PARKSHOPPING ESTÃO AVANÇADAS
E SEGUEM EM RITMO ACELERADO, GARANTINDO O COMPROMISSO
DA MULTIPLAN COM A INAUGURAÇÃO, EM NOVEMBRO DE 2026.

EM BREVE, VOCÊ VAI CONHECER UM BOULEVARD COM 60 NOVAS LOJAS,
MARCAS INÉDITAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, ALTA GASTRONOMIA
E MUITO MAIS. UMA OBRA DE ARTE NO HORIZONTE DE BRASÍLIA.

AGUARDE!



INAUGURAÇÃO
18 DE NOVEMBRO DE 2026

UM COMPROMISSO ASSUMIDO COM BRASÍLIA.
UMA ENTREGA COM DATA CONFIRMADA.

CONHEÇA MAIS SOBRE O PROJETO
E FAÇA UM PASSEIO VIRTUAL





EM DIA COM O FISCO

Chegou a hora de declarar o seu IR

Começa hoje o período oficial para prestar contas de rendimentos e bens à Receita Federal. Com Leão mais agressivo, veja como evitar a malha fina.

Começa hoje o prazo para a declaração do Imposto de Renda de 2026 à Receita Federal. O contribuinte tem até o dia 29 de maio para declarar rendimentos e bens referentes a 2025 ao Fisco. A expectativa do órgão é receber 44 milhões de declarações dentro do prazo neste ano. No Distrito Federal, a expectativa é que 960.989 declarações sejam feitas.

Há a opção de prestar contas pelo programa da declaração tradicional, disponível desde a última sexta-feira (20) no site oficial da Receita, ou pelo site Meu Imposto de Renda.

O limite de renda tributável que torna obrigatória a declaração (salário, aposentadoria e aluguel recebidos por exemplo) foi atualizado,

acompanhando reajuste da faixa de isenção do IR. Está obrigado a prestar contas quem, em 2025, recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 35.584.

Há novidades com relação ao pagamento da restituição. Uma delas é que a Receita planeja antecipar o último lote de restituição do IR, e pagar dois megalotes nos dois primeiros depósitos. O órgão quer quitar 80% das restituições até junho.

Outra mudança é o lote especial com 'cashback' do Imposto de Renda para quem não é obrigado a declarar, mas teve algum desconto do IR na fonte em 2025. O pagamento desse lote especial será feito no dia 15 de julho. A Receita

pretende beneficiar 4 milhões de contribuintes com a devolução.

A declaração do Imposto de Renda de 2026 ainda não incluirá a nova isenção para trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil por mês. Embora a medida tenha sido aprovada em 2025, ela só passou a valer no dia 1º de janeiro deste ano e seus efeitos serão válidos para o IR a ser declarado a partir do ano que vem.

Como não cair na temida malha fina do Leão?

A cada ano, a malha fina do Imposto de Renda se torna mais precisa e amplia a capacidade da Receita Federal de cruzar informações e identificar inconsistências.

Com isso, erros comuns na declaração, como omitir rendimentos, informar valores diferentes dos declarados por empresas ou lançar deduções indevidas, continuam sendo os principais responsáveis por reter declarações.

Há duas novidades com relação à malha fina deste ano: o sistema vai fazer alertas enquanto o contribuinte faz a declaração sempre que identificar algo fora do padrão: "isso está estranho" ou "essa despesa médica está muito alta", por exemplo. O Fisco também promete um filtro mais avançado no controle às despesas médicas, com o avanço do Receita Saúde, sistema que passou a exigir que profissionais de saúde emitam recibos eletrônicos das consultas, inclusive os que estão vinculados ao CPF e não ao CNPJ da clínica ou hospital.

Na declaração do ano passado,

quase 4 milhões de contribuintes caíram na malha fina, segundo a Receita. Ao todo, o Fisco recebeu 45,6 milhões de documentos, dos quais 3,97 milhões ficaram retidos (8,7% do total).

De acordo com a Receita, o principal motivo para a retenção foram as deduções com despesas médicas. Esse tipo de gasto já havia liderado o ranking em 2024, invertendo o posto com as omissões de rendimentos, que historicamente ocupavam a primeira posição.

Segundo Daniela Sato, consultora de tax compliance do Briganti Advogados, os principais pontos de inconsistência estão nos rendimentos tributáveis, como salários, pró-labore e aposentadorias – especialmente quando o contribuinte tem mais de uma fonte pagadora e deixa

de declarar algum valor ou informa números diferentes dos que constam nos informes de rendimentos.

Ela afirma que também são frequentes divergências nos valores de imposto retido na fonte, que precisam estar alinhados aos dados enviados pelas empresas.

No caso das instituições financeiras, destacam-se inconsistências em saldos bancários, aplicações financeiras e rendimentos de investimentos, já que bancos e corretoras repassam essas informações de forma detalhada à Receita.

"Como essas informações já chegam à Receita por meio de declarações como o eSocial e a e-Financeira, o contribuinte deve utilizá-las como principal referência no preenchimento da declaração,

evitando estimativas ou preenchimentos manuais sem a devida conferência dos informes oficiais", afirma Daniela.

Despesas dedutíveis

Para a especialista, o principal cuidado é declarar apenas despesas que possam ser comprovadas documentalmente. No caso de despesas médicas, é essencial que os valores estejam baseados em recibos ou notas fiscais, contendo a identificação do prestador (CPF ou CNPJ) e a descrição do serviço.

Ela ressalta que é fundamental preencher as informações exatamente, como constam nos documentos, evitando arredondamentos, estimativas ou divergências.

O advogado tributário e contador Tarcio Queiroz Calixto, do Ronaldo Martins & Advogados, acrescenta que deduções com previdência privada do tipo Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e pensão alimentícia também costumam gerar inconsistências.

No caso dos planos de saúde, ele destaca erros como a tentativa de deduzir despesas não permitidas – como medicamentos comprados em farmácia – e o esquecimento de informar reembolsos recebidos de planos de saúde, o que pode levar a deduções indevidas.

Já nas despesas com educação, o contribuinte deve considerar apenas gastos permitidos, como mensalidades escolares regulares (excluindo cursos livres e atividades extracurriculares). "Ainda que seja informado um valor superior ao limite legal, a dedução ficará restrita ao teto estabelecido pela legislação, sem aproveitamento do excedente", afirma Daniela (*Da Folhapress*).



QUEM É OBRIGADO A DECLARAR O IR?

DEVE ENTREGAR A DECLARAÇÃO NESTE ANO O CONTRIBUINTE QUE, EM 2025:

- Recebeu rendimentos tributáveis – como salário e aposentadoria – a partir de R\$ 35.584,00;
- Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte (como rendimento de poupança ou FGTS) acima de R\$ 200 mil;
- Obteve, em qualquer mês, ganho de capital na venda de bens ou direitos sujeito à incidência do Imposto;
- Realizou operações de venda na Bolsas de Valores cuja soma foi superior a R\$ 40 mil ou teve apuração de ganhos líquidos sujeitas à incidência do imposto;
- Obteve, na atividade rural, receita bruta em valor superior a R\$ 177.920 ou pretenda compensar, no ano-calendário de 2025 ou posteriores, prejuízos de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-calendário de 2025;
- Tinha, em 31 de dezembro, a posse ou a propriedade de bens ou direitos de valor acima de R\$ 800 mil;
- Passou à condição de residente no Brasil em qualquer mês e nessa condição encontrava-se em 31 de dezembro;
- Optou pela isenção do imposto sobre a renda incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais, caso o produto da venda seja aplicado na aquisição de imóveis residenciais localizados no País, no prazo de cento e oitenta dias, contado da celebração do contrato de venda, nos termos do art. 39 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005;
- Optou por declarar os bens, direitos e obrigações detidos

pela entidade controlada, direta ou indireta, no exterior como se fossem detidos diretamente pela pessoa física, nos termos do regime de transparência fiscal de entidade controlada estabelecido no art. 8º da lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023;

- Era titular, em 31 de dezembro, de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira com características similares, nos termos dos arts. 10 a 13 da Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023;
- Tinha capital investido em aplicações financeiras no exterior, a que se referem os arts. 2º a 4º e 9º da Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023;
- Teve rendimentos ou pretenda compensar, no ano-calendário de 2025 ou posteriores, perdas de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-calendário de 2025;
- Teve lucros ou dividendos de entidades no exterior, nos termos dos arts. 2º e 5º a 6º-A da lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023;
- **Obs.: Quem é obrigado a declarar e atrasa, paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano.**

COMO DECLARAR O IMPOSTO DE RENDA 2026?

- A declaração do Imposto de Renda poderá ser enviada pelo computador, por meio do Programa Gerador da Declaração, ou on-line, pelos sistemas digitais da Receita como o Meu Imposto de Renda, no aplicativo da Receita, ou pelo portal e-CAC (Centro de Atendimento Virtual da

Receita Federal).

- Há a possibilidade de optar pela declaração pré-preenchida do IR e também de importar os dados da declaração anterior, caso faça o imposto no mesmo computador usado antes. É preciso ter senha do portal Gov.br para usar recursos como a pré-preenchida e a declaração online.
- O contribuinte precisa ter todos os documentos para informar salário, aposentadoria, investimentos, saldo de conta em bancos e gastos com saúde, dependentes e escola. Esses documentos também são importantes para conferir se os valores estão corretos na pré-preenchida, para quem optar por essa modalidade. As informações enviadas ao Fisco, mesmo que pela declaração pré-preenchida, são de responsabilidade do cidadão.

QUAIS OS CUIDADOS AO DECLARAR?

- Especialistas destacam a importância de declarar todos os rendimentos, em especial os que foram recebidos por meio de ações judiciais, aluguel ou prêmios em apostas esportivas. Outro erro comum é se esquecer de informar rendimentos ou dívidas de dependentes.
- A advogada Renata Soares Leal Ferrarezi, tributarista e consultora do IR alerta para falhas em despesas médicas, principal motivo que leva à malha fina. Neste ano, os dados precisam ser os mesmos que os informados por médicos e dentistas no programa Receita Saúde, que passou a ser obrigatório a eles em 2025.

SERVIÇO

Declaração pré-preenchida do IR 2026 será completa e começa hoje

COMO FUNCIONA A MODALIDADE PRÉ-PREENCHIDA?

- Os contribuintes obrigados a declarar o Imposto de Renda 2026 podem optar pela declaração pré-preenchida do IR. É preciso tenha a senha ouro ou prata do portal Gov.br. Neste ano, o modelo estará completo, segundo a Receita Federal, ou seja, com os dados relativos a ganhos e gastos do contribuinte.
- O modelo está liberado a partir de hoje, data em que começa a entrega oficial do IR 2026. Utilizá-lo tem duas vantagens principais: a maioria dos dados já vem previamente preenchidos e o cidadão garante um lugar na fila de prioridade para receber a restituição. O contribuinte precisa ter cuidado, porque mesmo no caso dos dados pré-preenchidos, ele é o responsável pelos dados entregues ao Fisco.
- A Receita Federal atrasou o prazo para declarar o IR em 2026. Ele começa hoje e vai até 29 de maio. Quem é obrigado a declarar e perde a data final paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano.

COMO FAZER A DECLARAÇÃO PRÉ-PREENCHIDA DO IR?

- Para usar o modelo pré-preenchido, o contribuinte precisa baixar o Programa Gerador da Declaração (PGD) no computador. Depois, é só seguir os passos:

- 1 - Abra o programa e escolha "Nova declaração";
- 2 - Selecione "Declaração de ajuste anual";
- 3 - Clique em "Iniciar declaração a partir da pré-preenchida";
- 4 - Escolha se é declaração própria ou por procuração;
- 5 - Confirme a autenticação digital;
- 6 - Entre com CPF e senha do Gov.br;
- 7 - Autorize o acesso e importe os dados;
- 8 - Depois disso, a declaração pré-preenchida será carregada no programa.

- Obs.: Mesmo com os dados já inseridos, a Receita lembra que a responsabilidade pelas informações continua sendo do contribuinte.**

O QUE APARECE NA DECLARAÇÃO PRÉ-PREENCHIDA?

Entre as informações que já podem aparecer no sistema estão:

- Dados pessoais do contribuinte, como nome, CPF, telefone e endereço;
- Informações sobre dependentes;
- Rendimentos de salários pagos por empresas ou órgãos públicos;
- Aposentadorias e pensões do INSS;
- Parte das despesas médicas, como consultas, exames, planos de saúde e laboratórios;

O QUE FAZER SE FALTAR ALGUM DADO?

- Se algum rendimento ou despesa não aparecer na declaração pré-preenchida, o contribuinte deve incluir manualmente a informação.
- Por outro lado, se aparecer algum dado que não possa ser comprovado, o ideal é excluir antes de enviar a declaração. A Receita Federal reforça que todas as informações enviadas ao Fisco são de responsabilidade do contribuinte, mesmo quando a declaração é feita por um contador.

VALE A PENA ENVIAR AGORA?

- Quem tem poucas informações bancárias ou investimentos pode optar por preencher e enviar a declaração desde já, completando manualmente o que faltar.
- Já quem possui vários investimentos, bens ou operações financeiras pode preferir aguardar a versão completa da pré-preenchida, que será liberada no início de abril.

COMO ENVIAR A DECLARAÇÃO?

- A declaração pode ser enviada pelo Programa Gerador da Declaração, instalado no computador, ou pelo Meu Imposto de Renda, no aplicativo da Receita e no site do Fisco.

QUAIS DOCUMENTOS SÃO NECESSÁRIOS PARA FAZER A DECLARAÇÃO DO IR?

- Para fazer a declaração do Imposto de Renda, é preciso reunir documentos que comprovem rendimentos, bens e despesas dedutíveis. Entre os principais estão o informe de rendimentos do trabalho e comprovantes de pró-labore ou distribuição de lucros, no caso de empresários, além da documentação dos bancos, com saldos nas contas e aplicações em 31/12/2024 e 31/12/2025.
- No caso de quem recebe aposentadoria ou pensão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou de órgãos próprios, é preciso ter o informe. No INSS, o documento já foi liberado e está disponível no aplicativo ou site Meu INSS.
- Quem tem previdência privada deve buscar na instituição financeira o informe com os valores, seja para quem recebeu benefício ou para quem investe em um plano.

VEJA OS DEMAIS DOCUMENTOS:

- Aluguéis:** recibos mensais e informe de rendimentos da imobiliária ou do inquilino;
- Pensão alimentícia:** comprovantes de valores pagos ou recebidos;
- Despesas médicas:** comprovantes de gastos com plano de saúde, consultas, exames e tratamentos;
- Educação:** comprovantes de pagamento de mensalidades escolares;
- Imóveis:** documentos de compra ou venda (escritura, contrato ou recibos);
- Veículos:** notas fiscais ou recibos de compra ou venda.

QUAIS OS LIMITES DE DEDUÇÃO DO IR?

- Os limites de dedução do IR são os seguintes:
- Dedução por dependente: R\$ 2.275,08 (valor mensal de R\$ 189,59);
- Limite anual de despesa com educação: R\$ 3.561,50;
- Para despesas de saúde devidamente comprovadas não há limite de valores;
- Cota extra de isenção para aposentados e pensionistas a partir de 65 anos: R\$ 24.751,74 no ano (R\$ 22.847,76 mais R\$ 1.903,98 relativos ao 13º salário).

QUAL É A ORDEM DE PRIORIDADE DA FILA DA RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA?

- 1º - Idoso com 80 anos ou mais;
- 2º - Idoso com 60 anos ou mais, e pessoa com deficiência e com doença grave;
- 3º - Contribuintes cuja maior fonte de renda é o magistério;
- 4º - Contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida e optaram por receber a restituição por Pix;
- 5º - Contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida ou optaram por receber a restituição por Pix;
- 6º - Demais contribuintes.



PENDURICALHOS DO SERVIÇO PÚBLICO

O problema dos supersalários

Pesquisa indica que Brasil economizaria R\$ 186 bi em dez anos com controle de remunerações altas

O controle dos supersalários poderia levar a uma economia de R\$ 186,4 bilhões em dez anos no Brasil. É o que aponta uma pesquisa chefiada por Sergio Guedes-Reis, servidor federal e doutorando pela Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD), e encomendada pelo instituto República.org.

As adequações na remuneração sugeridas se baseiam nos dados sobre os salários de carreiras dos sistemas de Justiça em 11 países: Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Estados Unidos, França, Itália, México, Portugal e Reino Unido. Além da magistratura, foram consideradas verbas pagas a membros dos órgãos equivalentes ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à advocacia pública.

As simulações consideram três cenários, com regras de transição ou não, para estimar o impacto das alterações ao longo de 20 anos. Há projeções para congelamento total dos salários, incidência de novas regras apenas para ingressantes nas carreiras e adoção de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) para enquadramento de verbas que excedam um novo teto.

São considerados um turnover (substituição de servidores ao longo do tempo) de 4% ao ano, uma taxa de inflação de 4% ao ano para correção monetária, a manutenção do número de servidores e a estruturação de uma nova pirâmide remuneratória, que divida a diferença entre as remunerações mínimas e máximas em cinco faixas equidistantes, priorizando uma base maior.

A aplicação imediata representaria, em teoria, a economia orçamentária máxima, poupando em



GUSTAVO MORENO/STF

O teto constitucional para salário público no Brasil é o dos ministros do STF, que chega a R\$ 46,3 mil

Não é incomum que servidores recebam acima do teto. Certas verbas pagas a magistrados, promotores, defensores e advogados públicos podem ter seu caráter indenizatório reconhecido e, por isso, ficam acima do limite constitucional: são os chamados penduricalhos.

dez anos R\$ 186,4 bilhões. Em 20 anos, o valor poupado chegaria a R\$ 578,3 bilhões.

Caso a readequação passasse a valer apenas para servidores ingressantes, a economia seria de R\$ 97,8 bilhões em uma década e R\$ 330,3 bilhões em duas décadas. Conside-

rando a VPNI, que inclui os servidores atuais, o valor poupado pode chegar a R\$ 169,4 bilhões em dez anos e R\$ 520,8 bilhões em 20 anos.

A fim de corrigir possíveis distorções cambiais na comparação entre países que baseou o novo padrão remuneratório proposto, a pesquisa parte de métricas distintas para contextualização dos dados. A primeira delas adota a unidade de medida em dólares PPP (da sigla, poder de paridade de compra, em inglês).

As comparações também são feitas com base em múltiplos das medianas de renda e de salário mínimo.

Teto constitucional e além

O teto constitucional para remuneração pública no Brasil é o salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e corresponde atualmente a R\$ 46,3 mil. Ele foi estabelecido em 2004. Com base no IPCA, esse valor seria hoje cerca

de 40% maior.

Não é incomum, entretanto, que servidores recebam acima do teto. Certas verbas pagas a magistrados, promotores, defensores e advogados públicos podem ter seu caráter indenizatório reconhecido e, por isso, ficam acima do limite constitucional: são os chamados penduricalhos.

Nos demais países estudados pela pesquisa, há diferentes regras que limitam os salários no funcionalismo público.

O México apresenta um teto geral. Colômbia e Itália têm tetos específicos para poderes e entes. Nos EUA, os limites são estabelecidos com base em grupos de servidores. No Chile, levam em consideração as elites políticas e, na Argentina, determinados dirigentes públicos.

Alemanha e Portugal, por sua vez, adotam tabelas estruturadas que estabelecem limites remuneratórios. Por fim, no Reino Unido,

há comissões que avaliam quando esses valores devem superar o salário do primeiro-ministro.

Tema em pauta no STF

O STF tem promovido uma ofensiva contra os supersalários nos três Poderes desde o mês passado. Em fevereiro, o ministro Flávio Dino suspendeu o pagamento de verbas indenizatórias, estabelecendo que apenas os penduricalhos expressamente previstos em lei poderiam ficar fora do teto das respectivas carreiras.

Semanas depois, o ministro Gilmar Mendes determinou que verbas indenizatórias no Judiciário e no Ministério Público só poderiam ser pagas quando estivessem expressamente previstas em lei aprovada pelo Congresso. A decisão barrou boa parte dos penduricalhos, que costumam ser determinados por ação administrativa e lei estadual. O plenário do tribunal ainda vai discutir o tema (*Da Folhapress*).

RIO GRANDE DO SUL

Racionamento de diesel já começou

Ao menos 142 prefeituras do Rio Grande do Sul estão restringindo serviços públicos em razão de dificuldade para abastecer veículos com diesel, aponta levantamento divulgado na última sexta-feira pela Federação das Associações de Municípios do RS (Famurs).

De acordo com a entidade, prefeitos estão priorizando o abastecimento de ambulâncias e outros serviços de saúde. Serviços que exigem maquinário pesado, como obras, e o transporte público estão sendo replanejados.

"Essa situação tende a se agravar se nenhuma medida de garantia do abastecimento for tomada. Temos o risco de que isso afete o transporte escolar e o transporte de pacientes para outras cidades. Vamos levar esses dados ao governador e reforçar a necessidade de buscarmos alternativas para garantir o pleno funcionamento dos serviços. Precisamos de respostas efetivas, especialmente por parte do governo federal", afirmou a presidente da Famurs e prefeita de Nonoai (RS), Adriane Perin de Oliveira.

ANP aponta risco

Nota técnica da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) diz que o mercado brasileiro passa hoje por "situação excepcional de risco" causada pela retração das importações após o início da guerra no Irã. O conflito jogou pressão sobre os estoques existentes no país e sobre a Petrobras, principal fornecedora do mercado interno.

Nos primeiros 17 dias de março, diz a agência, o volume de combustíveis importado caiu quase

60% em relação ao mesmo período do ano anterior. O Brasil depende de importações para abastecer cerca de 30% do consumo de diesel e cerca de 10% do consumo de gasolina.

O preço dos combustíveis no Brasil está em alta há três semanas consecutivas, mostram os dados da ANP divulgados na sexta-feira. Desde que começou a guerra no Irã, a alta foi de 20,4% para o diesel e de 5,9% para a gasolina.

O preço médio do diesel era de R\$ 6,03 na semana que se encer-

rou no dia 28 de fevereiro, dia em que EUA e Israel atacaram o Irã. Na semana que se encerrou nesse sábado, o preço médio do combustível saltou para R\$ 7,26.

A gasolina também subiu no mesmo período. O preço médio aumentou 5,9%, passando de R\$ 6,28 na semana anterior ao conflito para R\$ 6,65 na semana passada (*Da Folhapress*).

» **Mais sobre o conflito no Oriente Médio e seus impactos no preço do diesel na página 21**



GUERRA NO IRÃ

Segunda-feira de muita tensão

Regime iraniano e Estados Unidos elevam ameaças antes do primeiro tira-teima da guerra

O primeiro tira-teima da guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã acontece nesta segunda-feira, quando vence o ultimato dado por Donald Trump para a reabertura do estreito de Ormuz pela teocracia. Ambos os lados só fizeram subir o tom até aqui, o que promete garantir mais um dia de nervosismo no mercado global.

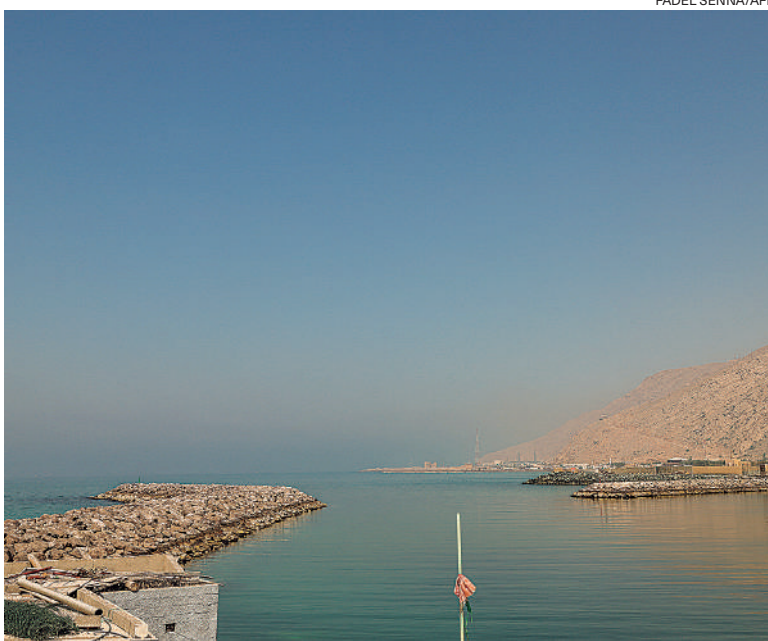
Ontem, diversas autoridades iranianas foram a público para reiterar e ampliar as ameaças retaliatórias caso o americano cumpra a promessa de bombardear centrais energéticas do país persa, na provável hipótese de ele não liberar a via marítima de um quinto do petróleo e do gás natural liquefeito do mundo. O prazo dado por Trump no sábado acaba às 20h13 (horário de Brasília) desta segunda.

O presidente Masoud Pezeshkian disse no X que "ameaças e terror só reforçam nossa unidade". "O estreito de Ormuz está aberto para todos exceto quem viola nosso solo. Nós confrontamos ameaças delirantes com firmeza no campo de batalha", completou.

O poderoso presidente do Parlamento, Mohammad Ghalibaf, foi à mesma rede dizer que se houver o ataque, "infraestruturas críticas, de energia e instalações de petróleo na região serão consideradas alvos legítimos e serão destruídas de uma forma irreversível". O preço da commodity então "vai ficar alto por um longo tempo".

Ameaça a bancos

Depois, ainda ameaçou instituições bancárias que negociam títulos do Tesouro americano, "que estão ensopados com sangue iraniano". Aqui a empolgação de Ghalibaf parece ter sido exagerada.



FADEL SENNA/AFP

Um quinto do petróleo e do gás do mundo passa por Ormuz

rada: o terceiro maior detentor desses títulos no mundo é sua aliada China, com cerca de US\$ 700 bilhões em "treasuries" em seu poder.

A Guarda Revolucionária disse que o estreito será fechado em caso de ataque ao sistema energético, e que todas as empresas com ações americanas no golfo Pérsico serão alvejadas.

Um porta-voz militar não identificado falou até em agir contra usinas de dessalinização de água, essenciais para os desérticos países da região.

Essas são ameaças mais tangíveis, dada a vulnerabilidade dessas nações a drones e mísseis de curto alcance iranianos.

Teerã tem permitido a passagem de algumas embarcações por uma rota que passa por suas águas territoriais, o que aumenta a suspeita de que o curso principal por onde passavam os navios, com 3 km de largura em cada faixa, possa estar minado. Mas, na prática, o comércio está paralisado.

O ultimato de Trump é o primeiro do tipo no conflito iniciado há três semanas. Usualmente,

como ocorreu nas negociações para tentar fazer a paz entre a Rússia e Ucrânia ao longo de 2025, sua palavra não pode ser levada a sério. Mas ele nunca riscou uma linha no chão com suas forças em ação.

Questionado se o desafio não contrastava com a digressão feita em rede social pelo presidente na sexta-feira, quando escreveu que poderia "desacelerar" os ataques porque considerava a guerra ganha, o secretário Scott Bessent (Tesouro) fez um malabarismo retórico.

"Às vezes você precisa escalar para desescalar", disse neste domingo à rede NBC. Na sequência, sugeriu que pode haver a especulada ação terrestre contra a ilha de Kharg, centro de exportação de 90% do petróleo do Irã.

"Vamos ver o que acontece lá", disse. Há cerca de 5.000 fuzileiros navais se dirigindo para o Oriente Médio em dois grupos expedicionários, e especialistas creem que um quinto deles daria conta de tomar Kharg. O desafio viria depois: junto à costa iraniana, a ilha ficaria exposta a bombardeio contínuo (*Da Folhapress*).

Países prontos para agir

Mais de 20 países denunciaram o bloqueio do estreito de Ormuz por parte do Irã e afirmaram estar prontos para contribuir para garantir uma navegação segura pelo local.

"Estamos prontos para contribuir com os esforços adequados

para garantir a passagem segura pelo estreito", afirmou o grupo de 22 países, em sua maioria de nações europeias e que inclui os Emirados Árabes Unidos e o Bahrein.

"Condenamos com máxima veemência os recentes ataques do Irã

contra navios mercantes desarmados no Golfo, os ataques contra infraestruturas civis, incluindo instalações petrolíferas e de gás, e o fechamento na prática do estreito de Hormuz", declararam no comunicado conjunto.

PETRÓLEO

Zelensky cobra volta das sanções à Rússia

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, voltou a cobrar ontem a volta das sanções econômicas ao petróleo da Rússia, que, segundo ele, está ajudando a financiar os esforços de guerra do governo de Vladimir Putin.

"Devido ao alívio das sanções, a Rússia aumentou suas vendas de petróleo bruto para financiar a guerra. As receitas dão à Rússia uma sensação de impunidade e a capacidade de continuar a guerra. É por isso que a pressão deve continuar e as sanções devem funcionar", afirmou o líder ucraniano no X.

De acordo com Zelensky, a

Rússia lançou quase 1.550 drones, mais de 1.260 bombas aéreas guiadas e dois mísseis contra a Ucrânia ao longo da última semana.

Parte das sanções contra o petróleo russo foi retirada pelos Estados Unidos no último dia 12, em meio ao choque no preço da commodity causado pelo bloqueio do Irã ao Estreito de Ormuz e as incertezas geradas pela guerra no Oriente Médio.

Na decisão, o governo Trump autorizou temporariamente a venda de petróleo russo que estava parado em navios no mar, beneficiando assim o governo de Putin.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 90007/2026

Processo nº 00001-00039988/2025-35. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos pré-hospitalares móveis de urgência e emergência com ambulância de suporte avançado (tipo D — UTI móvel) para atender duas situações operacionais, de acordo com as especificações e as exigências constantes no Termo de Referência — Anexo I do Edital. Valor estimado: R\$ 794.274,00. Data/hora da Sessão Pública: 08/04/2026, às 09:30h. Local: Internet, no endereço www.gov.br/compras. Critério de Julgamento: menor preço. O edital encontra-se nos endereços: www.gov.br/compras (UASG 974004), pncp.gov.br e www.cl.df.gov.br/pregoes. Mais informações: (61) 3348-8650 ou cpc@cl.df.gov.br.

MARCELO PEREIRA DA CUNHA
Pregoeiro



AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2026

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL - ADASA, no uso das atribuições regimentais, conforme o estabelecido no art. 28 da Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, e em obediência à deliberação da Diretoria Colegiada no processo 00197-00000506/2026-05, COMUNICA: aos usuários, agentes e demais interessados nos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, que será realizada a Audiência Pública nº 004/2026, na modalidade presencial e virtual (a distância), por meio da transmissão simultânea por videoconferência.

OBJETIVO: obter subsídios e informações adicionais referente à minuta da resolução que homologa os resultados do Reajuste Tarifário Anual, referente ao

exercício de 2026 — RTA/2026, dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Federal, com vigência a partir de 1º de junho de 2026. DATA: 7 de abril de 2026, com início às 10 horas. LOCAL: Auditório Humberto Ludovico, na sede da Adasa — Sain, antiga Estação Rodoviária, térreo. ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES ESCRITAS: pelo endereço eletrônico AP-004-2026@adasa.df.gov.br, até as 18 horas do dia 7/4/2026. DOCUMENTOS: a minuta de resolução e os documentos que a fundamentam ficarão disponibilizados no site da Adasa (www.adasa.df.gov.br) na parte "Audiências Públicas 2026". GRAVAÇÃO: o evento será gravado, e a gravação será disponibilizada na mesma página da audiência. INFORMAÇÕES: 3961-4900 ou www.adasa.df.gov.br.

RAIMUNDO RIBEIRO
DIRETOR PRESIDENTE

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDEMINISTÉRIO DA
SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento de Logística em Saúde, UASG 250005, do Ministério da Saúde, torna público aos interessados a ABERTURA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, PARA REGISTRO DE PREÇOS (SRP), conforme data e hora abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 90029/2026

NÚMERO DO PROCESSO: 25000.058759/2025-79. NICOTINA, ADESIVO TRANSDÉRMICO, APRESENTAÇÕES DE 7 MG, 14 MG E 21 MG, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 06/04/2026 — HORÁRIO: 09:00 horas (Horário de Brasília). O Edital do certame poderá ser acessado no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

GENIVANO PINTO DE ARAÚJO
Diretor do Departamento de Logística em Saúde





GAMA CAMPEÃO!

Goleiro Renan é o herói do título

Alviverde levou a taça após disputa de pênaltis e duas defesas de Rinaldi contra o Sobradinho

CAROLINE PURIFICAÇÃO
caroline.purificacao@grujopbr.com

Depois de uma disputa que começou sem muitas chances de gol e esquentou no final do segundo tempo, a festa foi alviverde na capital. A Sociedade Esportiva do Gama conquistou nesse sábado o seu 15º título no Campeonato Brasiliense 2026, o Candangão. A final aconteceu no Estádio Mané Garrincha, contra o Sobradinho.

Após o empate sem gols no tempo regulamentar, a decisão veio pelos pênaltis por 5 a 4 para o Alviverde. O grande destaque da partida foi o goleiro Renan Rinaldi, que defendeu os chutes dos cobradores Pipico e Andrezinho.

Ao longo da partida, as duas equipes criaram chances, mas esbarraram nas defesas bem postadas e na falta de precisão nas finalizações, o que manteve o placar zerado no tempo regulamentar. Na etapa final, o confronto ganhou mais intensidade, com o Sobradinho pressionando e o Gama apostando em contra-ataques.

Com a conquista, o Gama garantiu vaga na Série D do Campeonato Brasileiro e na Copa do Brasil para a próxima temporada.

Ao **Jornal de Brasília**, o herói do título, o goleiro Renan Rinaldi, avaliou a partida como tranquila e afirmou que a equipe fez em campo o que já vinha demonstrando ao longo de todo o campeonato, com postura ofensiva e



Renan Rinaldi defendeu as cobranças de Pipico e Andrezinho

pressão sobre os adversários.

Sobre ter sido peça-chave na vitória, o atleta declarou: "Só tenho a exaltar a Deus por ter me abençoado e capacitado para fazer o melhor pelo Gama. Fico feliz e grato pela oportunidade e pela confiança de sempre".

Em 2025, o Gama também levou o troféu para casa por meio de uma vitória nos pênaltis. Renan contou que o time aprendeu muitos erros no ano anterior para chegarem nessa temporada mais preparados. De acordo com ele, a principal mudança foi na mentalidade dos atletas, que chegaram e entenderam como funciona a dinâmica do time e abraçaram as ideias dos veteranos no campo.

A presença da torcida em peso no estádio fez toda a diferença para os jogadores. "Com certeza eles [torcida] são uma grande força para

nós atletas, sempre nos impulsionando para cima", explicou. A final do Candangão teve um recorde histórico do público no campeonato: foram 43.385 torcedores presentes no estádio.

O goleiro se recuperou de duas lesões recentemente e voltou aos gramados com mais garra, segundo ele, graças ao Departamento Médico do clube.

Após o descanso merecido e as celebrações do título, o time deve treinar ainda mais pesado a fim de se prepararem para as próximas competições. Um dos pontos principais será corrigir os erros que cometeram durante os últimos jogos. Com esse pensamento firme, o time brasiliense tem grandes chances de atingir maior destaque nas competições nacionais e mostrar que o futebol também vive forte em Brasília.

CICLISMO

Equipe de Brasília conquista sete pódios na Argentina

Quem passa pelo Parque da Cidade está acostumado a assistir o treino de dezenas de ciclistas da equipe Squadra, com seu uniforme, verde, vermelho e um brasão próprio. Nesse domingo, foi a vez do L'Étape Argentina, realizado na cidade de Córdoba, assistir ao desfile da Squadra e seus atletas.

Com sete pódios, o grupo protagonizou uma atuação de alto nível. Com uma delegação de 13 atletas de Brasília, o clube brasileiro já entrou para a história.

A competição apresentou dois percursos: a exigente Ruta Larga, com 134 quilômetros e 2.067 metros de ganho de elevação, e a Ruta Curta, de 64 quilômetros e 673 metros de altimetria. Entre os representantes da Squadra, três atletas enfrentaram o trajeto mais longo: os irmãos Alexandre e Thiago Xavier e Murilo Arcanjo, enquanto dez optaram pelo segundo percurso.

Em comum, ambos os trajetos exigiram preparo físico e estratégia, em um percurso desafiador que também brindou os ciclistas com paisagens belíssimas ao longo do trajeto.

Os resultados vieram com consistência e destaque tanto no feminino quanto no masculino. Entre os homens, Leonardo Silva teve uma performance expressiva ao terminar na 8ª colocação geral e conquistar o 1º lugar na categoria. Rafael Lucyk também subiu ao pódio, com a 23ª colocação geral e o 2º lugar na categoria.

No feminino, a Squadra dominou as categorias e marcou forte presença entre as melhores da prova. Lorena Mendes foi um dos grandes nomes do dia, com a

4ª colocação geral e o 1º lugar na categoria. Na mesma faixa etária, Katia Uamaguchi garantiu a 5ª colocação geral e o 2º lugar, reforçando o desempenho coletivo da equipe.

A consistência seguiu nas demais categorias. Daniela Bessa conquistou a 7ª colocação geral e venceu a categoria que disputou. Suzana Alencar terminou em 9º lugar geral, assegurando o 1º lugar na categoria. Já Deise Demarchi completou a prova na 20ª colocação geral e garantiu o topo do pódio na categoria.

Suporte técnico e estratégico

Por trás dos resultados expressivos, esteve um trabalho consistente de preparação. Os atletas da Squadra chegaram ao desafio após seguirem um planejamento estruturado e as orientações do treinador Fabricio Lino, que acompanhou a equipe de perto em Córdoba.

Presente durante toda a prova, Lino prestou suporte técnico e estratégico aos ciclistas, reforçando ajustes de ritmo, leitura de percurso e tomada de decisão em momentos-chave da competição. Lino, brasiliense, é quem elabora também os treinos que assistimos no Parque da Cidade.

O desempenho da equipe brasiliense, com mais da metade dos atletas subindo ao pódio, evidencia não apenas a qualidade individual dos competidores, mas também a eficiência do trabalho coletivo e da preparação orientada. Em um evento de alto nível técnico e altimetria exigente, a Squadra deixa Córdoba com resultados expressivos e consolida sua evolução no cenário competitivo.

PALMEIRAS

Sexta vitória em Choque-Rei

Com gol de Jhon Arias, o Palmeiras venceu o São Paulo por 1 a 0, nesse sábado, e chegou à sexta vitória seguida no Choque-Rei. O triunfo no Morumbis, pela 8ª rodada do Campeonato Brasileiro, também fez com que o Palmeiras se isolasse na ponta da tabela, deixando o rival para trás. O Palmeiras também chega a 12 jogos de invencibilidade contra o rival, sem perder desde julho de 2023.

O clássico teve dirigentes tro-

cando farpas antes mesmo da bola rolar. Rui Costa, executivo de futebol do Tricolor, relembrou o último jogo entre as equipes e disse que o Palmeiras venceu com "erros crassos de arbitragem".

Pelo lado alviverde, o diretor de futebol Anderson Barros considerou a ação de Rui Costa como "oportunista e irresponsável", enquanto a presidente Leila Pereira pediu para o dirigente tricolor "baixar a bola".

Com a vitória no confronto direto, o Palmeiras se isola na liderança do Brasileirão. O Alviverde chega a 19 pontos, deixando o rival na 2ª colocação, com 16, mesma pontuação que o Fluminense.

As duas equipes voltam a campo apenas em abril, depois da data Fifa. O São Paulo visita o Internacional no dia 1º, mesma data que o Palmeiras recebe o Grêmio. Os jogos serão válidos pela 9ª rodada do Brasileirão.



Atletas mostraram a eficiência do trabalho coletivo e da preparação

DIVULGAÇÃO

FutebolEtc

Acompanhe a coluna Futebol Etc nas redes sociais
Twitter-X (@marcondesbrito)
Instagram (@blog.futeboletc)

Marcondes Brito
mbritofuteboletc@gmail.com



Alejandro Domínguez acumula trapalhadas no comando da Conmebol

Alejandro Domínguez, paraguaio e presidente da Conmebol desde 2016, conseguiu a proeza de transformar a entidade sul-americana em uma sucessão de constrangimentos públicos. Não se trata de um episódio isolado, mas de um padrão que se repete com impressionante regularidade. Mais do que erros pontuais, suas decisões e declarações revelam um estilo de gestão que frequentemente desrespeita a lógica do esporte e o peso político do futebol sul-americano.

A mais recente trapalhada é digna de espanto. Ao reconhecer a Argentina como campeã da Finalissima de 2026 sem que a partida contra a Espanha tenha sido disputada, Domínguez simplesmente atropelou o princípio mais básico do futebol: o resultado se define em campo.

Diante de dificuldades de calendário e do contexto internacional, optou por uma solução de gabinete, como se fosse possível decretar um campeão por conveniência. O que deveria ser uma decisão esportiva virou um ato administrativo, esvaziando o valor da competição.

Na mesma semana, o dirigente ainda encontrou espaço para protagonizar outro episódio controverso. Durante o sorteio da Libertadores e da Sul-Americana, fez cobranças públicas aos clubes brasileiros sobre gestão financeira, salários e *fair play*. O tema é legítimo, mas a forma foi, no mínimo, inadequada. O Brasil hoje sustenta boa parte das receitas das competições da Conmebol, e ouvir um sermão em rede internacional, vindo de uma entidade que



REPRODUÇÃO

frequentemente falha na organização de seus próprios torneios, soa como um gesto de descompasso com a realidade. Cobrar profissionalismo enquanto entrega problemas recorrentes de logística, segurança e estrutura é uma contradição

difícil de ignorar.

E não é de hoje que Domínguez coleciona episódios infelizes. Há pouco mais de um ano, ao tentar exaltar a importância dos clubes brasileiros, afirmou que a Libertadores sem o Brasil seria como "Tarzan sem a Chita". A frase, carregada de insensibilidade em um continente marcado por episódios de racismo nos estádios, teve repercussão imediata e negativa. O dirigente foi duramente criticado, virou persona non grata no Rio de Janeiro.

O conjunto dessas ações ajuda a explicar a percepção crescente de que a Conmebol, sob sua liderança, funciona mais como uma confederação de conveniências do que como uma entidade moderna. Domínguez distribui títulos por decreto, tensiona a relação com seus principais protagonistas e ainda carrega no histórico declarações que ampliam feridas que o futebol insiste em não curar.

O problema, enfim, não é apenas o erro em si, mas a repetição dele. E, nesse aspecto, Alejandro Domínguez parece determinado a não deixar o futebol sul-americano esquecer de suas trapalhadas.

FÓRMULA 1

A dança das cadeiras dos poderosos chefões

Mudanças em cargos de comando expõem instabilidade no início da temporada de 2026 da categoria

JOÃO LUIZ DA FONSECA

jluizfonseca@uol.com.br

A temporada de 2026 da Fórmula 1 marca o início de uma revolução técnica e esportiva, mas as mudanças nos bastidores têm sido tão drásticas quanto as novas unidades de potência. Em um ano marcado pela pressão por resultados imediatos, as equipes protagonizam uma verdadeira "dança das cadeiras" entre chefes, diretores e figuras-chave do paddock.

Fora das pistas, o campeonato já vive essa intensa disputa de poder. Chefes que antes tinham ciclos mais longos de trabalho, agora convivem com decisões rápidas e, muitas vezes, implacáveis.

A lógica é simples: errar o projeto em 2026 significa comprometer todo um ciclo competitivo. Nesse cenário, tanto nomes históricos quanto novos líderes convivem sob as mesmas condições de pressão.

Audi, Aston Martin e a "solução" Newey

No epicentro do furacão, o mercado de dirigentes foi agitado principalmente por uma movimentação triangular envolvendo a estreante Audi, a ambiciosa Aston Martin e sua onerosa aquisição chamada Adrian Newey, peça central de um projeto que surgiu como "revolucionário", porém cujos resultados iniciais estão muito aquém das expectativas.

Depois de negar veementemente qualquer mudança em sua estrutura organizacional, a Audi acabou assumindo a entrada de vez na dança das cadeiras – e de forma abrupta. De supetão, a equipe anunciou a saída de Jonathan Wheatley, depois de apenas duas corridas chefiando o time de Gabriel Bortoletto.

Nos bastidores, o destino do dirigente já parece traçado: a Aston Martin surge como a já dada como certa próxima parada. Caso se confirme, a transferência reforça diretamente uma rival em crise e evidencia como o mercado de lideranças da Fórmula 1 opera em ritmo acelerado – e, muitas vezes, impiedoso.

Pelas projeções, Newey continuará na Aston Martin estritamente focado na missão de corrigir os



ASTON MARTIN

Adrian Newey continuará na Aston Martin estritamente focado na missão de corrigir os problemas de performance do AMR26

problemas de performance do AMR26, descrito como um carro "radical" e "agressivo", mas que está longe de atingir seu potencial.

A saída precoce de Wheatley também levanta questionamentos sobre o alinhamento estratégico da Audi e a capacidade de manter o equilíbrio em um momento crucial de consolidação na categoria.

O CEO Mattia Binotto assumiu

interinamente o cargo de chefe de equipe, acumulando as funções, enquanto o time busca uma solução para esse grande desfalque em seu ano de estreia oficial.

Mercedes se antecipa e reforça o comando

Enquanto rivais lidam com a turbulência, a Mercedes optou por agir preventivamente nos

bastidores. A equipe anunciou Bradley Lord para o cargo de chefe de equipe adjunto, reforçando a estrutura liderada por Toto Wolff.

A movimentação é estratégica: mais do que uma simples promoção, a decisão amplia a capacidade de gestão interna e distribuição de responsabilidades em um momento crucial do novo ciclo técnico. Lord passa agora a atuar de forma ainda mais direta nas decisões operacionais.

Com mudanças repentinas em peças-chave, a Fórmula 1 de 2026 reforça uma tendência clara: o campeonato não é decidido apenas por pilotos ou carros, mas também pela capacidade de gestão e liderança.

Chefes de equipe tornaram-se protagonistas de uma disputa silenciosa, onde contratos, influência e visão estratégica pesam tanto quanto décimos de segundo na pista.

Se o início da temporada já indica turbulência, o restante do ano promete ainda mais reviravoltas. Nesse tabuleiro, a dança das cadeiras não é apenas consequência de maus resultados – é parte de um jogo maior, em que antecipar movimentos pode definir quem dominará a nova era da categoria.

CINE BRASÍLIA CELEBRA AGNÈS VARDA

Protagonismo feminino

Retrospectiva com 20 filmes propõe um mergulho no olhar singular de uma das cineastas mais importantes da história do cinema

TAMIRES RODRIGUES

tamires.rodrigues@grupojbr.com

No mês das mulheres, o Cine Brasília abre espaço para um encontro direto com a obra de uma das cineastas mais influentes do cinema moderno. A exibição de *De Lá Pra Cá: Uma Mostra da Varda* começa nesta segunda e segue até o dia 31, reunindo 20 títulos que atravessam mais de seis décadas de produção de Agnès Varda, entre longas e curtas que evidenciam a diversidade estética e temática de sua filmografia.

A programação propõe não apenas uma retrospectiva, mas uma experiência de aproximação com um cinema que sempre transitou entre o documental, o ficcional e o ensaístico.

A iniciativa chega a Brasília a partir de uma parceria com o Grupo Estação, responsável pela curadoria da mostra. Segundo Rafaella Rezende, gerente de programação do Cine Brasília, a decisão de trazer a retrospectiva para a capital partiu do reconhecimento da relevância histórica da diretora e da potência de sua obra no debate contemporâneo. “A mostra chegou até nós com a seleção de títulos já definida, e optamos por realizá-la ao longo do mês de março justamente pelo significado que Agnès Varda tem como uma das grandes cineastas da história do cinema”, explica ao *Jornal de Brasília*.

Considerada um dos nomes centrais da Nouvelle Vague, Varda construiu uma trajetória marcada por liberdade formal e por um olhar atento às transformações sociais, sobretudo no que diz respeito à representação feminina.

Seus filmes frequentemente colocam mulheres no centro da narrativa, com autonomia e complexidade, ao mesmo tempo em que exploram o cotidiano, a memória e a própria linguagem cinematográfica. “A obra da Varda dialoga diretamente com esse debate porque ela construiu, desde o início, um cinema a partir de um olhar próprio, fora dos padrões dominantes”, afirma Rafaella.

A seleção apresentada no Cine Brasília evidencia esse caráter múltiplo. Clássicos como *Cléo das 5 às 7* convivem com obras de caráter mais experimental, como os ensaios



DIVULGAÇÃO

Agnès Varda construiu uma trajetória marcada por liberdade formal e por um olhar atento às transformações sociais

documentais que marcam diferentes fases da carreira da diretora.

O percurso também inclui títulos que transitam entre ficção e realidade, como *Os Catadores* e *Eu*, além de produções em que a própria cineasta se coloca em cena, caso de *As Praias de Agnès*.

Para a equipe do cinema, a organização da programação ao longo dos dias buscou justamente destacar essa pluralidade. “Pensamos a exibição como um percurso em que o público possa transitar entre diferentes formas de cinema, do mais clássico ao mais livre”, detalha.

Difusão cultural

Além de apresentar uma filmografia fundamental, a mostra reforça o papel do Cine Brasília como espaço de formação de público e difusão cultural. Como sala pública, o local mantém uma



DIVULGAÇÃO

Cena de “Cléo das 5 às 7”, uma das obras da cineasta francesa

política de preços acessíveis e uma curadoria comprometida com a diversidade, o que amplia o alcance de obras que nem sempre chegam ao circuito comercial.

PROGRAMAÇÃO

SEGUNDA-FEIRA, 23/03

- 18h50 – Mur Murs
- 20h30 – Panteras Negras (curta-metragem) + Os Regenerados

TERÇA-FEIRA, 24/03

- 18h10 – Jane B. por Agnès V.
- 20h20 – Ao Longo da Costa (curta-metragem) + Daguerreótipos

QUINTA-FEIRA, 26/03

- 17h00 – Kung-Fu Master!

SEXTA-FEIRA, 27/03

- 15h30 – Uma Canta, a Outra Não
- 18h10 – La Pointe Courte

SÁBADO, 28/03

- 20h00 – As Praias de Agnès

DOMINGO, 29/03

- 18h00 – Tio Yanco (curta-metragem) + Os Catadores e Eu
- 20h00 – A Ópera Mouffe (curta-metragem) + Cléo das 5 às 7

SEGUNDA-FEIRA, 30/03

- 16h00 – As Cento e Uma Noites
- 18h10 – Jacquot de Nantes
- 20h30 – Saudações, Cubanos! (curta-metragem) + As Criaturas

TERÇA-FEIRA, 31/03

- 16h30 – Ulisses (curta-metragem) + Documentira

“Isso permite que um público mais amplo tenha acesso não só aos lançamentos, mas também a retrospectivas e cinematografias que muitas vezes não circulam. Formar público passa por garantir esse acesso e também pela qualidade das exibições”, destaca Rafaella.

Para quem deseja iniciar o contato com a obra de Varda, alguns títulos funcionam como portas de entrada. *Cléo das 5 às 7* se destaca pela construção narrativa em tempo real e pela força da personagem, enquanto *As Praias de Agnès* oferece um mergulho afetivo na trajetória da diretora. Já *Os Catadores e Eu* revela uma cineasta profundamente conectada ao presente, atenta às histórias invisíveis e aos gestos cotidianos. Juntos, esses filmes sintetizam a amplitude de uma obra que segue inspirando novas gerações.

SERVIÇO

“De Lá Pra Cá: Uma Mostra da Varda”

- **Onde:** Cine Brasília - Asa Sul Entrepradua Sul 106/107 – Brasília, DF, 70345-400
- **Quando:** 23 a 31 de março
- **Ingressos à venda na bilheteria ou pelo link:** ingresso.com/cinema/cine-brasil
- **Valores:** R\$ 20 (inteira) R\$10 (meia)
- **Informações pelo WhatsApp:** 61 99687-8661 (seg a sex - das 14h às 18h) - wa.me/5561996878661 ou contato@cinebrasil.com
- **Mais informações:** cinebrasil.com ou @cinebrasiliaoicial

saibamais

- » Agnès Varda nasceu na Bélgica, em 1928, e construiu sua trajetória artística na França, onde iniciou sua relação com o cinema em um contexto ainda pouco aberto à presença feminina na direção.
- » Seu primeiro longa, *La Pointe Courte* (1955), já indicava caminhos estéticos e narrativos que mais tarde seriam associados à Nouvelle Vague, movimento do qual se tornaria uma das figuras centrais e a única mulher entre seus principais nomes.
- » Ao longo da carreira, a diretora também desenvolveu uma forte relação com o documentário, linguagem que ampliou seu diálogo com o mundo e com as histórias do cotidiano.
- » Obras como *Os Catadores e Eu*, *As Praias de Agnès e Varda por Agnès*, concluído pouco antes de sua morte, em 29 de março 2019, revelam uma cineasta interessada em memória, identidade e nos gestos mais simples da vida.
- » Ao lado de uma trajetória marcada pela defesa do cinema independente e da criação livre, Varda recebeu, em 2017, um Oscar honorário pelo conjunto de sua obra.

CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br

© Revistas COQUETEL

Vento forte que se move em círculos		Atividade muito praticada no rio Paraguai	Parte muscular do coração (Anat.)	Boa reputação	Fator negligência-do pelo atrasado	"Que Seja (?)", reality show do GNT
		Um dos satélites naturais de Júpiter		Mineral usado na síntese dos hormônios da tireoide		
						Ciência de Copérnico e Kepler
					Vazia	
					Monumento de Buenos Aires	
Povo indígena do Ártico		Consoantes de "queda"				
		Preá e castor				
				Adorno do pescoço		Fruto que faz parte da dieta amazônica
				Interjeição de alegria		
Ostentação ruidosa (fig.)		Mastro de bandeiras		Juntar pouco a pouco	É puro, no campo	
		Dez, em inglês			Hectare (símbolo)	
Situação de um negócio (fig.)			Assumir oficialmente um cargo	A primeira corda do violino	Zonza (pop.)	
				Tempo quente e seco		
"Meu Querido (?)", desenho animado		Principado europeu				Patri-mônio do pecuarista
		Frequentemente				
			Alexandre (?), futebolista brasileiro			
			A conversa típica da popular "DR"			
			Litoral	Pequeno brinquedo com um cordel		Destino do carregamento de tijolos
			Bebida de ervas			
Sujeira de banheiros						
Inspeccionado						
				(?) Niño, fenômeno climático mundial	"Mad (?)", série com Jon Hamm (TV)	
(?) sociais: são atendidas por ONGs e entidades filantrópicas			A popular "birra"			Olivia Byington, cantora e violonista
			Nota (abrev.)			
Coelho personagem do filme "Space Jam"						

BANCO 2/el. 3/man — ten. 4/doce. 5/pônei. 6/amíde — europa — mñaco. 8/obelisco.

19

SUDOKU

		8				3		
	6						9	
			5	2	4			
		7	1		6	4		
		1				8		
		9	4		8	7		
			7	9	1			
	5						2	
		4				1		

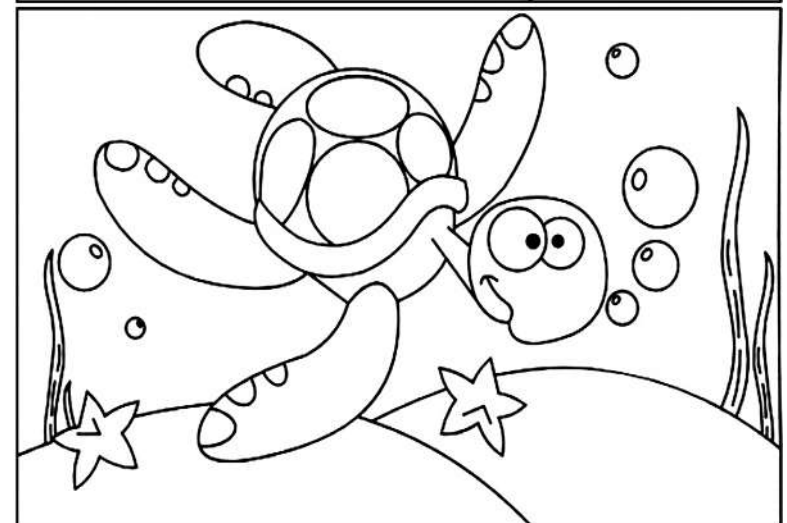
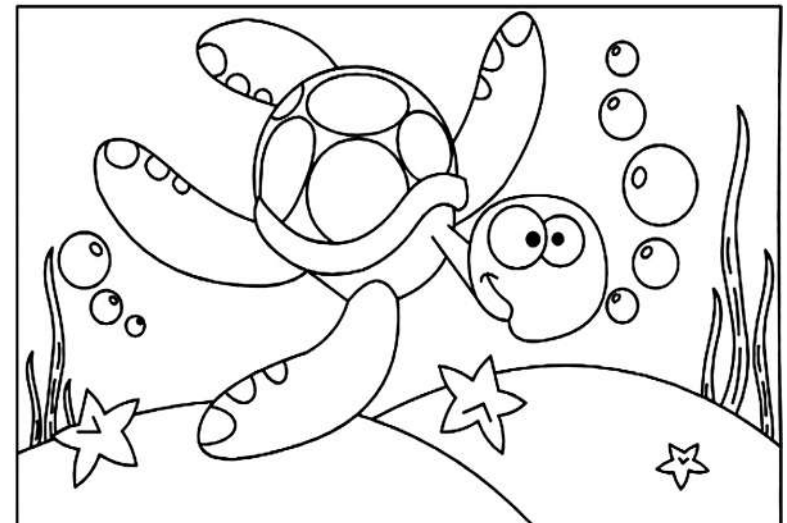
SOLUÇÃO

8	8	1	5	9	2	4	6	7
7	2	6	3	4	8	9	5	1
4	9	5	1	6	7	2	8	3
2	1	7	8	5	4	6	3	9
6	3	8	2	7	6	1	5	4
6	5	4	9	3	1	7	2	8
8	7	9	4	2	5	3	6	1
1	6	7	8	3	6	5	9	4
4	5	3	6	1	9	8	2	7

Instruções do Sudoku

Preencha cada quadrinho com um número de 1 a 9. Cada conjunto de nove quadrinhos deve conter todos os nove dígitos, sem que nenhum algarismo se repita.

SETE ERROS



#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

www.assinecoquetel.com.br

Acesse nosso site!

@coquetel / editoraCoquetel

Solução

A	V	N	O	L	A	N	E	R
R	A	I	E	V	A	D	A	
O		O	S	A	S	A	V	C
O	D	I	R	O	S	I	A	
A	T	A	C	O	M	I	T	
V	G	N	O	L	P	A	T	O
I	W	O	C	V	N	O	W	R
O	I	S	E	I	E	N	O	P
N	A	M	I	D	P	E		
O	C	A	L	A	R	D	A	E
R	A	R	E	P	A	U	E	
T	A	B	A	O	C	T	R	A
S								
A	O	C	A	R	O	E		
O	C	A	O	N	I	W	O	
O	H	O	I	N	H	O		
D								

Canal1

Flávio Ricco
tvcanal1@terra.com.br

DIVULGAÇÃO HBO

ÚLTIMOS CAPÍTULOS DE DONA BEJA SERÃO LIBERADOS NESTA SEGUNDA-FEIRA

A HBO Max, plataforma de streaming da Warner, disponibiliza nesta segunda-feira os quatro últimos episódios de “Dona Beija”, novela protagonizada por Grazi Massafera.

Um trabalho, até aqui, com reconhecidos acertos.

Antes de tudo, a sua total fidelidade à reconstituição de uma época, especialmente em figurinos e cenários. Também cabe elogio ao elenco, pelo profissionalismo, e à equipe na finalização e no trato das cenas de sexo e nudez. Tudo dentro de um contexto, sem apelos ou exageros gratuitos.

Escrita por Daniel Berlinsky e Antônio Barreira, a trama é baseada na obra original de Wilson Aguiar Filho, “Dona Beija”, exibida pela extinta Manchete.

Vale lembrar que a produtora Floresta, detentora dos direitos do remake, enfrentou dificuldades no seu início, mas conseguiu superá-las e entregar um produto da melhor qualidade. Prova disso é a liderança no disputado ranking da HBO, além do bom desempenho em outros países.

Que a Floresta, já vitoriosa em diversos projetos, não se limite a este e possa desenvolver novas produções do mesmo porte para o streaming.

Importante também ressaltar os trabalhos de Monica Albuquerque, hoje fora de lá, Silvio de Abreu e Edna Palatnik. Quanto a Grazi, que também se destaca em “Três Graças”, na Globo, fica a constatação da grande atriz que se tornou, independentemente do papel que desempenha.

O autor

Para Daniel Berlinsky, ‘Dona Beija’ é, sobretudo, uma grande história de amor. “Amor próprio. De personagens se empenhando em entender quem são e tentando encontrar um jeito de existir numa sociedade que já tem papéis muito definidos para eles. E isso, de alguma forma, acaba tocando todo mundo.”

“Estrear como autor com ‘Beija’, uma história sobre autoaceitação, também tem um lugar muito pessoal pra mim...”, declara.

Tá dentro

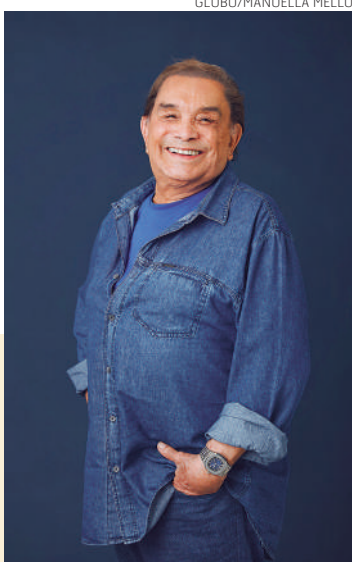
Alinne Moraes está oficialmente garantida em “Por Você”, novela que substituirá “Coração Acelerado” na faixa das 19h.

Alinne que vem de um grande trabalho em “Guerreiros do Sol”, produção do *Globoplay*, prestes a estrear na TV aberta.

História do Dedé

O diretor Felipe Cunha, também ator de séries e novelas da *Record*, está iniciando a pré-produção do filme biográfico do Dedé Santana.

Um trabalho que irá da infância no circo até a chegada de “Os Trapalhões”.



GLOBO/MANOELLA MELLO

Masterchef

Em relação ao “Universo Master Chef”, na *Band*, só é possível cravar, como próxima atração, o formato “Amadores”, considerado o principal de todos. É também o que mais movimenta o mercado comercial e a audiência.

Futuro

De outra parte, Guillermo Pendino, que assumiu a Direção-Geral de Conteúdo, Artístico e Programação da *Band*, já conversa com a Endemol para definir os próximos passos da franquia “MasterChef”.

Mas só isso. Não é ainda possível cravar mais nada além, nem mesmo uma nova temporada do “MC Celebrities”. Tudo vai depender do resultado dessas reuniões.

Matriculada

Julianne Trevisol, vencedora da primeira edição do “MasterChef Celebrities”, vai começar a usufruir também da premiação referente ao curso na renomada Le Cordon Bleu, em São Paulo. O início das aulas está marcado para o próximo dia 30.

E tem mais essa

Sobre *Band* ainda, como se sabe, a exibição do “Melhor da Noite” agora se resume a só uma vez por semana.

Mas há o desejo de estrear um outro programa, assim que a novela terminar, às quintas ou sextas. Inclusive, já existe a busca de um apresentador. Ou apresentadora.

Microdrama

O ator português Ângelo Rodrigues, após “Vale Tudo” na *Globo*, grava agora a novela vertical “Além da Honra”, da Play9, sob encomenda para a ReelShort. Samara Czapla vive outro papel de destaque na trama. Direção de Bruno Vaks.

É assim

Na *Rede TVI*, já de algumas semanas, todas as atenções se voltaram para a estreia da Cariúcha no “Superpop”, confirmada para esta próxima quarta-feira. Ao que se informa, já existem duas outras novidades, ambas no campo do entretenimento, que serão disparadas assim que possível.



DIVULGAÇÃO

Vai ter novidade

O próximo Troféu Imprensa, com gravação em 15 de abril, terá algumas alterações no formato em relação ao que sempre existiu. Patrícia Abravanel e Celso Portioli seguirão à frente de tudo, mas contratados de outras emissoras estão sendo convidados para apresentar algumas categorias. Conversas e negociações estão em curso.

Diagrama - 1

A “Casa do Patrão”, a partir da sua estreia em 27 de abril, terá exibição diária na *Record*, de domingo a domingo. E quase toda noite ao vivo.

Diagrama - 2

Sobre a “Casa do Patrão”, sabe-se ainda que as suas eliminações serão sempre nas noites de domingo. E provas com os participantes às terças, quintas e sextas.

C'est fini

A série “Cidade Subterrânea”, doc-reality que tem a proposta de revelar o lado humano e inédito do Metrô de São Paulo, chega ao *GNT* e *Globoplay* nesta próxima quinta e no “Fantástico”, domingo. É um projeto da Endemol, com direção de Eduardo Rajaball, que mostra o que há por trás do fluxo constante de milhões de pessoas. Uma operação que não para nunca.

baterbate

- » A direção de jornalismo da *Record* busca um novo caminho para o “Fala Brasil – Edição de sábado”...
- » ... Há o desejo de adotar um formato bem diferente, com mais entretenimento e prestação de serviço...
- » ... Aliás, é quase uma volta ao passado e ao que existia nos tempos da Carla Cecato e Thalita Oliveira.
- » A segunda edição do “Jornal da Manhã” na *Jovem Pan News*, apresentada das 7h às 10h por Evandro Cini e Beatriz Frehner, foi destaque de audiência na semana passada...
- » ... Na quarta e na sexta, fechou em primeiro, à frente da *GloboNews*...
- » ... E, em relação a Copa do Mundo, a Casa Jovem Pan terá bases em Orlando e Miami.
- » Agora, em se tratando de canal de notícias e do momento atual, a boa fase da *CNN Brasil* merece destaque...
- » ... Assim como deve ser ressaltado o trabalho que foi desenvolvido para alcançar os bons resultados de agora.
- » O músico João Gomes continua encantando a *Globo*...
- » ... Tem até um especial do “Globo Repórter” a caminho.

CLASSIFICADOS&EDITAIS

(61) 99637-6993 CLASSIFICADOS@GRUPOJBR.COM

Edição impressa produzida pelo Jornal de Brasília com circulação diária em bancas e assinantes.

As integridades dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: <https://jornaldebrasil.com.br/publicidade-legal>

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.



leilão on-line de
veículos

27/03
Conservados 9h
Sucatas 14h

DER
DF

Leiloeiro oficial
ERICO SOARES

VIP
leilões

CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/001-50 NIRE 53 3 0000613-0

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na sede da Empresa, situada no SGAN Quadra 601, Bloco H, 2º Pavimento, salas 2013, 2018, 2019, 2022 e 2023 - Bairro Asa Norte - CEP 70830-010 - DF, os documentos mencionados no artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, e alterações, relativos ao exercício de 2025. Informações: cleberpereira@ceb.com.br e gustavo.lira@ceb.com.br.

JAIRO FERNANDO MECABO
Diretor Administrativo-Financeiro

CEB LAJEADO S.A.
CNPJ 03.677.638/0001-50 NIRE 53 3 0000613-0
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da CEB Lajeado S.A., com amparo na Lei 6.404/1976, art. 142, inciso IV, e no Estatuto Social, art. 23, inciso X, convoca os acionistas da Companhia para a 26ª Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 30 de março de 2026, às 15 horas, em formato digital, transmitida a partir da sede da companhia - SGAN quadra 601, bloco H, Cobertura, Ala Laranja - Edifício ION Escritórios Eficientes, Asa Norte, Brasília-DF, com a seguinte ordem do 1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como os respectivos documentos complementares; 2) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2025 e distribuição dos dividendos; 3) eleger membros do Conselho Fiscal para o biênio 2026/2027; 4) eleger membros do Conselho de Administração para o biênio 2026/2028; 5) fixar a remuneração e benefícios dos administradores e fiscais.

Marcello Joaquim Pacheco
Presidente do Conselho de Administração

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DIRETORIA DE MATERIAIS E SERVIÇOS
AVISO DE REVOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90008/2025

A presente licitação tem por o objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos Planos Básicos Ambientais aprovados no âmbito dos Processos de Licenciamento Ambiental dos Complexos Viários sob responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, denominados Trevo de Triagem Norte-TTN e Ligação Torto-Colorado-LTC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Processo SEI nº 00113-00025542/2024-11. Fica revogada conforme fundamentação no processo.

Brasília, 20 de março de 2026.
Ana Hilda do Carmo Silva
Diretora de Materiais e Serviços

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DIRETORIA DE MATERIAIS E SERVIÇOS
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90003/2026-UASG: 9261207

Processo:	00113-00002511/2026-45
Modalidade/Número:	Concorrência Eletrônica nº 90003/2026
Tipo:	Menor Desconto
Objeto:	O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para execução das obras de restauração da rodovia DF-001 (EPCT), contemplando especificações, quantitativos e orçamento de referência, relativos a três trechos distintos situados entre a VC-331 e a DF-475, com extensões aproximadas de 1,00 km, 0,58 km e 0,55 km, correspondentes, respectivamente, aos Lotes de Restauração 01, 02 e 03, cujos serviços a serem executados são: Restauração, Drenagem, Sinalização Horizontal e Vertical, Canteiro de obras, Obras Complementares, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), Projeto "A Built", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Valor Estimado (R\$):	R\$ 15.963.400,99
Dotação Orçamentária:	Programa de Trabalho 26.782.6216.1475.1199 - RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS-RECUPERAÇÃO E MELHORAMENTO-DISTRITO FEDERAL. Fonte de Recursos: 732 - Emenda Federal; 248 - CIDE; 100 - Tesouro.
Prazo Execução:	90 (noventa) dias.
Início da Sessão de Disputa de Preços:	As 10h do dia 16 de abril de 2026.
Contatos:	Fone (61) 3111-5600/5601/5602/5603
Retirada do Edital e Anexos:	Edital poderá ser retirado exclusivamente nos endereços eletrônicos www.der.df.gov.br e www.gov.br/compras . Demais informações no próprio Edital.

Brasília, 20 de março de 2026.
Ana Hilda do Carmo Silva
Diretora de Materiais e Serviços

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
DIRETORIA DE MATERIAIS E SERVIÇOS
AVISO DE LICITAÇÃO-NOVO EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90019/2025-UASG: 926120

Processo:	00113-00009651/2025-63
Modalidade/Número:	Concorrência Eletrônica nº 90019/2025
Tipo:	Técnica e Preço
Objeto:	O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para elaboração de projetos básico, executivo e execução de obra de implantação do corredor BRT Sul (Bus Rapid Transit), sub-trechos 03 e 04, localizados na DF-003 (EPIA) até o Terminal Asa Sul (TAS), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Valor Estimado (R\$):	R\$ 122.235.932,77
Dotação Orçamentária:	Programa de Trabalho 26.453.6216.3820.0002 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO EIXO - Trechos 3 e 4 - DISTRITO FEDERAL, ND 449051 Fonte 135 e Tesouro (contrapartida).
Prazo Execução:	810 (oitocentos e dez) dias consecutivos.
Início da Sessão de Disputa de Preços:	As 10h do dia 01 de julho de 2026.
Contatos:	Fone (61) 3111-5600/5601/5602/5603
Retirada do Edital e Anexos:	Edital poderá ser retirado exclusivamente nos endereços eletrônicos www.der.df.gov.br e www.gov.br/compras . Demais informações no próprio Edital.

Brasília, 20 de março de 2026.
Ana Hilda do Carmo Silva
Diretora de Materiais e Serviços

Secretaria de Estado da Agricultura,
Abastecimento e Desenvolvimento
Rural do Distrito Federal
Subsecretaria de Administração Geral
Diretoria de Gestão de Aquisições



AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026

A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - SEAGRI/DF torna público que realizará licitação do tipo MENOR PREÇO, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com previsão de abertura do certame para 06/04/2026, às 9h30. Processo SEI-GDF nº 00070-00005044/2025-31, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis. OBJETO: Aquisição de Reboque para transporte de animais, para ser utilizado pela Diretoria de Sanidade Agropecuária e Fiscalização (DISAF) em ações de Defesa Sanitária Animal da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI-DF), conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital, com valor total estimado de R\$ 21.200,00 (vinte e um mil e duzentos reais). O Edital poderá ser retirado a partir da publicação no Portal de Compras www.compras.gov.br ou no portal da SEAGRI-DF www.seagri.df.gov.br/licitacao-eletronica a partir da sua publicação e/ou divulgação.

NATANAEL FÉLIX DOS SANTOS
Pregoeiro

Secretaria de Estado de Justiça e
Cidadania do Distrito Federal
Subsecretaria de Administração Geral
Comissão de Locação de Imóveis



AVISO DE PROCURA DE IMÓVEL

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, por meio de sua Comissão de Locação de Imóveis - COLIM, torna público o aviso de procura de imóvel, comercial e/ou residencial, situado na **Região Administrativa do Paranoá ou Itapoã**, no Distrito Federal, para locação, a fim de ser realizado contrato pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado na forma da legislação vigente, desde que atenda às especificações contidas no Edital de Chamamento Público nº 04/2025-SEJUS, objeto do Processo Administrativo SEI nº 00400-00059504/2024-36. O imóvel deve ter, no mínimo, 245m² (duzentos e quarenta e cinco metros quadrados) para instalação da sede da Gerência de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá, conforme especificações contidas no Termo de Referência. O imóvel deverá estar localizado na Região Administrativa do Paranoá ou Itapoã. A proposta poderá ser entregue em envelope lacrado na unidade do Protocolo desta SEJUS/DF, não podendo ter emendas, rasuras ou entrelinhas, pelo e-Protocolo OU digitalizada e encaminhada ao seguinte endereço de correio eletrônico: colim@sejus.df.gov.br, devendo ser endereçada à COLIM/SEJUS, em até 15 (quinze) dias corridos após a publicação do Chamamento. Endereço de Correio Eletrônico: colim@sejus.df.gov.br. Endereço Físico: Protocolo da SEJUS/DF, no endereço: SAIN, Estação Rodoferroviária de Brasília, Ala Central, Térreo - Brasília/DF, CEP 70.631-900. Horário de Funcionamento da Unidade do Protocolo: segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. A proposta deverá ser preenchida no modelo padrão oferecido por esta Secretaria de Estado e com validade não inferior a 90 (noventa) dias contados da sua apresentação. O Edital poderá ser retirado através do endereço eletrônico <http://www.sejus.df.gov.br/>. O prazo para os interessados apresentarem suas propostas será de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data da publicação deste aviso. Esta Secretaria de Estado reserva-se no direito de optar pelo imóvel que melhor atender às necessidades deste Órgão, que estejam dentro das especificações legais. As propostas que não atenderem às exigências deste AVISO não serão consideradas. Informações a respeito do Edital pelo telefone: 61 2244-1584 (Comissão de Locação de Imóveis).

JALLES GONÇALVES DOS REIS
Presidente da Comissão

Concreto Redimix de Brasília Ltda.

CNPJ: 00.402.305/0001-20

Aviso aos Sócios

Encontram-se à disposição dos Senhores Sócios, os documentos a que se refere o artigo 1.078, § 1º do Código Civil, relativos ao exercício findo em 31.12.2025. Solicitamos que o pedido de envio seja feito através do e-mail: assembleiastmc@gmail.com, mencionando o nome da empresa.

Brasília, 19/03/2026

Eneida Melo Cruz - Sócia Administradora

ASCADE
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Fundada em 02 de março de 1921
SCE/SUL, Trecho 2, Conj. 10, Asa Sul - Brasília - DF - Cep. 70205-002 Fone (61) 3228 4503
www.ascade.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

O PRESIDENTE da Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados - ASCADE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 29 e seu parágrafo 1º do Estatuto em vigor e ainda o que determina o artigo 30, alínea "b", **resolve**:
Convocar a Assembleia Geral da Entidade, para reunir-se em **Sessão Ordinária**, na Sede Náutica da ASCADE (SCES, Trecho 2, Conjunto 10, Asa Sul, Brasília-DF), no dia 30 (trinta) de março do corrente, segunda-feira, com início às 16h30, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos sócios quites e no pleno gozo dos seus direitos estatutários, ou às 17h00, em segunda convocação, com qualquer número de sócios, com a seguinte ordem do dia: **Discussão e apreciação do relatório de atividades e da prestação de contas da diretoria, juntamente com o parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 2025.**

Brasília, 20 de março de 2026.
FRANCISCO DE ASSIS DE MORAIS
Presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ nº 00.627.877/0001-07, por seu presidente abaixo assinado, CONVOCA todos os enfermeiros empregados do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (IGESDF) para participarem da Assembleia Geral Ordinária, a fim de deliberar os termos do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, conforme art. 62, alínea "b", do Estatuto Social da Entidade e art. 612 da CLT, a qual ocorrerá no dia 26 de março de 2026, com primeira chamada às 14h30min, com a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um dos enfermeiros interessados, e com segunda chamada às 15h00min, com qualquer número de enfermeiros presentes, conforme artigo 65 do Estatuto Social da Entidade, a ser realizada **exclusivamente online, por meio do link e demais dados de acesso a serem disponibilizados nas redes sociais e na forma disposta do site <https://sindenfermeiro.com.br/>, local onde estarão disponíveis todas as informações necessárias, para deliberar sobre as seguintes pautas:**

- 1) Acordo Coletivo de Trabalho - ACT
- 2) Outros assuntos de interesse da categoria.

Brasília/DF, 23 de março de 2026.
Jorge Henrique de Sousa e Silva Filho
Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do DF.

TJDFT Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

4ª Vara de Família de Brasília

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS SEGREDO DE JUSTIÇA

NÚMERO DO PROCESSO: 0804015-22.2024.8.07.0016
CLASSE JUDICIAL: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: DENISE DE FREITAS MARRECO
REQUERIDO: LEONEL ARAUJO PINTO

O Dr. ANDRÉ FERREIRA DE BRITO, Juiz de Direito Substituto da 4ª Vara de Família de Brasília, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da Ação INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0804015-22.2024.8.07.0016, ajuizada por DENISE DE FREITAS MARRECO, foi DECRETADA, mediante sentença transitada em julgado, a INTERDIÇÃO PARCIAL de LEONEL ARAUJO PINTO (CPF: 317.637.581-68), por ser portador(a) de diagnóstico de jogo patológico, e ser incapaz de cuidar de si mesmo(a) e administrar seus bens. Nomeou-lhe curador(a): DENISE DE FREITAS MARRECO (CPF: 428.343.841-34), para o exercício de todos os atos jurídicos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado uma vez na imprensa local e três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015). Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF, 11 de março de 2026, 10:05:34.

MARTA SILVA BALIEIRO
Diretora de Secretaria

Este documento foi gerado pelo sistema 785 ****.34 em 13/03/2026 10:51:24
Número do processo: 0804015-22.2024.8.07.0016
Número do documento: 202611132524000000024242010 Tipo de documento: Edital
<https://trf4.jus.br/ass/Processos/Consultas/ConsultaProcesso.aspx?processo=0804015-22.2024.8.07.0016>
Assinado eletronicamente por: MARTA SILVA BALIEIRO - 11/03/2026 13:25:24
Perfil: Diretor de Secretaria



3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE
ELAINE MONTEIRO DA SILVA**

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência da respectiva, **ELAINE MONTEIRO DA SILVA**, CPF:805.614.621-00, devedora fiduciante do imóvel alienado: APART. 104, LOTE 02, CONJUNTO "B", QUADRA QS-406, SAMAMBAIA, DF e VAGA DE GARAGEM N° 18, LOTE 02, CONJUNTO B, QUADRA QS 406, SAMAMBAIA - DF, a qual não tendo sido encontrada nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADA do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme R.11 e R.7, na matrícula nº.133943 e 222275, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª, venho INTIMA-LA a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 11/03/2026, corresponde a **R\$152.865,49** (cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e nove centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R\$2.778,78** (dois mil, setecentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos), já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R\$155.644,27** (cento e cinquenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e vinte e sete centavos). Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as), para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras - DF, onde deverá(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as), ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE
CRYSTIANO DOMINGUES DE MOURA**

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência do respectivo, **CRYSTIANO DOMINGUES DE MOURA**, CPF:761.749.561-72, devedor fiduciante do imóvel alienado: APARTAMENTO N° 903 E VAGA DE GARAGEM N° 77, LOTE 2, BLOCO C, RUA 100, QUADRA QS 05, ÁGUAS CLARAS, DISTRITO FEDERAL, o qual não tendo sido encontrado nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADO do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme R.9, na matrícula nº.244557, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª, venho INTIMA-LA a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 11/03/2026, corresponde a **R\$31.414,45** (trinta e um mil, quatrocentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R\$2.749,83** (dois mil, setecentos e quarenta e nove reais e oitenta e três centavos), já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R\$34.164,28** (trinta e quatro mil, cento e sessenta e quatro reais e vinte e oito centavos). Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as), para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras - DF, onde deverá(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as), ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

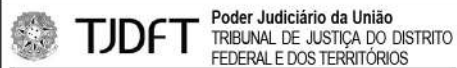
**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE
MATHEUS WALLACE BEZERRA PEREIRA**

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência do respectivo, **MATHEUS WALLACE BEZERRA PEREIRA**, CPF:049.522.061-22, devedor fiduciante do imóvel alienado: LOTE 23, CONJUNTO 04, QR-417, SAMAMBAIA, DF, o qual não tendo sido encontrado nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADO do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme R.11, na matrícula nº.166859, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª, venho INTIMA-LA a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 11/03/2026, corresponde a **R\$13.079,44** (treze mil e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R\$2.749,83** (dois mil, setecentos e quarenta e nove reais e oitenta e três centavos), já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R\$15.829,27** (quinze mil, oitocentos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos). Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as), para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras - DF, onde deverá(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as), ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE
KARLA CRISTINA NUNES DA SILVA**

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência da respectiva, **KARLA CRISTINA NUNES DA SILVA**, CPF:060.798.171-79, devedora fiduciante do imóvel alienado: LOTE N° 15, CONJUNTO 5, QUADRA QR 314, SAMAMBAIA, DISTRITO FEDERAL, a qual não tendo sido encontrada nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADA do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme R.6, na matrícula nº.283828, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª, venho INTIMA-LA a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 11/03/2026, corresponde a **R\$7.963,97** (sete mil, novecentos e sessenta e três reais e novecenta e sete centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R\$2.473,07** (dois mil, quatrocentos e setenta e três reais e sete centavos), já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R\$10.437,04** (dez mil, quatrocentos e trinta e sete reais e quatro centavos). Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as), para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras - DF, onde deverá(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as), ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.



Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

5ª Vara de Família de Brasília

EDITAL DE INTERDIÇÃO PARCIAL

O Doutor WAGNER JUNQUEIRA PRADO, Juiz de Direito da Quinta Vara de Família de Brasília/DF, na forma da Lei, etc., FAZ SABER a todos quantos vierem o presente Edital ou dele tiverem conhecimento que por este meio leva a conhecimento público, por meio da Ação de INTERDIÇÃO/CURATELA nº 0771350-84.2023.8.07.0016, movida pelas partes LUIS ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA e MARIA FERNANDA CARDOSO DE OLIVEIRA LENZI, a INTERDIÇÃO PARCIAL de LUCIA CARDOSO DE OLIVEIRA - CPF: 372.201.441-72, filha de GILDA CARDOSO, tendo o MM. Juiz NOMEADOS como CURADORES o Sr. LUIS ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA - CPF: 116.968.771-72 e a Sra. MARIA FERNANDA CARDOSO DE OLIVEIRA LENZI - CPF: 238.599.541-72. Tudo conforme Sentença fundamentada no art. 1.767, do Código Civil, de processo teor: "... Em face do exposto, e nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedente o pedido para decretar a interdição parcial de LUCIA CARDOSO DE OLIVEIRA, declarando-a relativamente incapaz apenas para a prática de atos negociais (que envolvam aquisição ou disposição patrimonial, bem como instituição de ônus) e para tomar decisões que envolvam a sua saúde, nomeando-lhe curadores, apenas para assisti-la nessas hipóteses, seus irmãos LUIS ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA e MARIA FERNANDA CARDOSO DE OLIVEIRA LENZI. Ficam os curadores advertidos de que: a) Toda e qualquer importância recebida em nome da interditada deverá ser utilizada única e exclusivamente em benefício dela e todos os gastos documentalmente comprovados, sob pena de responsabilidade civil e criminal; b) Deverão prestar contas de sua administração anualmente, até o dia 31 de março, das rendas e gastos referentes ao ano anterior, conforme determina o art. 84, § 4º, da Lei nº 13.146/2015. (...) Ass. Wagner Junqueira Prado Juiz de Direito Brasília 14/02/2026". O presente edital será afixado no local de costume e publicado por 3 (três) vezes no Diário da Justiça, com intervalo de 10 (dez) dias, ficando, assim, cientificado o público do acima exposto. Brasília/DF, 20 de fevereiro de 2026. Eu, LUCAS DINIZ CIPRIANI, Técnico Judiciário, o expedi. Assinado pelo Diretor de Secretaria, por determinação judicial.

CRISTIANO CÂNDIDO NETO

Diretor de Secretaria

Este documento foi gerado pelo sistema OJA 11.111.111.111 em 09/03/2026 13:09:18
Número do processo: 0771350-84.2023.8.07.0016
Número do documento: 2022251359210000000241256825 | Tipo de documento: Edital
https://trf.jus.br/443/gpe/Processo/ConsultarDocumento?fileView=searView?2022251359210000000241256825
Assinado eletronicamente por: CRISTIANO CÂNDIDO NETO - 2562/2026 13:09:21
Pleto: Distrito de Secretaria



CONDOMÍNIO DO CONJUNTO NACIONAL BRASÍLIA
("Condomínio CNB")

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2026**

Ficam os Srs. Condôminos do CONDOMÍNIO DO CONJUNTO NACIONAL BRASÍLIA ("Condomínio CNB"), pelo presente edital, convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar no auditório da Administração do Shopping localizado no SDN, conjunto A, nº L-408, 3º andar, em 31 de MARÇO de 2026, às 17:30 horas em primeira convocação e às 18:00 horas em segunda convocação com qualquer número de presentes, com o fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Leitura e aprovação da Ata da Assembleia do ano 2025;
 2. Leitura e aprovação de contas do Condomínio relativas ao exercício de 2025;
 3. Eleição de Síndico e de Subsíndico para o período compreendido entre 01 abril de 2026 a 31 de março de 2028 (inscrição de chapas até 27/03/2026 às 18h na administração lojistas);
 5. Apresentação, discussão, votação e aprovação do orçamento financeiro para o exercício do ano de 2026;
 6. Aprovação da remuneração da Síndica e prazo de vigência;
 7. Apresentação, discussão, votação dos reinvestimentos 2026;
 8. Ratificação e registro da cobrança da taxa de 30% de limpeza para lojas de alimentação;
 9. Deliberação sobre a utilização do saldo excedente do Fundo de Reserva (FDR) do Condomínio de Lojistas;
 10. Assuntos de Interesse Geral.
- As pessoas que participarem na qualidade de procuradores - não se aplica aos representantes legais
- dos Condôminos deverão apresentar na instalação da Assembleia respectivas procurações com os poderes de representação necessários e a firma reconhecida (Código Civil - Art. 654, Parágrafo 2º).

Brasília/DF, 16 de março de 2026.

CONDOMÍNIO DO CONJUNTO NACIONAL BRASÍLIA
CNPJ nº 00.719.559/0001-76
Por Ancar Ivanhoe Administradora de Shopping Centers

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PAULINA DA SILVA

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência da respectiva, **PAULINA DA SILVA**, CPF:091.775.501-45, devedora fiduciante do imóvel alienado: LOTE 12, CONJUNTO 02, QR 433, SAMAMBAIA, DF, a qual não tendo sido encontrada nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADA do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme R.11, na matrícula nº.151584, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª, venho INTIMA-LA a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 11/03/2026, corresponde a **R\$13.638,04** (treze mil, seiscentos e trinta e oito reais e quatro centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R\$2.749,83** (dois mil, setecentos e quarenta e nove reais e oitenta e três centavos), já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R\$16.387,87** (dezesseis mil, trezentos e oitenta e sete reais e oitenta e sete centavos). Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as), para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras - DF, onde deverá(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as), ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE
REINALDO ALVES DA COSTA JUNIOR**

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência do respectivo, **REINALDO ALVES DA COSTA JUNIOR**, CPF:052.375.177-06, devedor fiduciante do imóvel alienado: APARTAMENTO N° 104, VAGA DE GARAGEM N° 322, TORRE "C", LOTE N°1, CONJUNTO 8, QUADRA 301, CENTRO URBANO, SAMAMBAIA, DF, o qual não tendo sido encontrado nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADO do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme R.8, na matrícula nº.364374, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª, venho INTIMA-LA a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 11/03/2026, corresponde a **R\$19.937,80** (dezenove mil, novecentos e trinta e sete reais e oitenta centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R\$2.683,66** (dois mil, seiscentos e oitenta e três reais e sessenta e seis centavos), já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R\$22.621,46** (vinte e dois mil, seiscentos e vinte e um reais e quarenta e seis centavos). Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as), para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras - DF, onde deverá(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as), ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE
SHEILA VALERIA MARTINS DE SOUZA**

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência da respectiva, **SHEILA VALERIA MARTINS DE SOUZA**, CPF:457.899.751-00, devedora fiduciante do imóvel alienado: APARTAMENTO N° 308 E VAGA DE GARAGEM N° 56, TORRE "C", LOTE N° 1, CONJUNTO N° 2, QUADRA QN 110, SAMAMBAIA, DISTRITO FEDERAL, a qual não tendo sido encontrada nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADA do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme R.12, na matrícula nº.367462, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª, venho INTIMA-LA a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 09/03/2026, corresponde a **R\$19.802,77** (dezenove mil, oitocentos e dois reais e setenta e sete centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R\$2.683,66** (dois mil, seiscentos e oitenta e três reais e sessenta e seis centavos), já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R\$22.486,43** (vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e três centavos). Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as), para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras - DF, onde deverá(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as), ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE
BRUNA CRISTINA DA FONSECA SILVA**

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência do respectiva, **BRUNA CRISTINA DA FONSECA SILVA**, CPF:113.408.926-00, devedora fiduciante do imóvel alienado: APARTAMENTO N° 1711, VAGA DE GARAGEM N° 106 E 107, TORRE "F", LOTES N°s 1 A 13, QUADRA Q1 24, SETOR INDUSTRIAL DE TAGUATINGA, TAGUATINGA, DISTRITO FEDERAL, a qual não tendo sido encontrada nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADA do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme R.8, na matrícula nº.315652, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª, venho INTIMA-LA a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 11/03/2026, corresponde a **R\$9.373,16** (nove mil, trezentos e setenta e três reais e dezesseis centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R\$2.458,11** (dois mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e onze centavos), já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R\$11.831,27** (onze mil, oitocentos e trinta e um reais e sete centavos). Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as), para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras - DF, onde deverá(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as), ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE
VERIDIANA LOPES BERNARDO**

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência da respectiva, **VERIDIANA LOPES BERNARDO**, CPF:014.178.711-21, devedora fiduciante do imóvel alienado: APARTAMENTO N° 613, LOTE N° 1, RUA N° 6, SUBCENTRO URBANO 400/600, RECANTO DAS EMAS, DISTRITO FEDERAL, a qual não tendo sido encontrada nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADA do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme R.6, na matrícula nº.372242, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª, venho INTIMA-LA a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 09/03/2026, corresponde a **R\$12.154,73** (doze mil, cento e cinquenta e quatro reais e setenta e três centavos), já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R\$14.838,39** (quatorze mil, oitocentos e trinta e oito reais e nove centavos). Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as), para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras - DF, onde deverá(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as), ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE JUNIO ALVES DA SILVA

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência do respectivo, **JUNIO ALVES DA SILVA**, CPF:018.253.231-35, devedor fiduciante do imóvel alienado: APARTAMENTO N° 404, VAGA DE GARAGEM N° SER-20, LOTE N° 2, CONJUNTO 1, QUADRA QN 508, SAMAMBAIA, DISTRITO FEDERAL, a qual não tendo sido encontrado nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADO do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme R.8, na matrícula nº.348465, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª, venho INTIMA-LA a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 06/03/2026, corresponde a **R\$7.309,57** (sete mil, trezentos e nove reais e cinquenta e sete centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R\$2.418,71** (dois mil, quatrocentos e dezoito reais e setenta e um centavos), já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R\$9.728,28** (nove mil, setecentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos). Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as), para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras - DF, onde deverá(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as), ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE JHONATAN DIMAS DA SILVA

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência do respectivo, **JHONATAN DIMAS DA SILVA**, CPF:035.015.881-94, devedor fiduciante do imóvel alienado: APARTAMENTO N° 1207, VAGA DE GARAGEM N° 90, LOTE N° 24, QUADRA 406, AVENIDA DOS EUCALIPTOS, RECANTO DAS EMAS, DISTRITO FEDERAL, o qual não tendo sido encontrado nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADO do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme R.12, na matrícula nº.329219, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª, venho INTIMA-LA a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 09/03/2026, corresponde a **R\$10.632,27** (dez mil, seiscentos e trinta e dois reais e vinte e sete centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R\$2.418,71** (dois mil, quatrocentos e dezoito reais e setenta e um centavos), já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R\$13.050,98** (treze mil, um e cinquenta reais e noventa e oito centavos). Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as), para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras - DF, onde deverá(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as), ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL****EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A coordenação-geral do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os jornalistas do Correio Braziliense para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 25/03/2026, na sede da empresa. A primeira chamada ocorrerá às 16 horas e a segunda chamada às 16 horas e 15 minutos.

A pauta prevê:

- 1) ausência de depósitos do auxílio alimentação;
- 2) funcionamento do ar-condicionado na redação;
- 3) possível aprovação de paralisação ou greve;
- 4) outros assuntos.

Brasília, 23 de março de 2026
Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CARLOS ALEXANDRE DA COSTA ROCHA**

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência do respectivo, **CARLOS ALEXANDRE DA COSTA ROCHA**, CPF:017.140.371-18, devedor fiduciante do imóvel alienado: **APARTAMENTO Nº 101, BLOCO 4, CONJUNTO 2, LOTE 1, QN 104, SAMAMBAIA, DISTRITO FEDERAL**, o qual não tendo sido encontrado nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADO do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme **R.9**, na matrícula nº.233254, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª, venho INTIMA-LO a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 09/03/2026, corresponde a **R\$3.974,76** (três mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e seis centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R\$2.418,71** (dois mil, quatrocentos e dezoito reais e setenta e um centavos), já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R\$6.393,47** (seis mil, trezentos e noventa e três reais e quarenta e sete centavos). Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(s), para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras - DF, onde deverá(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(s), cliente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE LUIS ANTONIO DE ARAUJO BOUDENS**

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência do respectivo, **LUIS ANTONIO DE ARAUJO BOUDENS**, CPF:765.744.316-20, devedor fiduciante do imóvel alienado: **APARTAMENTO Nº 403, VAGAS DE GARAGEM VINCULADAS Nº 156 e 173, BLOCO B, LOTE 5, QUADRA 203, PRAÇA ANDORINHA, ÁGUAS CLARAS, DISTRITO FEDERAL**, o qual não tendo sido encontrado nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADO do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento do **BRB - BANCO DE BRASILIA S/A**, credor fiduciário do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme **R.17**, na matrícula nº.270713, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª, venho INTIMA-LO a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 18/03/2026, corresponde a **R\$ 41.348,02** (Quarenta e um mil, trezentos e quarenta e oito reais e dois centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R\$1.778,16** (mil, setecentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos), já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R\$ 43.126,18** (Quarenta e três mil, cento e vinte e seis reais e dezoito centavos). Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(s), para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras - DF, onde deverá(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(s), cliente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADELIO RODRIGUES SOARES**

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência do respectivo, **ADELIO RODRIGUES SOARES**, CPF:453.375.516-04, devedor fiduciante do imóvel alienado: **LOTE Nº 6, CONJUNTO Nº 4, QUADRA Nº 8, TRECHO 3, SETOR HABITACIONAL VICENTE PIRES, VAGAS DE PIRES, DISTRITO FEDERAL**, o qual não tendo sido encontrado nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADO do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento do **BRB BANCO DE BRASILIA S/A**, credor fiduciário do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme **R.4**, na matrícula nº.354478, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ª, venho INTIMA-LO a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 18/03/2026, corresponde a **R\$ 46.465,95** (Quarenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R\$1.566,61** (mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e um centavos), já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R\$ 48.032,56** (Quarenta e oito mil, trinta e dois reais e cinquenta e seis centavos). Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(s), para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9º Andar, Torre "B", Águas Claras - DF, onde deverá(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(s), cliente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

**EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE****DATAS: 1º Público Leilão – 27/03/2026 às 10h00 | 2º Público Leilão – 31/03/2026 às 10h00**

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial – matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **TOLEDO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.** – CNPJ nº 08.844.065/0001-25, com base nos artigos 26 e 27 da Lei nº 9.514/97, e posteriores alterações, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial o **IMÓVEL: VAGA DE GARAGEM Nº 1.104, DO CONDOMÍNIO TAGUA LIFE CENTER, LOTE Nº 07, QUADRA CSG 3, TAGUATINGA/DF**. Áreas: Real Privativa: 12,00m²; Real Comum de Divisão Não Proporcional: 6,79m²; Real Comum de Divisão Proporcional: 0,02m²; Total: 18,81m²; FIT: 0,000091. Matrícula nº 306.878 do 3º CRI do Distrito Federal. Inscrição Imob.: 53268911. Consolidação em 20/02/2026. **Lances Iniciais: 1º Público Leilão: R\$ 26.657,79. 2º Público Leilão: R\$ 26.564,15. Regras, Condições e Informações:** 1. Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; 2. O Arrematante pagará, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, à vista, e todas as despesas, custos, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; 3. Débitos de IPTU e Condomínio existentes e no limite apurado ATÉ as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos APÓS as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; 4. Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; 5. **IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; 6. Venda realizada em caráter **AD CORPUS**. Imóvel entregue no estado em que se encontra; 7. O imóvel somente será vendido para proprietários de apartamentos do Condomínio Tagua Life Center; 8. As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILÕES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica o Devedor Fiduciante **LUCAS GARCIA ARF** – CPF nº 001.544.361-27, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, uma vez que se encontra em local desconhecido, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fones (19) 3794-2044/(19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
Diretoria de Aquisições
Central de Compras

**AVISO DE ABERTURA****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90086/2026 - UASG 926119**

Objeto: Aquisição de insumo(s) à saúde - Testes Bioquímicos e outros, a contratação envolve a aquisição de reagentes com fornecimento de equipamentos automatizados (COMODATO), para atender às necessidades da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo SEI nº 00060-00394273/2023-95. Total de lote único contendo 68 itens (Ampla Concorrência). Valor estimado: R\$ 28.558.077,4620. Cadastro das propostas: a partir de 23/03/2026. Abertura das Propostas: 07/04/2026, às 8h30 (horário de Brasília), no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponível sem ônus no referido site ou com ônus no endereço: SRTVN 701, Lote D, Edifício PO 700, 2º andar, Central de Compras/DAQ/SUCOMP, CEP: 70.719-040 - Brasília/DF.

FABIANA MENDES DE OLIVEIRA CORTEZ
Pregoeira

**EXTRATO DE HABILITAÇÃO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2025**

A Agente de Contratação da Subsecretaria de Compras e Contratações da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal comunica que a seguinte empresa foi HABILITADA para o Edital de Credenciamento nº 01/2025, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO de pessoa jurídica, para prestação de serviços na área de Ressonância Nuclear Magnética, visando atender às necessidades da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, em caráter complementar junto ao Sistema Único de Saúde do Distrito Federal - SUS/DF. Processo Principal SEI - 00060-00031265/2020-98: CENTRUS DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E ULTRASSONOGRAFIA LTDA - CNPJ 10.851.800/0002-50, Processo 00060-00067645/2026-56, para eventual oportunidade de contratação, caso surjam vagas/demanda de exames.

CERIZE HELENA SOUZA SALES

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
Fundação Hemocentro de Brasília
Unidade Administrativa e Financeira
Diretoria de Compras

**AVISO DE ABERTURA****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026 - UASG 926334**

Objeto: Contratação de serviços de desenvolvimento e manutenção em Java, com pagamento aferido por Pontos de Função e complementado por Horas de Serviço Técnico vinculados ao alcance de resultados e ao atendimento de níveis mínimos de serviço, incluindo serviços complementares de desenvolvimento e manutenção de software, serviços de sustentação com pagamento mensal fixo por portfólio de softwares condicionado ao cumprimento dos níveis mínimos de serviço e serviços de mensuração de software com pagamento por Ponto de Função Contado (PFC), visando atender às necessidades da Fundação Hemocentro de Brasília (FHB). As especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas constam do termo editalício e seus anexos. Processo SEI nº: 00063-00001270/2024-15. Valor Estimado: R\$ 4.709.675,40. Data-limite de recebimento das propostas: 14/04/2026, às 8h59, horário de Brasília, na plataforma compras.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site www.gov.br/compras ou no portal www.fhb.df.gov.br ou com ônus no endereço: Setor Médico Hospitalar Norte-SMHN, Quadra 03, Conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, sala: Diretoria de Compras (FHB/Uniaf/Dcomp), CEP 70710- 908 Brasília/DF.

AVISO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026 - UASG 926334

Objeto: Contratação de serviços de Organismo Certificador para auditoria de recertificação na norma ISO 9001:2015, seguido de auditorias de manutenção anuais, com emissão do certificado de conformidade, visando atender à manutenção da certificação na Norma ISO 9001:2015 na Fundação Hemocentro de Brasília. As especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas constam do termo editalício e seus anexos. Processo SEI nº: 00063-00004255/2025-18. Valor Estimado: R\$ 34.334,24. Data-limite de recebimento das propostas: 09/04/2026, às 8h59, horário de Brasília, na plataforma compras.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site www.gov.br/compras ou no portal www.fhb.df.gov.br ou com ônus no endereço: Setor Médico Hospitalar Norte-SMHN, Quadra 03, Conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, sala: Diretoria de Compras (FHB/Uniaf/Dcomp), CEP 70710- 908 Brasília/DF.

WANESSA SOTTER DE FREITAS
Diretora de Compras

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Subsecretaria de Administração Geral

**RETIFICAÇÃO AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2025 (UASG 450432)**

Relativo ao aviso de abertura de licitação do Pregão Eletrônico nº 90004/2025, publicado no DODF nº 52, de 19/03/2026, onde se lê: "Data e horário da reabertura: 20/03/2026 (sexta-feira), às 10h". Leia-se: Data e horário da reabertura: 25/03/2026 (quarta-feira), às 10h"

ANTONIO DOS SANTOS TORRES
Pregoeiro

1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal**EDITAL**

LUIZ GUSTAVO LEÃO RIBEIRO, Registrador do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc...

FAZ saber que, por parte de **EZINALDA LIMEIRA DO AMARAL CAMARGO**, brasileira, viúva, aposentada, CPF nº 183.806.031-68, residente e domiciliada nesta Capital, foi apresentado neste Serviço Registral, um requerimento para o procedimento e Usucapião Ordinário, pelo qual, nos termos do artigo 1242 do Código Civil Brasileiro, a requerente acima citada adquiriu os imóveis diante discriminados por **USUCAPIÃO**. Situação e características dos imóveis objeto de usucapião: **Apartamento nº 115, do Bloco "F", da Quadra AOS-4, do SHC/AO/SUL, desta Capital**, com área privativa de 97,22m², área comum de 38,08m², área total de 135,30m² e fração ideal de 0,010439; e, **Vaga de Garagem nº 26, situada no Subsolo do Bloco "F", da Quadra AOS-04, do SHC/AO/SUL, desta Capital**, com área privativa de 12,50m², área comum de 3,92m², área total de 16,42m², e fração ideal de 0,001074 das coisas de uso comum e do terreno, e demais características constantes das matrículas nºs **53322 e 53227**, Livro nº 2 - Registro Geral, deste Serviço Registral. Foi atribuído ao Apartamento nº 115, o valor de **R\$497.021,51** (quatrocentos e noventa e sete mil, vinte e um reais e cinquenta e um centavos); e, para Vaga de Garagem nº 26, o valor de **R\$58.180,33** (cinquenta e oito mil, cento e oitenta reais e trinta e três centavos). Fica o mencionado requerimento à disposição dos interessados, neste Serviço Registral, no Setor Comercial Sul, Quadra 08, Bloco "B-60", Sala 240-A, Edifício Venâncio 2000, devendo as reclamações, daqueles que se julgarem prejudicados, serem apresentadas por escrito ao Oficial que este subscreve, dentro de **15 (quinze) dias úteis**, contados da data da publicação deste Edital. Findo o prazo e não havendo reclamação, serão efetuados os registros. Dado e passado nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, no dia 12 de março de dois mil e vinte e seis (12/03/2026).

LUIZ GUSTAVO LEÃO RIBEIRO
OFICIAL

Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal
Coordenação de Licitações

**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026- UASG 974002**

A Pregoeira informa aos interessados que o pregão em epígrafe, anteriormente suspenso, será reaberto para a aquisição de equipamentos, racks e componentes de tecnologia da informação, visando atender às necessidades da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I do Edital. Valor estimado: R\$ 3.805.961,73. Tipo de Licitação: Menor Preço. Elemento de Despesa: 4.4.90.52. Abertura das propostas: 08/04/2026, às 9h. Processo nº 00060-00438945/2025-43. O edital poderá ser retirado no endereço eletrônico www.gov.br/compras. Informações pelo e-mail: pregoeirosulog7@economia.df.gov.br.

Brasília-DF, 20 de março de 2026

PATRICIA TAMEIRÃO DE MOURA GODINHO

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90032/2026- UASG 974002**

A Pregoeira comunica aos interessados que a Subsecretaria de Compras Governamentais – SCG/Secot/Seec, operacionalizará a licitação do pregão em epígrafe, no sistema ComprasGov, cujo objeto é o registro de preços para a aquisição parcelada de frango inteiro, coração bovino e mocotó destinados à alimentação dos animais sob cuidados da Fundação Jardim Zoológico de Brasília – FJZB, conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I do Edital. Valor estimado: R\$ 103.668,75. Tipo de Licitação: Menor Preço. Elemento de Despesa: 3.3.90.30. Abertura das propostas: 06/04/2026, às 9h30. Processo nº 00196-00002018/2025-71. O edital poderá ser retirado no endereço eletrônico www.gov.br/compras. Informações pelo e-mail: pregoeirosulog12@economia.df.gov.br.

Brasília-DF, 20 de março de 2026

DÉBORA SUSANNA DE ARAÚJO NASCIMENTO

ATENÇÃO GESTOR**LEI Nº 14.230/2021****PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS**

A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

É obrigatório a publicação das matérias legais e atos oficiais que envolvem processos licitatórios em Diários Oficiais e em **JORNAIS DIÁRIOS DE GRANDE CIRCULAÇÃO**

abra
legal



MarceloChaves

Aponte a
câmera do
seu celular
para o código
ao lado



Oitenta anos de Moema Leão

Nome icônico dos circuitos social e empresarial do Distrito Federal e famosa pelas festas dadas em sua Mansão Flamboyant, com a presença de nomes poderosos da República, Moema Leão celebrou em grande estilo seu aniversário.

A residência da filha Vivianne Leão Piquet, no Lago Sul, foi o cenário da tarde que reuniu 300 convidadas, todas vestidas com animal print e preto, como sugerido no convite assinado pela Studio Paper Club, da empresária Ivana Galletti.

Valéria Leão Bittar, filha da aniversariante, assinou a ambientação do evento que contou com um delicioso cardápio elaborado pelo Federal Buffet, tendo como destaques o caviar, as lagostas, os camarões e as ostras servidas.

Outra novidade, além do bar que preparava drinks autorais na hora, foi a ilha de sobremesas com diversas iguarias que foram degustadas e aprovadas pelas convidadas que circularam pela festa que movimentou Brasília.



Moema Leão com as filhas Valéria Leão Bittar, Vivianne Leão Piquet e Narciza Leão no momento dos parabéns

A pista de dança foi pilotada pelo DJ Lizzo com hits dos anos 1970 e 1980, animando as convidadas da celebração que contou com um vídeo emocionante em homenagem à aniversariante e um delicioso bolo criado pela TB Cake.

Nomes conhecidos do empresariado, da sociedade e da política locais foram prestigiar a aniversariante que vestiu uma elegante e muito elogiada produção na cor vermelha para a noite que celebrou 80 décadas de muita história.

“Eu fiquei emocionada com a homenagem feita por meus filhos e também com o vídeo que eles fizeram com Inteligência Artificial. Fotos antigas que ganharam vida relembrando momentos importantes de minha vida”, disse Moema.



Claudia Salomão e Cleucy Estevão



Rosália Peixoto, Cynthia Czarneski e Ivana Valença



Cleuza Ferreira, Fernanda Adriano e Vânia Carvalho



Claudia Pereira e a mãe Wilma Pereira



Sheila e a filha Fernanda Machado



Monica Olivera e Teresa Neves



Suellen e a mãe Suely Nakao



Gláucia Ferrer entre Rita Lins e Solange Ferrer



Claudia Tolentino e Valéria Leão



Mércia Crema e a amiga Valeska Tonet Camargo



Gislene Borges, Crescia Moraes e Kristhel Byancco



Melissa Gontijo e a mãe Ana Maria Gontijo



Simone Novaes

@colunamarcelochaves

@marcelochavess

@marcelochaves

marcelochaves@grujobr.com



Festa animada para Soraia Debs

FOTOS: JP RODRIGUES/JORNAL DE BRASÍLIA



Isabela Lira



Clarice Lagares



Ana Paula Pessoa e Lara Calaça



Lúcia Bittar



Bertha Pellegrino



A aniversariante Soraia Debs entre as filhas Yasmin e Kamilla Debs



Rosângela Lacerda e Tatiana Lacerda



Rosália Peixoto, Vera Carla Silveira e Gláucia Benevides

Uma comemoração tradicional em Brasília. A empresária e fazendeira Soraia Debs, nome querido no circuito social da cidade, sempre nesta época do ano abre a casa no Setor de Mansões Dom Bosco para brindar a vida.

Aniversariante do mês de janeiro, todos os anos, após o Carnaval, ela recebe convidados no espaço destinado a eventos em sua residência para um happy hour de fim de tarde que costuma atravessar a noite em clima de alegria.

Na ocasião, Soraia, que é considerada uma das principais anfitriãs da capital, recebe com esmero amigas de longa data para celebrar a chegada de mais um ano de vida sempre com festa, costume herdado da mãe, dona Afaf El Majzoub.

“Sempre gosto de comemorar com festa o meu aniversário. Adoro estar rodeada de amigas tão especiais que fazem parte da minha vida. Cada ano agrego algumas novas amigas que surgem no meu caminho”, disse Soraia à coluna.

Soraia revelou também como começou a tradição dos festejos: “Como comemoro o meu aniversário desde os meus 15 anos, acabou que virou uma tradição. Sinto que as amigas ficam aguardando o dia para comemorar comigo.”

No cardápio da comemoração, um delicioso e variado buffet de comidas árabes, muito apreciado pelas convidadas presentes. Cardápio que também é tradição nos eventos da família Debs, que tem descendência árabe.

Para refrescar as convidadas, além de espumante e vinhos, havia open bar. O DJ Bola fez a pista de dança literalmente ferver com hits dos anos 1970 e 1980. Renata Naoum, da Petite Eventos, assinou a decoração da festa.



Flávia Toledo, Elaine Catta Preta e Virgínia Afonso



Marina Slaviero, Lilian Lima e Andréa Cabrera



Carol Kalil e Darc Sarkis



Ana Loureiro, Claudia Melo e Karina Curi

À Mesa

POR LEONARDO RESENDE

■ jornalista.leonardoresende@gmail.com
■ @colunaamesa



Talentos que dão forma à Páscoa

FOTOS: ACERVO PESSOAL

Antes de chegar às vitrines encantadoras do Nube Café, a história nasce de sensibilidade, estudo e uma inquietação criativa que nunca aceitou o óbvio. À frente da marca estão as irmãs **Sofia e Joana Peixoto** (foto) – duas mulheres que transformaram a confeitaria em linguagem, afeto e expressão.

Foi com Joana que tudo ganhou forma. Inicialmente atraída pelo universo visual do Design de Moda, ela sempre foi movida pelo poder das formas, das cores e pela capacidade de criar beleza a partir do zero. Não demorou para perceber que sua verdadeira vocação estava na cozinha – mais precisamente, na confeitaria, onde encontrou o equilíbrio entre técnica e imaginação.

Formada em Gastronomia pelo IESB, Joana escolheu começar por um dos maiores desafios da pâtisserie: o delicado macaron. A partir daí, o que nasceu entre amigos ganhou proporção, conquistou novos públicos e abriu caminhos cada vez mais sólidos. Em busca de aprimoramento, a chef passou pela tradicional Escola Francesa de Confeitaria, onde refinou seu olhar artístico e aprofundou sua técnica.



Ao lado das irmãs, Júlia e Sofia, o sonho ganhou corpo. Juntas, criaram um espaço onde cada detalhe traduz cuidado, estética e afeto. Do Centro Clínico Via Brasil à unidade da 216 Sul, o Nube Café vem, desde então, adoçando não apenas o paladar, mas também os momentos.

Nesta Páscoa, o convite permanece: transformar o doce em experiência – e cada celebração, em memória. Para a data, selecionamos alguns dos produtos mais especiais da casa – criações que traduzem delicadeza, cuidado e olhar artístico, perfeitas para presentear ou celebrar.

As encomendas devem ser feitas via WhatsApp (61 99885-8481), mediante consulta de disponibilidade, com pagamento no ato do pedido para confirmação. A produção é artesanal e diária, e as entregas ou retiradas devem ser alinhadas previamente com a equipe. Confira as artes em forma de doçura:

Ovo de Macarons: delicadeza em forma de encanto

Em uma delicada bola de acrílico, cinco macarons em formatos de coelho, ovinho e cenoura compõem um presente leve, lúdico e personalizável nos sabores.



Cupcake: um clássico com toque de Páscoa

O clássico bolo de cenoura ganha versão de Páscoa, com cobertura de chocolate e decoração temática que equilibra simplicidade e charme.

Torta Coelho: feita para compartilhar

Pensada para compartilhar, a torta em formato de coelho combina massa amanteigada, recheios variados e uma finalização rica em texturas.



Ovinhos Degustação: pequenos prazeres, grandes descobertas

A caixa reúne seis ovinhos de chocolate em diferentes combinações, criando uma experiência variada que passeia por texturas e recheios.

